



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

**114^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional
do Meio Ambiente, Conama.**

Brasília/DF.
28 de maio de 2014.

*(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia*

46 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
47 nós vamos dar início aos nossos trabalhos, a 114ª Reunião do Conama, nós
48 vamos ter a abertura agora pela Ministra Izabella Teixeira. Sejam todos bem
49 vindos, peço a todos que se acomodem. Nós já ultrapassamos com folga o
50 nosso quórum. Então, constam mais de 60 membros presentes. Então, vamos
51 dar início aos nossos trabalhos ouvindo a nossa abertura tradicional por parte
52 da Ministra Izabella Teixeira, que vai nos atualizar em relação aos últimos
53 acontecimentos da nossa agenda ambiental. Obrigado.

54

55

56 **SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio**
57 **Ambiente/Presidente do Conama)** – Bom dia a todos. Eu vou fazer... Os
58 meus comentários serão em dois momentos, duas situações distintas. Primeiro
59 eu vou comentar brevemente a pauta do Conama, destacando não só a
60 importância das duas Resoluções, propostas de Resoluções que estarão
61 submetidas à apreciação do Plenário, uma diz respeito à questão dos
62 procedimentos de licenciamento para energia, empreendimentos de energia
63 eólica. E a segunda diz respeito, na realidade, a uma revisão, se eu posso falar
64 dessa maneira, de uma Resolução Conama 314/2002 que está em vigor e que
65 trata de procedimentos de registros de produtos destinados à remediação de
66 competência do Ibama, no caso, e o próprio Ibama propõe um aperfeiçoamento
67 da redação em relação à questão da importação do registro, para uma
68 implementação dos sistemas de controle hoje existentes na União, em torno da
69 importação desses produtos. Então, nós estaremos aqui, os especialistas do
70 Ibama para explicar, além do Presidente do Ibama, para explicar a motivação
71 dessa Resolução e isso foi amplamente discutido ontem durante as reuniões
72 preparatórias, e a Resolução do texto de licenciamento ambiental de
73 empreendimentos de energia eólica em superfície terrestre, que resulta de um
74 esforço de todos vocês, todas as instituições que estão representadas neste
75 Plenário. E resulta sim de uma visão mais estratégica do procedimento de
76 licenciamento ambiental, em torno do dotar o Brasil daquilo que é competência
77 dos Estados licenciarem e do atual Brasil de medir procedimentos mais
78 objetivos em torno do licenciamento ambiental desses empreendimentos. Eu
79 confesso que eu esperava menos polêmica em torno desse tema. Foi um
80 trabalho muito complexo, pelo que eu fui informada, de viabilizar não só os
81 procedimentos, mas uma visão mais simplificada, mais objetiva em função da
82 prática que existe do licenciamento ambiental de empreendimentos eólicos no
83 Brasil e obviamente uma dificuldade colocada em torno dos Estados que têm
84 normas próprias, procedimentos próprios e que dialogaram com essa
85 experiência em função de definir o que seria uma referência para o País. De
86 qualquer maneira lembro que essa Resolução está em regime de urgência. E
87 lembro aqui a importância de conseguirmos aprová-la, principalmente naquilo
88 que também interessa particularmente a área ambiental, que nós possamos
89 ampliar a participação da matriz energética brasileira de fontes renováveis. Não
90 só da matriz elétrica que já é predominantemente renovável, 75%, mas a
91 própria matriz energética. E é desejável também que esse aprendizado possa
92 também ser referenciado num procedimento de licenciamento para a energia
93 solar que eu acho que seria extremamente importante que o Conama
94 concluísse no ano de 2014 dando a regra geral de licenciamento e facilitando
95 com isso uma maior objetividade nos chamados leilões dessas energias

96renováveis e nos resultados em torno dos empreendimentos. Isso facilita e
97muito, no nosso entendimento, a coordenação do Sistema Nacional de
98Licenciamento Ambiental e uma maior integração entre o órgão federal e os
99órgãos estaduais naquilo que a Lei Complementar 140 estabelece de
100competências específicas. Ainda nesta reunião do Conama, nós teremos, eu
101gostaria de destacar aqui três assuntos que eu chamo como importantes.
102Primeiro nós teremos uma fala do Paulo Maldos, da Secretária Geral da
103Presidência da República. O Paulo está aí? Ele vem à tarde. O Paulo vem aqui
104para nos falar que e seria importante, eu solicitaria que todos estivessem
105presentes, porque a Presidência da República, a Presidente da Dilma Rousseff
106assinou na sexta feira passada três Decretos tratando de procedimentos, de
107normas da relação do Governo Federal com a sociedade civil. Nós estamos
108falando de financiamento, nós estamos falando de prestações de contas,
109estamos falando de uma série de mecanismos disciplinando a participação
110social e dando mais objetividade à relação do poder público com a sociedade
111civil organizada. Esses Decretos o Paulo, isso foi coordenado pela Secretaria
112Geral da Presidência da República com envolvimento de todos os Ministérios
113que lidam diretamente com a sociedade civil, o Ministério do Meio Ambiente, eu
114quero falar aqui publicamente, foi considerado, dois modelos foram citados
115como referência em torno da relação de transparência, objetividade com a
116sociedade civil na parte de recursos, um é a Finep e outro é o Fundo Nacional
117do Meio Ambiente. Isso... E o próprio Ministério do Meio Ambiente recebeu da
118CGU ano passado a marca de gestão eficiente e transparente. Isso é a marca
119máxima de prestação de contas e de transparência da coisa pública. E isso eu
120tenho particular orgulho porque é muito importante para o gestor público
121aprovar as contas sem nenhuma ressalva e ser considerado com total
122transparência e com eficiência. E isso se deve claramente ao Chico e a equipe
123dele, a coordenação e os esforços de todos os gestores da área ambiental.
124Mas esse mecanismo que a Presidenta adota são mecanismos que facilitam
125então, a relação entre a União e as entidades da sociedade civil, e dialogam
126com estritamente com a aprovação, que nós estamos esperando para essa
127semana ou para outra, a aprovação do novo marco regulatório da participação
128social no Brasil. O Governo teve uma proposta, houve uma opção do Governo
129de não encaminhar essa proposta para não retardar a tramitação no Congresso
130Nacional. Então, nós trabalhamos enquanto Governo, no processo de emenda
131junto com a relatoria que já estava estabelecida no Congresso. E há uma
132mobilização enorme no Brasil inteiro para aprovação desse novo marco
133regulatório. Quer dizer, a aprovação desse novo marco regulatório somado a
134esses decretos, nós teremos um novo ambiente no Governo Federal e no
135Brasil, em torno de lei da relação da sociedade *civil com o poder público
136naquilo que é participação de projetos, parceria, acesso a recursos, prestação
137de contas, mecanismos, transparência de podermos então avaliar de fato quais
138são as parcerias e como vamos trabalhar com maior objetividade, com muitas
139entidades de sociedade civil que mais do que nunca, no caso da área
140ambiental em particular são determinantes para a qualidade da consecução
141dos objetivos da política ambiental no Brasil. Então, eu faço uma
142recomendação em especial, que explorem, no bom sentido, de maneira
143sustentável o Paulo Maldos aqui mais tarde, ele trabalhou duramente, é uma
144das pessoas que trabalhou duramente nessa interlocução e no encontro com a
145sociedade civil sexta feira isso foi por demais valorizado. Então, eu acho que

146isso é um trabalho de três anos, não é um trabalho simples de ser feito, mas é
147importante que todos entendam, leiam e que nós mesmo que nesse Conselho
148possamos discutir posteriormente sobre os novos arranjos na gestão ambiental
149pública no Brasil e essa relação mais transparente com a sociedade civil. Há
150um segundo ponto também na pauta que eu gostaria de chamar atenção, que
151diz respeito a uma recomendação em torno dos órgãos gestores do Sistema
152Nacional de Unidade de Conservação, sob a elaboração e implementação da
153elaboração de efetividade da gestão de unidade de conservação. Essa
154recomendação, na realidade, ela é um passo absurdamente importante para
155que politicamente nós passamos discutir a questão da gestão de áreas
156protegidas no Brasil de uma outra maneira. É inquestionável a necessidade de
157ampliarmos certamente áreas protegidas em vários biomas brasileiros, mas
158também é inquestionável que nós precisamos novos modelos de gestão
159dessas áreas protegidas, principalmente em um País de extensão territorial
160continental e que chega a ter partes de mais de três milhões de hectares.
161Então, se os modelos, e eu particularmente posso falar com muita tranquilidade
162sobre isso, por conta do trabalho que estamos fazendo nos últimos 4 anos no
163Ministério, de avaliação e de análise profunda sobre as questões de gestão
164pública e os desafios em torno das áreas protegidas. E particularmente na
165semana passada nós assinamos a terceira fase do Programa Arpa, Área
166Protegidas da Amazônia, colocação de duzentos e quinze milhões de dólares é
167a meta, sessenta milhões de hectares consolidados de áreas protegidas na
168Amazônia. Foi um processo de construção de mais de três anos na sua terceira
169fase, como nós construímos a segunda fase. Quando eu recebi o Arpa ele só
170tinha como arranjo em relação ao Banco Mundial, era a tal obra de saneamento
171que ninguém vê para você poder trabalhar o programa como um todo, e uma
172visão de longo prazo de 25 anos. Todos os arranjos foram arrumados. Tem um
173ato formal meu instituindo, pela primeira vez eu acho que tem um ato formal
174instituindo a fase do programa, guardando a relação formal com o poder
175público brasileiro, com o Estado Brasileiro, e mais do que isso, nós estamos
176agora principiado indo para a reta final de reformulação do modelo de gestão
177do Arpa, com novos requisitos e vamos verificar do ponto de vista jurídico qual
178o melhor formato, se é um novo Decreto, se é um novo conjunto de Portarias,
179enfim, é a questão de formato jurídico, mas exatamente por isso, provocado
180por essa questão do Arpa e por análise em relação à situação das áreas
181protegidas federais, o próprio Ibama se debruçou junto com o Ministério do
182Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes nos últimos três anos para organizar
183o Sistema de Compensação Ambiental Federal. E esse sistema está com uma
184Câmara e comum Comitê e mais do que isso, com critérios muito objetivos na
185relação do licenciamento com o planejamento ambiental das áreas protegidas.
186E isso são ritos formais, ou seja, não é me dá um dinheiro aí. Paralelamente o
187Tribunal de Contas da União fez uma avaliação sobre a efetividade e o próprio
188Ministério do Meio Ambiente com a WWF em 2010 fez uma avaliação sobre
189efetividade das áreas protegidas. E eu entendo ser absolutamente importante
190que todas essas avaliações, independentemente de qualquer viés político
191sejam tornadas disponíveis, sejam pactuadas numa visão de médio e longo
192prazo, de onde nós queremos chegar com as áreas protegidas. Falar de áreas
193protegidas em áreas urbanas é uma maneira muito distinta você falar de áreas
194protegidas e áreas remotas no Brasil. E isso tem a ver, inclusive com os
195concursos públicos que nós estamos fazendo e até mesmo com a lotação de

196funcionários desses concursos públicos, lotação em áreas remotas que
197eventualmente trabalham numa perspectiva de serem removidos. Isso são
198equivocos muitas vezes da gestão, porque a pessoa faz concurso para a
199Amazônia e acha que 4 anos depois vai trabalhar no Rio de Janeiro no Parque
200da Tijuca. E isso é um processo que precisa ser combatido, não que a pessoa
201tenha que ter critérios de rodízio, que tenha gratificação de interiorização. A
202Doutora Ana Flávia está trabalhando como Diretora de Administração do Chico
203Mendes, trabalhando duramente nesses critérios que dialogam com os
204concursos e as tais 1400 vagas estão aprovadas em lei para o novo concurso
205do Instituto Chico Mendes e para o Ibama. O próprio Ibama está fazendo um
206esforço muito grande de realocação dessas unidades no interior em função das
207suas competências. E as pessoas não compreendem isso, muitas vezes,
208mexem no Ibama, tira as competências do Ibama e querem que nós
209mantenhamos as mesmas estruturas do Ibama que não tem mais função na
210ponta. Como também há uma dificuldade de uma maior integração dessas
211áreas protegidas federais com os Estados. Ontem mesmo em conversa com os
212Secretários de Estado do Paraná, o Doutor Vicentin me informou também, de
213Pernambuco, o instituto Chico Mendes fará uma ação articulada de juntar o
214Sistema Nacional como Sistema Estadual nesses dois Estados, no novo
215modelo, inclusive dialogando com a alocação, com critérios de alocação da
216compensação ambiental. Buscando de fato dialogar não só com a efetividade,
217mas com resultados de proteção que, por exemplo, quando nós colocamos em
218curso uma PPP P eu sou surpreendida com uma reação, inclusive no
219Congresso Nacional com a parceria público/privado em áreas protegidas.
220Assim, as contradições são inúmeras, mas a efetividade, interesses locais,
221como se todo mundo achasse que nós pudéssemos. Eu faço uma pergunta
222objetiva, quantos gestores e analistas ambientais eu preciso ser lotado em um
223parque de três milhões e meio de hectares? Digam-me quantos gestores. 200?
224100? Quantos vocês acham? Então, é óbvio que isso tem que ser rediscutido
225no Brasil, inclusive nos parques de fronteira, nas áreas protegidas de fronteira,
226que é desejável que tenham mais áreas protegidas, inclusive em fronteiras,
227mas a gestão de fronteira tem uma dominialidade da lei do Brasil. Como é que
228você combina uma coisa com a outra? Ou mesmo uma relação de
229sobreposição, por exemplo, de áreas protegidas com terras indígenas. Em que
230a decisão do Supremo remete ao Instituto Chico Mendes a gestão dessas
231áreas no território, sendo que quando tem sobreposição com terra indígena a
232legislação é de tutela em relação ao índio. O gestor arbitra como lá na ponta?
233Ou numa relação também de uso sustentável, das unidades de uso sustentável
234no que diz respeito aos Conselhos Gestores das Resex e a efetividade política
235desses Conselhos. E que você tem que respeitar a cultura política social
236daquelas comunidades. Nós estamos agora com o desafio de propor criação
237de áreas e eu vou ter numa mesma região 12 reservas extrativistas com 12
238Conselhos distintos. Vocês podem imaginar qual é o arranjo de gestão disso?
239Portanto, a efetividade vai nos permitir discutir com transparência que
240precisamos criar mais segundos modelos diferenciados de gestão à luz do que
241a legislação brasileira determina e à luz do que os mecanismos orçamentários
242e financeiros determinam. Então, pela decisão do Tribunal de Contas da União,
243o arranjo que foi criado no Ministério do Meio Ambiente para internalização de
244recursos de compensação ambiental, se revela completamente insuficiente. E
245recomenda que a compensação ambiental seja internalizada via orçamento da

246 União. Então, essa é uma decisão, uma recomendação do Tribunal de Contas
247 que nós estamos discutindo com eles o melhor, qual é o melhor modelo, qual é
248 a melhor regra, mostrando que obviamente o recurso é importante, mas a regra
249 de aplicação e a regra de internalização precisam estar muito bem definidas,
250 estruturadas no marco legal brasileiro, para dar tranquilidade para o gestor
251 público de alocação desses recursos e ser cobrado pela sociedade os seus
252 resultados. Até mesmo os mecanismos de cartão corporativo para as áreas
253 protegidas, são mecanismos que o Ministério adota para o Instituto Chico
254 Mendes, eu não tenho cartão corporativo, mas os gestores de áreas protegidas
255 têm? Não é isso Doutor Marcelo? Quais são... Nós estamos avaliando quais
256 são as melhores aplicações no cartão corporativo para dar segurança ao
257 analista ambiental na hora em que ele aloca, ele usa o cartão corporativo para
258 pagar as despesas das áreas protegidas e isso não é simples situação.
259 Imaginem uma pessoa lá em Tabatinga tendo que lidar com esse desafio, ou
260 que ele tenha que sacar um dinheiro e pagar um mateiro com esse dinheiro
261 não ser confundido eventualmente que ele esteja fazendo má prática. Isso tem
262 a ver com efetividade, tem a ver com transparência e com mecanismo de
263 gestão que precisam ficar mais explícitos para a sociedade civil. Isso faz com
264 que, na realidade, situações feitas o que foi proposto em 2009, durante a copa,
265 que na Copa do Mundo nós pudéssemos ter um programa chamado Parques
266 do Brasil, que esse programa pudesse envolver mais de 50 unidades e
267 seiscentos e tantos milhões de reais. Aquela época nós já dissemos que não
268 era viável. E só colocar o orçamento do Chico Mendes. Quanto é o orçamento
269 do Chico Mendes, duzentos e poucos milhões? 238... 250 contingenciado, 210,
270 da restrição. Então, tudo bem, a proposta é que se fizesse seiscentos milhões
271 de reais, só você olhar por aí e ver se você tem capacidade de fazer isso. Em
272 um ano o Obama alocou, ano passado, para o Instituto Chico Mendes em
273 compensação ambiental mais de quatrocentos milhões de reais, em um ano,
274 porque nós organizamos a compensação ambiental, quando eu recebi era
275 zero. Zero em face dos números que nós temos aí. E o Instituto Chico Mendes
276 planeja para alocar esses recursos na ponta, nas restrições da compensação
277 ambiental, porque compensação ambiental não é para comprar material de
278 consumo, não é para comprar papel higiênico. E por essa razão na semana
279 passada nós também na chamada dia mundial da biodiversidade nós
280 instituímos todo um programa de fauna no Brasil, lançamos, divulgamos a
281 questão da fauna no Brasil a partir do maior estudo de inventário de fauna já
282 feito no planeta, que eu solicitei que fosse feito em 2010. Foram 5 anos de
283 estudos. O Instituto Chico Mendes coordenou isso, quase 1000 instituições,
284 1000 pesquisadores envolvidos, instituições nacionais e internacionais e isso
285 com fez com que nós saíssemos da ordem de 1400 espécies de fauna
286 avaliadas, para mais de 7000 espécies avaliadas. É o maior esforço de fauna
287 de inventário de fauna já feito no mundo. E esse inventário que vai remeter a
288 construção da nova lista de espécies ameaçadas de extinção, de fauna, que
289 nós devemos lançar até o final do ano. E já fizemos assim com o Jardim
290 Botânico na lista de espécies ameaçadas de extinção de flora. E eu determinei
291 que até 10% da compensação ambiental devida à União possam ser aplicados
292 para as prioridades de conservação de fauna no País. Então, começa a ter, por
293 que você consegue fazer isso agora? Porque você conseguiu estruturar o rito
294 de tomada de decisão e de avaliação de prioridades, e esses recursos serão
295 alocados exatamente para as espécies que estão submetidas a qualquer

296estágio de risco de extinção. Que são 4 categorias distintas, e também em
297função de um programa que nós lançamos chamado Pró-Espécies, que acabou
298com a generalização da questão de espécies ameaçadas de extinção no Brasil.
299Então, são obras, “obras de infraestrutura e saneamento que dão trabalho
300serem feitas, mas são marcos de referência para que a área ambiental possa
301ter a gestão em um outro patamar”. E dessas espécies ameaçadas de
302extinção, ou sob risco de extinção, o que se sugere, mais 70% têm algum
303regime de proteção, ou têm os planos de ação e proteção, ou estão em
304unidades de conservação, ou as duas coisas. Ou seja, isso é uma ordem de
30527% que não têm qualquer regime de proteção e nós teremos que entender e
306debater, do ponto de vista desses regimes de proteção que existem hoje em
307relação à fauna brasileira, quais são os mais efetivos e como trabalhar isso. Aí
308é uma das questões, são os próprios planos de ação que foram estabelecidos
309e nós estabelecemos o específico Tatu Bola. Como estabelecemos também
310com o Ibama, cadê o Volney? Estabelecemos com o Ibama forças tarefa
311específicas de combate ao crime ambiental associado à fauna em torno dessas
312espécies. Isso na dinâmica de fiscalização, óbvio que eu não posso comentar
313isso abertamente, tem regimes muito específicos de fiscalização e de controle.
314Ou seja, mudou o patamar da fauna, da relação de fauna na área federal, e
315isso remeterá a um trabalho mais articulado os Estados em função, inclusive da
316Lei Complementar 140. E de todo o esforço que o Ibama fez nos últimos anos,
317nos últimos 15 meses, eu posso dizer assim, de acertar acordo de cooperação
318e de gestão de fauna com cada Estado neste País, em função do que a lei
319complementar estabelece. Então, esses trabalhos, essas situações todas elas
320precisam ser melhor consertadas do ponto de vista da gestão pública e daí a
321necessidade de dialogar com a efetividade das áreas protegidas. Eu fico vendo
322a Patrícia Bozon, com a cara muito desolê, pensando nas compensações que o
323setor de transporte, ou a Cristina, da Mineração, todo mundo paga para os
324Estados e o empresário, o empreendedor público ou privado ele não está se
325negando a pagar, ele só quer ver o resultado disso traduzido como qualidade e
326bem estar para a sociedade brasileira. Ele quer relação de causa e efeito e
327para isso tem que acabar com o achismo ambiental, tem que construir os
328mecanismos de transparência dentro da gestão pública, tem que formalizar os
329ritos dentro do Governo Federal. O Governo tem que saber quanto é que custa
330manter uma área protegida. Não adianta ter um orçamento e ter 5 projetos
331internacionais que não são contabilizados no orçamento da União ou nos ritos
332formais de controle da União. Acabem com isso, nós acabamos na área
333federal. Nós acabamos. Porque se não tiverem os ritos formais não tem como
334os órgãos de gestão pública entenderem que uma área custa X, que a outra
335custa 2X porque o orçamento não traduz isso, tem que acabar com o tal do
336puxadinho, que a área ambiental tem uma maestria imensa de fazer e que os
337tempos outros são outros. Nós fizemos isso no passado de cooperação, a
338cooperação é importante, mas ela tem que ser formalizada, até hoje tem
339cooperação no Brasil direto com o Estado que nós não sabemos o que entra. E
340que depois você não sabe quanto custa a gestão daquela área. Então, como
341nós fizemos com o WWF, é uma metodologia muito bem feita, com belos
342resultados, há outras metodologias, eu acho que seria importante discutir a
343questão da efetividade e mais do que isso uma abordagem mais estratégica
344sobre as unidades de conservação e a gestão de unidades de conservação no
345Brasil, o que significa ter acesso ao turismo, três Ministros do Turismo todos

346querem fazer, mas na hora que querem colocar uma diferença em transformar
347um atrativo turístico em um negócio turístico, a legislação ambiental impede.
348Então, tem circunstâncias e circunstâncias do debate, e mais do que isso, um
349rito formal de proposição de novas áreas em função dos conflitos que nós
350temos que evitar com a criação de novas áreas. Eu espero anunciar
351brevemente a criação de algumas áreas extremamente importantes e
352simbólicas dessa visão de integração entre Estado e União, e de regularização
353fundiária dessas áreas a serem criadas. Eu nunca imaginei que era tão feliz no
354passado e não sabia, a complexidade das relações hoje políticas em torno de
355proposição de novas áreas protegidas no Brasil. E isso é um novo modelo que
356se coloca e que nós temos que saber ser eficientes e eficazes nesse novo
357modelo. Daí a necessidade de trabalharmos com afinco numa avaliação crítica
358sobre o maior sistema de áreas protegidas do mundo, que nós nos
359orgulhamos, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e que nós
360temos que avançar. E não temermos de maneira alguma nenhuma interlocução
361política com qualquer Frente Parlamentar que se estruture como recentemente
362foi anunciado uma Frente Parlamentar dos Atingidos pelas Áreas Protegidas e
363Terras Indígenas e Quilombolas. Não é possível que nós vamos permanecer
364ou favorecer um diálogo conservador em torno da questão ambiental e da
365sustentabilidade e do desenvolvimento do nosso País. Agora, temos
366responsabilidades sim a partir da compensação ambiental que assegura
367recursos para a regulação fundiária de tornar esses recursos transparentes, os
368mecanismos de regulação fundiária nós precisamos ser transparentes e
369indenizar pessoas que esperam há mais de 30 anos serem indenizadas com
370terras que foram... Terras privados que foram inseridas, criadas em limites de
371novas áreas protegidas no Brasil. E isso só se faz com esforço da sociedade.
372Da mesma maneira que o Brasil se mobilizou para erradicar a pobreza, o Brasil
373tem que se mobilizar sim para regularização das áreas protegidas e consolidar
374o Sistema Nacional de Áreas Protegidas, que é o maior do mundo e o mais
375importante do ponto de vista de diversidade biológica. O resto para mim é jogar
376para a plateia, tem muito trabalho pela frente, vocês terem uma ideia têm três
377anos que eu instituí um Grupo de Trabalho para regularização fundiária dentro
378do Instituto Chico Mendes. O Instituto Chico Mendes adotou novos ritos de
379regularização de fundiária, tem prioridades eleitas, agora é óbvio que isso não
380funciona, não vai na velocidade que nós desejamos e com os recursos
381alocados para isso. Quem trabalha na Mata Atlântica sabe a complexidade dos
382levantamentos dominiais e cartoriais, isso não é trivial, mas nós temos que
383enfrentar. São as áreas protegidas desse País que precisam ser sim
384reconhecidas e usadas pela sociedade brasileira, utilizar com uso, com
385consciência, com turismo, com inclusão social, enfim, com consolidação de
386gestão estratégica da biodiversidade, dialogando com a qualidade de vida e
387bem estar da sociedade. O resto é jogar para a plateia, chama, manda as
388pessoas trabalharem e ver o que significa fazer, por exemplo, o maior
389inventário de fauna do mundo. E as pessoas que se sentem desconfortáveis
390com isso sejam bem vindos, porque nós queremos trabalhar com cada vez
391mais gente. E essa razão o terceiro assunto que eu comento aqui é uma
392proposta do Presidente do Ibama, ele vai discutir isso com vocês, em relação
393uma Resolução do Conama que disciplina a questão da Lista PET. Então, o
394Ibama vai fazer uma exposição sobre isso, será discutido com vocês,
395retornando ao Conama e a sensibilidade que esse assunto guarda, de

396interesses os mais diversos possíveis e, inclusive se é realmente um caminho a
397ser trilhado, com que salvaguarda para incrementar a conservação e proteção
398da fauna brasileira. Como muitos argumentam que isso é um instrumento
399importante. Então, eu não estou fazendo juízo de valor, só estou apenas
400dizendo três assuntos que eu entendo como absolutamente relevantes dessa
401reunião do Conama e do debate que o Conama determina. Eu quero, por fim,
402falar da minha... Eu posso falar alegria, nossa alegria em relação ao Cadastro
403Ambiental Rural. E quero compartilhar com os Conselheiros do Conama o
404desafio que está posto para a área ambiental nesse País e para área de
405agricultura nesse País. O Cadastro está no ar, ontem na reunião da Abema nós
406distribuímos Estado por Estado um levantamento de tudo que foi feito com o
407Cadastro Ambiental Rural. Então, se eu pegar o Estado Acre, quem está do
408Acre aqui? Tem todo... Desde o Acordo de Cooperação Técnica que foi firmado
409em dezembro de 2012, o sistema aqui adotado, que adota o Sicar, que adota o
410nosso Sistema Federal customizado pelo Estado, com o apoio do Ministério do
411Meio Ambiente, com a Universidade Federal das Lavras. As imagens que estão
412disponíveis, de 2008. Todas foram construídas. 'Quando é que foi concluído o
413mosaico de imagens de 2008, qual é a imagem, as imagens adquiridas em
4142011 e 2012 e agora estamos em licitação adquirindo 2013. Vamos entregar
415no final do ano as imagens de 2013. O convênio estabelecido, os recursos
416todos repassados para o Estado do Acre, o que veio do Fundo Amazônia, são
417dezesesseis milhões de reais para o Estado do Acre para fazer o CAR, mais os
418convênios com o Ministério do Meio Ambiente, se tem cooperação com o
419Governo Inglês e se tem cooperação com o Governo Alemão. Nós listamos
420todas as fontes de recurso que nós usamos, quem executa, quem são os
421parceiros executores e todo o processo de capacitação, que o Estado do Acre
422foi objeto em relação ao Cadastro Ambiental Rural. Essas fichas foram feitas
423para todos os Estados e eu solicitei ao Doutor Deusdará e ele vai fazer uma
424consolidação disso, e vai ser tornado disponível no Ministério do Meio
425Ambiente. Ok? Então, com isso, não só começamos o CAR como nós vamos
426avaliar do ponto de vista dos Estados, todos os recursos, mecanismos a
427mobilização que os Governos Estaduais fizeram para captar recursos, para
428preparar equipe, para trabalharem com a questão do CAR. Isso é de um lado.
429O outro lado é a relação com o setor produtivo, e há um forte entendimento por
430parte dos movimentos da agricultura, tanto do agronegócio quanto da
431agricultura familiar, da necessidade de fortalecimento das entidades, desses
432segmentos para que eles ajudem na consecução do CAR. Então, medidas
433como crédito agrícola anunciado com condições mais favoráveis para quem faz
434o CAR, isso tudo foi anunciado pela Presidenta na semana passada. E outros
435mecanismos estão sendo articulados do ponto de vista, por exemplo, com os
436sindicatos, isso estará cada vez mais presente no dia e da implantação do
437CAR. E mais do que isso, ontem, e daí talvez a minha particular felicidade,
438ontem o Doutor Deusdará apresentou para os Estados o módulo de avaliação
439do CAR, de análise automática do CAR. Algumas pessoas têm tido que os
440órgãos ambientais não têm capacidade de executarem o CAR de fazerem o
441CAR e etc. E nós sabemos as dificuldades dos órgãos ambientais, muitas
442vezes eles estão polarizados entre o licenciamento ambiental e a fiscalização.
443Mas o esforço não está só concentrado nos órgãos ambientais, mas é
444exatamente com essa preocupação que o SICAR tem três módulos, tem o
445módulo de cadastro que já está no ar, o módulo de análise automática, ou seja,

446os órgãos ambientais usarão um instrumento absolutamente atualizado,
447moderno, tecnológico, que fará por vários filtros a avaliação das informações.
448Nós temos mecanismos no sistema para saber quem está fraudando, quem
449está mentindo, quem está sob... Tem várias maneiras de pegar isso. Inclusive,
450nós pegamos o próprio Ministério do Meio Ambiente. Ontem eu fui informada
451que parece que um servidor tentou fazer isso, eu quero uma verificação, quero
452uma Comissão de Sindicância sobre isso. Entrou com dados falsos e tentando,
453não sei qual era a intenção dele. A verdade é que o sistema imediatamente
454detectou e ele recebeu um telefonema da coordenação do CAR perguntando
455se ele estava em tal hora fazendo tal coisa, se a mãe dele tinha esse número,
456CPF era esse, etc., segundo me relataram, estou colocando literalmente o que
457me foi relatado. E ele entendeu que não dava para burlar. Eu quero saber o
458que aconteceu. Então, significa que todos os nossos filtros estão funcionando.
459E o módulo de análise vai estar disponível para o gestor público estadual e
460municipal, naquilo que o Estado, mas nosso foco é o estadual, para que ele
461ajude exatamente na consolidação dessa fase de análise e nos chamados
462termos de compromisso que terão que ser assinados e quando o
463empreendedor, quando o agricultor optar por esse caminho, porque ele pode
464fazer de outro jeito também. E o terceiro módulo que vai ser entregue também
465é o módulo de monitoramento, como nós vamos acompanhar os resultados do
466CAR tanto do ponto de vista do que está sendo feito Estado por Estado, o que
467precisa ser recuperado e o que não precisa ser recuperado, como também do
468chamado processo do termo de compromisso, como é que isso vai ao longo do
469tempo se recuperando. E isso o Ministério tornará disponível para os Estados.
470E com toda a transparência possível. Então, as pessoas que estão
471preocupadas, que falta gente, que não vai ter perna e etc., etc. Eu também
472essa é uma preocupação do Ministério do Meio Ambiente, mas nós estamos
473trabalhando com instrumentos tecnológicos de tornar disponíveis, e com
474recursos que estão alocados pelo Ministério para isso. E ajudando e
475trabalhando de maneira coordenada e articulada dentro do Sistema Nacional
476de Meio Ambiente. Eu acho que nós temos que superar a fase do medo e
477irmos para a fase da construção. Essa fase do medo, de ameaça, todo mundo
478que ameaça todo mundo, o CAR é uma realidade, os elogios do setor produtivo
479e das entidades ambientalistas, entidades sociais são inúmeros, inclusive dos
480bancos, todo mundo está impressionando com o sistema, com o que o sistema
481pode oferecer e eu acho particularmente que ele é o momento sim, é um passo
482estruturante pra uma mudança do patamar de governança ambiental pública
483nesse País. Nós vamos sair da fase do achismo para a fase da realidade, com
484uma leitura pragmática de gestão, dos desafios, de saber o que pode ser
485recuperado, como pode ser recuperado, como é que área da conservação da
486biodiversidade vai oferecer, por exemplo, instrumentos prioritários, como
487Ministério do Meio Ambiente divulgou ano passado em torno da Mata Atlântica,
488com metodologia, mostrando onde pode ser recuperado, onde estão as
489prioridades de recuperação do ponto de vista de corredores de fauna, de
490diversidade biológica, de consolidação de mosaico e etc., com critérios muito
491objetivos. E também vai nos permitir dialogar com o social numa base mais
492real, acabando com situações, eu espero, de que alguém possa me dizer que
493populações que vivem há 100 anos, 80 anos, às margens, por exemplo, do rio
494São Francisco, são responsáveis pela degradação do Rio São Francisco. Ou
495como vai ser o debate de rios intermitentes e APPs, lá o semiárido já que 98%

496dos rios intermitentes no Brasil estão no semiárido. Essas discussões são
497discussões pragmáticas, a partir do que vai ser visto e do que vai ser oferecido
498pelos Estados como critérios objetivos para estruturação da chamada processo
499de recuperação ambiental, que eu lembro a todos que é até 2008. Então, quem
500fala que o desmatamento agora é pelo Código Florestal, eu acho até
501engraçado, regularizar como? Por conta sim Do desmatamento ilegal, por
502conta sim de pessoas que insistem em ir contra a lei ou burlar a lei, ou pelas
503insuficiências de muitos mecanismos de controle que muitas vezes os Estados
504têm. E lembro que... E ninguém fala do mecanismo de supressão de vegetação
505e nem de plano de manejo que em 2006 foi passado para os Estados. Então
506assim, é importante que as pessoas mudem o patamar da crítica e o cadastro...
507Eu não tenho nada contra a crítica, crítica positiva ou negativa não se faz ir
508mais adiante, o que interessa é crítica consistente, crítica para a plateia não. O
509Brasil e a área ambiental não trabalham mais dessa maneira, o cadastro é um
510novo passo sobre passo, o Plano Nacional de Contingência também trabalhará
511o mesmo patamar do cadastro, trabalhará não, já está trabalhando. Quem viu o
512sistema de mapeamento que o Ibama fez junto o Instituto Brasileiro do
513Petróleo, de todos os oito mil quilômetros da Costa Brasileira praia por praia, a
514situação fotografada com todas as estruturas para um eventual acidente, como
515chegar, como atender, tudo está mapeado, está no ar isso, isso é parte do
516Plano Nacional de Contingência. Está no ar. Mas as pessoas insistem em
517desconhecer. Então é óbvio, o que eu pedi é que o cadastro, o padrão
518tecnológico do cadastro seja uma referência do padrão tecnológico das ações
519do Ministério do Meio Ambiente daqui para frente, do DOF eletrônico,
520Documento de Origem Florestal eletrônico, até a situação do Plano Nacional de
521Contingência. E espero eu o sistema de avaliação de efetividade das áreas
522protegidas, que isso mude o patamar e o primeiro passo tem a ver exatamente
523em discutir essas metodologias e trabalhar com objetividade onde nós
524podemos criar, onde nós devemos implantar e como implantar, e quais são as
525consolidações, com que papel e com que necessidade da reformatação de
526marco legal. Então, o cadastro está aí, façam o CAR, o que eu posso
527recomendar é um esforço de fazer o máximo possível em 2014, neste ano, até
528o primeiro ano do CAR. É absolutamente estratégico que isso aconteça do
529ponto de vista das prioridades, inclusive de novos mecanismos financeiros e a
530discussão de instrumentos econômicos e etc., para recuperação ambiental
531neste País. Nós temos que propor coisas que dialoguem com a realidade, não
532temos que propor coisas em tese, aliás, os movimentos sociais da agricultura
533familiar, todos estão vindo com esse discurso político no chamados Abril
534Vermelho, que todo mundo quer trabalhar pagamentos de serviços ambientais
535com foco, com prioridade para que as coisas se traduzam efetivamente em
536resultados e não mais em projetos de pequena escala. Nós estamos indo para
537projetos estruturantes da qualidade do nosso desenvolvimento, não mais
538experiências de pequena escala. Então, o Grupo de Trabalho que o Ministério
539tem e que envolve gente do Conama e gente que não é do Conama. Nós
540fizemos reunião ontem mostrando o módulo de cadastro, daqui há 30dias fará
541uma nova reunião, tem uma agenda de trabalho exatamente discutindo os
542instrumentos econômicos. E nessa nova reunião nós esperamos fazer um
543brasileiro balanço do Cadastro Ambiental Rural, olhando o que teve no País,
544não só de quem fez, mas se já podemos ilustrar no debate sobre instrumentos
545econômicos o tipo de demanda que nós teremos que enfrentar em relação à

546recuperação ambiental do País. Com transparência, com qualidade da
547informação, mas com muito trabalho sério e pouquíssimo oba, oba, ou
548nenhuma oba, oba, nós fazemos uma nova área ambiental nesse País. É isso
549que a sociedade está pretendo e é isso que eu acho que já está aí colocado
550em várias ações do Ministério do Meio Ambiente. Então, eu quero desejar a
551você uma ótima reunião, por favor, eu sei que tem debates em relação à
552energia eólica, sejam seremos, mas construtivos, observem as coisas e mais
553do que nunca preservem os ritos de licenciamento, que licenciamento não é
554uma árvore de natal para pendurar demandas que não estão ligadas à
555avaliação de impacto ambiental e à mitigação de impacto e compensação de
556dano ambiental. Por favor, isso não é a nossa fortaleza, nossa fortaleza é ter os
557instrumentos ambientais de fato praticados segundo a lei determina. E aí a
558sociedade terá cada vez mais aderência aos resultados da agenda ambiental.
559Isso está cada dia ficando mais claro, quando querem culpar agora o
560licenciamento ambiental as pessoas pensam duas vezes antes de falar. E parte
561desse trabalho, dessa responsabilidade é deste Conselho. Por fim, teremos
562amanhã um seminário mais de natureza jurídica que é resultado das próprias
563recomendações desse Plenário, que tratará exatamente sobre as Resoluções
564Conama, uma avaliação sobre Resoluções Conama consideradas no novo
565marco legal da Lei Complementar 140 e do Código Florestal. O intuito aqui é de
566fatos olharmos essa regulação ambiental no Brasil, não para rever papéis e etc.,
567não é isso, é olhar o que o Conama tem que se debruçar de Resoluções
568existentes, que ele tem que rever, que ele tem que tornar nulas, enfim, coisas
569que não cabem mais em função da mudança do marco regulatório, e por outro
570lado ter uma objetividade de gerar uma agenda de trabalho para o Conama
5712014/2015, ou 2015/2016, dependendo do que seja a discussão em torno da
572revisão desses procedimentos. O Conama tem que ter uma agenda de
573trabalho. Quando nós assumimos o Conama teve uma reunião que só
574aprovava moção, não tinha Resolução, não tinha nada. E agora se caminha
575para o esgotamento, nós fizemos um saneamento do que foi aquilo que era um
576passivo de demandas dentro do Conama depois de 4 anos, e precisa se
577montar uma nova agenda do Conama. O Conama tem que discutir o que
578realmente é prioridade estratégica para o País. E a primeira provocação desse
579debate obviamente envolve o licenciamento de um lado e envolve o próprio
580Código Florestal, lembrando que parte da crise política do Código Florestal foi
581provocada pela famosa Resolução 303/2002 do Conama. Ok? Só lembrando a
582você do que foi o debate político sobre a mudança do Código. Então, convido
583a todos, amanhã o Doutor Gaetani vai conduzir isso. Teremos teóricos,
584pessoas acadêmicas falando, teremos gente da visão prática. Eu adoro a
585Academia, venho da Academia também, mas eu sugeriria que os gestores
586públicos estivessem presentes, aqueles que aplicam a lei, quem faz o
587licenciamento, quem cuida com o Código Florestal, com o manejo florestal,
588para discutir efetivamente quais são os caminhos que nós precisamos tomar de
589novas regulamentações com muito pragmatismo, com muita transparência,
590com muita objetividade, para a tomada de decisão dos órgãos ambientais que
591é para isso que as normas existem. Ok? No fim tem uma responsabilidade que
592é do gestor ambiental e obviamente o controle social feito pela sociedade, por
593suas entidades com o Ministério Público. Então, quanto mais a regra estiver
594explícita, quanto mais o procedimento tiver objetivo, mais fácil será a
595consecução dos nossos objetivos em relação à Política Nacional do Meio

596Ambiente e maior efetividade da gestão de cada um dos gestores e do
597engajamento da sociedade a partir dessas novas plataformas de participação
598social que o Governo federal desenha. Ok? Então, é isso. Eu agradeço a
599presença de todos. Eu vou passar a palavra ao Secretário-Executivo que
600conduzirá a reunião, o Doutor Deusdará está à disposição para qualquer
601situação do CAR, se alguém quiser, nós apresentamos o módulo de análise do
602Cadastro Ambiental Rural, as informações estão todas disponíveis, quem não
603conhece o CAR eu sugiro que conheça porque realmente é muito bem feito,
604Deusdará, a equipe dele, o Chico, todo mundo está de parabéns, o Ibama, foi
605um esforço monumental, eles sabem o tanto de broncas e ataques que eles
606tiveram que suportar de mim, por conta disso. Então, eles são vitoriosos não só
607pelo CAR, mas porque eles me suportaram, mas o resultado está aí, a
608exigência foi tamanha, mas o resultado está tornando disponível para todos e
609obviamente sempre em aperfeiçoamento. Se alguém entender que ainda está
610insuficiente, que não está bom, por favor, nos avise que nós imediatamente
611vamos corrigir, vamos melhorar. Isso é um instrumento em permanente
612evolução. E esse é o segredo de trabalhar com tecnologia de ponta e com a
613capacidade de gestão a partir de informações concretas e não a partir de
614projeções ou de achismos. Então, eu passo a palavra ao Doutor Francisco
615Gaetani. Desejo a vocês uma ótima reunião, questione o Paulo Maldos tentem
616explorar o máximo possível e mais do que isso, por favor, discutam a questão
617das áreas protegidas ou se o Conama quer fazer um seminário sobre áreas
618protegidas. Eu acho que vai ser extremamente interessante que nós
619pudéssemos discutir o Sistema Nacional de Áreas Protegidas no Brasil os
620requisitos, os desafios que se colocam gerando, inclusive uma demanda para o
621próprio Conselho Nacional de Meio Ambiente e Conselhos Estaduais. Eu acho
622que a própria compensação ambiental nos termos de Resolução Conama,
623esses temas precisam ser revistos. Então, tem um trabalho, um dever de casa
624imenso que está associado a um amadurecimento político nosso, do Sistema
625Nacional de Meio Ambiente, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação
626nos últimos anos. Nós precisamos dotar essa estrutura, as instituições e a
627estrutura de decisão do sistema de mecanismos mais inovadores. O Ministério
628do Meio Ambiente tem um acúmulo muito grande nos últimos 4 anos e eu
629tenho certeza que nós podemos fazer um debate extremamente proveitoso
630olhando exatamente o desafio dos próximos anos. Então, muito obrigada a
631todos. Esquecendo, ontem eu fiz o lançamento junto com o Ministro Aldo
632Rebello e com a Ministra Tereza Campello, e junto com o Ministro do Turismo, o
633Vinícius, exatamente do Programa da Copa em relação à sustentabilidade. O
634Brasil se comprometeu voluntariamente, se comprometeu voluntariamente
635porque não tinha tantas exigências em torno de cinco temas. A primeira
636questão envolve a parte de resíduos sólidos, o Brasil entrega uma Copa não só
637com o catador, coleta eletiva nas arenas, fora das arenas, mas com o
638financiamento para as cidades do Brasil dos sistemas permanentes de coleta
639seletiva. São oitenta milhões alocados do BNDES, mais uma linha de crédito
640aberta e que as cidades estão buscando exatamente para com isso mexer na
641questão da reciclagem. A segunda linha é a certificação das arenas, nós
642teremos uma Copa pela primeira vez com todas as 12 arenas com certificação
643ambiental independente internacional. Nós temos 2 já certificadas, 6 que
644concluem o processo até antes da Copa, mais 4 até o final com a
645documentação já aceita, mais um processo de autonomia da certificadora. E o

646foco dessa certificação foi a construção sustentável, exatamente para mudar o
647patamar tecnológico no Brasil em relação à construção sustentável. A terceira
648linha foi a parte de alimentos orgânicos, os 18.000 voluntários brasileiros que
649trabalharão na Copa do Mundo, receberão um kit de alimentação de agricultura
650orgânica. Eu fui informada que parece que a Fifa vai fazer o que kit deles com
651uma lanchonete, então nós estamos com a agricultura orgânica, com a
652agricultura familiar, com o selo de orgânicos no Brasil, com a agroecologia e
653todos as cidades terão os quiosques da agricultura orgânica para venda. Todo
654mundo poderá comprar alimentos perecíveis, não perecíveis, quem quiser, em
655todas as cidades, mostrando o esforço do Brasil em relação a ampliar a
656participação da agricultura orgânica na nossa matriz de alimentos. E aí eu
657chamo a atenção dos senhores, as cadeias da sociobiodiversidade estão todas
658representadas nessa estratégia de alimentação orgânica. A quarta área foi a
659parte referente ao turismo, uma parte que dialoga com o Passaporte Verde das
660Nações Unidas, o Pnuma, que foi lançado ontem globalmente voltado para
661roteiros turísticos em parte digital, dialogando com a chamada... Vamos poder
662fazer uma avaliação sobre o deslocamento do turista no Brasil, vocês vão entender
663no quinto tema do que eu estou falando. E mais do que isso, dialogando com
66416 parques nacionais que foram os escolhidos de fato numa visão muito
665pragmática do objetivo do que era então projetado há 5 anos atrás, 6 anos
666atrás de um Programa chamado Parques da Copa que eu já comentei aqui que
667era nas suas bases que foi absolutamente inexecutável. E assim foi firmado por
668mim, que enquanto Ministra não faria daquela maneira. Inclusive levando ao
669afastamento de algumas pessoas que propuseram coisas que não cabiam. Há
670um esforço muito grande dessa plataforma do turismo, do Passaporte Verde
671dialogar com esses parques e um processo que o Instituto Chico Mendes
672inaugura usando a compensação ambiental para o fortalecimento dessas
673áreas. E a última área que é realmente inovadora é a parte de mitigação das
674emissões associadas à Copa do Mundo. Eu não sei se vocês sabem para fazer
675isso o Brasil teve que desenvolver uma metodologia que não tem referência no
676mundo, essa metodologia foi publicada cientificamente e reconhecida pelo
677NSCC como modelo a ser adotado por outros países, e nós fizemos uma
678avaliação *ex ante* das emissões, com projeção e daquilo que nós chamamos de
679emissões diretas, o que são emissões diretas? Aquilo que está sob o domínio,
680que nós conseguimos contabilizar, da estrutura formal da Copa, hospedagem,
681mobilidade urbana, construção de arenas, o esquema de segurança, o
682deslocamento dos turistas nas rotas oficiais, carros oficiais, tudo isso foi
683mensurado. E as indiretas são aquelas que chegam aqui, o setor que contribui
684com 87% dessas indiretas é exatamente o de transporte aéreo internacional. E
685que obviamente têm uma complexidade muito grande de mitigação porque não
686tem acordo global sobre isso. Das emissões diretas nós mitigamos 100%, aliás,
687mais de 100%, 150%, o Brasil fez um mecanismo independentemente dos
688esforços que as cidades sede estão fazendo, que se somar a esse processo de
689mitigação, mas emissões diretamente ligadas à Copa do Mundo nós já
690mitigamos. Então, nós começamos a Copa do mundo com a Copa 100%
691compensada do ponto de vista das emissões climáticas e terminaremos a Copa
692do Mundo fazendo até o final do ano uma avaliação *ex post* e com um
693processo também de mitigação das indiretas em função dessa avaliação *ex*
694*post*. Isso foi considerado modelo pela NFCCC, tem uma carta formal
695elogiando o Brasil e mais do que isso, não vai ser por falta do Green Gol que

696 nós não ganhamos a Copa. Então, espero que com isso pelo menos a área de
697 meio ambiente nós fizemos o gol e está feito do ponto de vista de clima coma
698 referência. E o meu último comentário é um reconhecimento público, um
699 agradecimento à parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o
700 Ministério dos Esportes, com o Ministério do Turismo que só foi possível o
701 Ministério do Meio Ambiente na coordenação desses esforços em relação à
702 Copa a essa parceria, o engajamento com o Ministério do Desenvolvimento
703 Agrário, MDA, o engajamento das suas equipes técnicas. E em particularmente
704 agradecimento aqui ao Langone, Ex-Secretário Executivo do Ministério do Meio
705 Ambiente, que coordenou perante o Ministério dos Esportes toda a agenda da
706 Copa em relação às arenas e a certificação e nos ajudou muito na construção
707 da agricultura orgânica e da construção do projeto de reciclagem de catadores
708 com a Secretaria Geral da Presidência da República. Então, faço aqui um
709 reconhecimento público, um agradecimento pelo engajamento profissional do
710 Langone e os resultados, senhores, são invejáveis porque a Fifa, ela mesma
711 reconhece que o que o Brasil está fazendo na área ambiental, no caso de
712 emissões climáticas nós temos, inclusive selo do baixo carbono. Esse selo com
713 essa metodologia poderá ser usado em outros eventos e a própria Fifa se
714 engaja em um processo de reciclagem quando ela usa, vai ter uma grande
715 campanha nos Estádios falando que recicle e adote a boa ideia. E o
716 Passaporte Verde é uma iniciativa que precede do você, ela muda, o mote é
717 você cuida do seu destino, você muda o seu destino na medida em que você
718 pode interagir com o seu destino turístico, o destino do seu planeta e ser mais
719 sustentável nesse comportamento. E temos Gisele Bundchen conduzindo essa
720 campanha em termos globais, a partir do que está sendo feito no Brasil. Então,
721 eu espero não só que sejamos muito bem sucedidos em relação á isso, que
722 tenhamos um aprendizado e mais do que isso, que a Gisele lidere como ela
723 lidera todo ano, ela é Embaixadora de Meio Ambiente das Nações Unidas e
724 que ela venha ao Brasil entregar a Copa, como a Fifa anunciou, ela vem
725 entregar para o Brasil, porque aí sim nós teremos vários Green Gol, espero eu.
726 Então, sucesso a vocês. Essas metodologias, os processos estão todos
727 disponíveis no site do Ministério, e a equipe do Ministério fica à disposição para
728 aqueles que queiram conhecer com mais transparência, ou mais objetividade,
729 ou mais detalhamento essas iniciativas todas. Muito obrigada a todos. Eu me
730 despeço então, e boa reunião para vocês, e o Marcelo Marcelino está aqui à
731 disposição para falar do inventário de fauna, vale a pena, é desse inventário
732 que nós saímos, que foi tão noticiado que a baleia jubarte sai da lista de
733 espécies ameaçadas de maior risco, mas continua numa categoria de sob
734 atenção, ela continua sob risco e essas estratégias todas estão agora mais
735 objetivas dentro da política ambiental no Brasil. Isso vai facilitar muito as
736 relações com o licenciamento ambiental, quando se tratar da questão de
737 espécies ameaçadas e mais uma vez eliminamos mais um achismo da política
738 ambiental no Brasil. Então, parabéns ao Instituto Chico Mendes, à equipe da
739 fauna e parabéns aos Estados que estão engajados no Cadastro Ambiental
740 Rural, a Abema tem um compromisso de entregar o cadastro e nós termos um
741 balanço bastante positivo sobre isso. Espero eu. Muito obrigada a todos. Chico,
742 você tem e você dá as notícias sobre o JEF, a reunião do JEF, quais as suas
743 novas conquistas e nós acabamos de aprovar o JEF Marinho, e espero sair a
744 nova estrutura do Ministério do Meio Ambiente já com a Diretoria de

745Ecosistemas Costeiros e Marinheiros. Mudamos a realidade com bastante
746pragmatismo. Muito obrigada a todos.

747

748

749(*Palmas!*).

750

751

752**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Nós
753vamos sequência aos nossos trabalhos. Queria convidar o Presidente do
754Ibama, Volney Zanardi para fazer a exposição relacionada á proposta de uma
755Instrução Normativa referente à Lista PET. Vamos só dar 30 segundos para
756todo mundo se acomodar, alguns lugares se abrem e outros são... Têm um
757certo tumulto quando a Ministra sai, mas eu acho que já podemos então, dar
758sequência à discussão. Vamos ouvir a proposta que o Ibama traz em relação à
759Lista PET. Volney.

760

761

762**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ibama)** – Senhor Presidente, senhoras e
763senhores Conselheiros, nós estamos hoje aqui retornando com o intuito de
764informar sobre os encaminhamentos que o Ibama deu em relação à uma
765determinação que tem no Art. 3º da Resolução 394/2007 que determina o
766Ibama a publicação das Listas das Espécies que poderão ser criadas, das
767espécies silvestres que poderão ser criadas e comercializadas como animais
768de estimação. Então, eu pediria que só colocasse, por favor, a apresentação.
769Nós na última reunião Conama nós nos comprometemos que nós iríamos
770concluir esse processo que já tem um longo tempo aí de amadurecimento e
771achamos importante, antes de editar a Instrução Normativa como está
772preconizada na Resolução 394/2007, fazer alguns esclarecimentos, trazer uma
773informação aqui do Conselho, até porque nós passamos por um momento bem
774complexo na política ambiental com toda a área, vamos dizer, a necessidade
775de acompanhamento e do cuidado da implementação do que está previsto na
776Lei Complementar 140. A Lei Complementar 140 ela trouxe aos Estados uma
777série de atribuições, no âmbito da gestão de fauna, que antes eram exercidas
778pelo Ibama. Dentro dessa perspectiva, esse processo é um processo em que é
779uma agenda que estava muito focada numa lógica federal, ela ganha agora
780uma dimensão muito maior, principalmente para essa Casa, que é o Conselho
781Nacional de Meio Ambiente onde nós teremos aí que fazer uma forte
782articulação entre as esferas de Governo. Antes muitas das normas que eram
783editadas pelo Ibama, passarão a ser editadas pelo Conselho Nacional de Meio
784Ambiente, o Ibama ficará restrito aos seus procedimentos internos, mas como
785essa Resolução ela já determina ao Ibama esse mandato para fazer uma lista
786que determina aquelas espécies silvestres que tem essa possibilidade de ser
787comercializadas e tratadas como animais de estimação, nós concluimos esse
788trabalho e estamos trazendo aqui hoje esse informe sobre essa lista. É um
789compromisso nosso, até o Major Robis que está aqui presente, uma grande
790preocupação das polícias ambientais dos Estados no sentido da importância
791dessa lista. Rapidamente eu acho importante falar um pouco do processo de
792construção da IN, houve uma primeira tentativa no período 2009. Uma série de
793trabalhos técnicos e Consulta Pública elaboradas pelo Ibama à época, e que
794não conseguiu avançar e chegar ao final. Em função disso, nós retomamos

795essa discussão dentro de uma perspectiva dessa agenda de fauna com uma
796Portaria que o Ibama editou a 1211 de 13 de julho de 2012, que criou um
797Comitê Técnico onde teve uma larga participação das diversas
798superintendências dos especialistas do Ibama, tivemos aí uma grande
799contribuição também do Instituto Chico Mendes, o Doutor Marcelino está aqui,
800o Instituto Chico Mendes também participou desse processo. Após uma
801primeira, vamos dizer assim, análise e a técnica, fizemos uma Consulta Pública
802que registrou mais de 25.000 registros nessa consulta, que durou de... O início
803de dezembro 2012 até março de 2013. E também nós tivemos que fazer
804avançar um pouco na discussão da Resolução no sentido de que nós não
805poderíamos editar uma Instrução Normativa simplesmente com a lista, que
806havia algumas questões que seriam fundamentais para a operacionalização da
807gestão e dessa lista como uma das ferramentas do processo de gestão de
808fauna, que também deveriam sair alguns procedimentos fundamentalmente
809ligados à questões de transição, de espécies que não estão sendo
810contempladas na lista e que já têm criadouros operando com essas espécies,
811essa própria regra de uma certa forma ela já está presente na 394, mas nós
812reescrevemos um pouco melhor ela. E de outra forma é uma questão
813importantíssima dentro desse processo que é a questão de maus tratos, que
814nós também e aí se define, vamos dizer, a ferramenta como o manual de
815guarda, responsável, a questão do termo de compromisso, porque tem que se
816entender que quando se tem um animal silvestre que está com uma pessoa,
817essa pessoa não é proprietária, ela tem uma guarda desse animal. Então, esse
818conceito é fundamental e essa discussão de maus tratos ela tem que ser
819considerada junto com essa perspectiva do uso dessas espécies, dentro de
820uma lógica de animais que podem ser tratados como animais de estimação. Eu
821queria encerrar aqui antes só de fazer depois uma passagem pela Resolução,
822dizer que nós temos algumas considerações sobre a questão da gestão de
823fauna e que dialogam com esse processo que nós falamos aí de
824descentralização da gestão que se implementa desde a Lei Complementar 140.
825Então, um dos aspectos é a questão da lista que nós trazemos hoje, aí eu acho
826que é uma das ferramentas desse processo. Nós temos aí todo um processo
827que já se estabelece com 26 Estados. Falta só um acordo e cooperação que
828nós estamos trabalhando num agenda nacional que tem a ver com
829capacitação, uso de sistemas, treinamento. Uma série de articulações que nós
830estamos fazendo dentro desse processo, a própria questão dos centros de
831triagem que estão sendo discutidas dentro dessa agenda com os Estados, e
832que tem sido uma receptividade muito boa. A própria questão de sistema
833também, o Ibama está fazendo toda uma evolução como o SisFauna o SisPas
834que estão sendo disponibilizados aí a exemplo que nós já fizemos com o DOF,
835todas as melhorias que se fez. E nós entendemos também o Ibama deverá
836além agora da edição desse lista que nós pretendemos agora concluir, próxima
837semana nós vamos preparar uma parte de comunicação, de como será
838informar a sociedade sobre o que é essa lista e não cometer talvez um erro que
839nós fizemos com a 457, que é interessante até chamar atenção que toda
840aquele discussão e que agora a Procuradoria Geral da República mandou
841arquivar o processo que dizia que a Resolução era inconstitucional e ela é
842constitucional, eu reforço o trabalho que foi feito aqui nesta casa, mas chamar
843atenção que existem outras ferramentas e que o Ibama irá dentro do possível
844subsidiar e propor a este Conselho. Uma delas é justamente a proposta de

845Resolução, sobre critérios de autorização e padronização das categorias de
846uso da fauna silvestre. Nós trabalhamos com se essa lista de animais fosse a
847única ferramenta, nós temos discussões agora sobre os criadouros comerciais,
848criadouros científicos, uma série de padronizações e de critérios que deverão
849ser, precisam ser tratados a nível nacional. E eu acho que o Conama é o
850espaço para isso. Nós também entendemos que precisa criar uma massa
851crítica dentro dessa discussão de fiscalização de fauna. Nós estamos trazendo
852para cá uma proposta de na próxima reunião do Conama tratarmos de um
853seminário sobre a fiscalização de fauna, que deverá incluir entre outras
854questões a questão de maus tratos que ela precisa de uma atenção a esse
855processo. E que deverá ir além disso, porque nós temos aí uma agenda
856estratégica que dialoga aí com a própria questão do tráfico de animais e de um
857processo de conserto que nós precisamos qualificar muito no âmbito
858nacional. E o Ibama também está desenvolvendo, nós estamos... Todo um
859processo de educação ambiental e esclarecimentos sobre as questões
860relacionadas à fauna, que nós estamos concentrando numa campanha
861nacional, que estará entrando logo em divulgação, que vai tratar também dessa
862questão de maus tratos, da guarda responsável, dessa compressão que o
863animal está sobre a guarda e não sobre a propriedade de alguém que define.
864Ele tem uma responsabilidade em relação a essa espécie que está com ele.
865E seria importante também chamar atenção e eu gostaria muito de agradecer a
866equipe técnica do Ibama que coordenou esse trabalho porque como vocês
867veem não é fácil essa agenda de fauna. Foram 5 anos, mais de 5 anos de
868trabalho para chegar onde nós chegamos hoje aqui. Então, eu queria
869agradecer muito a equipe da DPFlor Rio, Jorge, a Isabel. Queria agradecer
870muito também ao Secretário Cavalcanti, uma das maiores especialistas na
871agenda de fauna da nossa Academia, que contribuiu e foi sempre uma
872instância de diálogo e de referência para o trabalho que nós conduzimos. E
873deixar também já que nós vamos encaminhar aqui ao Conama hoje já a Minuta
874da Resolução, nós deveremos estar encaminhando as notas técnicas para
875serem divulgadas aos Conselheiros, também iremos disponibilizar essa
876apresentação, e adiantar que nós também... Esse aqui é um material que vai
877ser colocado à disposição no site do Ibama e que vai esclarecer o objetivo
878dessa lista. Então, eu acho que com isso eu concluo, vamos dizer assim, essa
879parte mais da apresentação e contextualização, dizendo desse momento de
880transição que nós vivemos agora, e que essa casa terá um papel fundamental
881em apoiar e consolidar a gestão de fauna no País. E eu queria dar uma
882passada na nossa Resolução, na Resolução não, desculpe, na Instrução
883Normativa que o Ibama deverá editar nos próximos dias. Então, aqui nós temos
884no artigo, na ementa já fica clara a questão da lista espécies da fauna silvestre
885que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação. O art.
8861º ele traz esses aspectos no Parágrafo Único regra de transição justamente
887para poder contemplar aí um processo depois de readequação e de
888incorporação ou exclusão de espécies que estão citadas na lista. O art. 2º ele
889trata da questão das espécies ameaçadas e o problema que só pode realizada
890a comercialização a partir da segunda geração. Temos aí aspectos
891relacionados à vedação no art. 4º da comercialização de aves marcadas com
892anilhas do Ibama, que isso requer na questão do comercial e do amador e essa
893necessidade de nós começarmos na outra Resolução a definir quais são os
894critérios dos outros tipos de criadouros. Nós temos ainda no art. 5º a

895 importância aí da publicação a partir da Instrução Normativa os criadouros
896 deverão apresentar ao órgão ambiental competente, e aí aos Estados que vão
897 autorizar esses criadouros, essa discussão do manual de guarda responsável,
898 de uma série de critérios aí que apresentam o manual e a questão do termo de
899 compromisso. E nós temos também todos esses aspectos relacionados à
900 própria marcação, que era importante chamar que a marcação desses animais
901 já está definida numa IN que é a 02/2011 do Ibama. São todos esses aspectos
902 que depois nós vamos ter que gradativamente dentro do próprio Conama ir
903 revisando e vendo essa imigração Instruções Normativas do Ibama se
904 transformando em Resoluções de referências nacionais. Então, esse processo
905 é um processo complexo, um processo que vai pedir atenção de todos e eu
906 acho que deverá tomar um bom tempo da atenção dessa casa, mas nos
907 parece que essa é uma agenda importantíssima para o País, ela tem um valor
908 fundamental para conservação da nossa biodiversidade. Ela também tem uma
909 relação com os aspectos socioeconômicos e que não podem ser desprezados.
910 E cabe à nossa área de meio ambiente assumir com a devida atenção e
911 responsabilidade uma agenda dessas que têm essa importância estratégica
912 para o País. Então, eu queria deixar claro que nós temos o nosso pessoal da
913 nossa equipe aqui à disposição, se alguém depois tiver alguma dúvida sobre a
914 lista que vocês vão ver que são cerca de 60 aves. Houve um foco de tentar...
915 Houve também uma possibilidade de incluir quelônios, originalmente na lista
916 tinham dois quelônios, no entanto, por questão da própria justiça que
917 determinou que esse tipo de espécie não deveria... As tartaruginhas não
918 deveriam fazer parte de lista de animais de comercialização, nós retiramos.
919 Então, hoje essa lista ela se resume a aves, vamos dizer assim, concentra aí a
920 maior parte do interesse na questão de animais com esse viés de estimação.
921 Que não são animais domésticos, mas que têm essas características, mas
922 lembrar que a 394 especifica os critérios, o trabalho do Ibama foi de fazer uma
923 aplicação desses critérios, há mais de 25.000 solicitações de inclusão ou
924 exclusão dessas espécie, e que esse trabalho ele tem uma referência técnica,
925 são eu acho que 3 ou 4 notas técnicas que ficarão também à disposição de
926 vocês no site do Conama. Então, obrigado.

927

928

929 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Muito
930 obrigado ao Presidente do Ibama. Volney você gostaria de discutir, abrir para
931 perguntas agora? Então, estamos abertos para alguns, o pessoal se identifique
932 e sejamos o mais breve possível.

933

934

935 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ibama)** – O Professor Cavalcanti gostaria
936 de fazer uma observação.

937

938

939 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom,
940 então depois da complementação do Secretário Roberto Cavalcanti, quem tiver
941 alguns, por favor, faça, mas com brevidade para nós aproveitarmos o tempo.
942 Obrigado.

943

944

945 **O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e**
946 **Floresta)** – Obrigado, Presidente da mesa e colegas. A situação da Lista PET
947 vocês sabem bem qual é. Nós temos a situação atual que é um número
948 estimado, não sei se o Volney colocou esses números, mas até um milhão de
949 criadores de espécies nativas de todos os tipos. Existem problemas sérios e
950 internos, e o Conama realmente tem a ajudar a pilotar a Resolução. Então, eu
951 queria cumprimentar o Ibama, o Volney e a equipe por estar trazendo,
952 pilotando o assunto de uma forma estruturada. Eu sei que existe um grau de
953 entusiasmo, frustração e paciência de todos os setores, estão representados
954 aqui setores chaves dessa agenda, o Conama tem se debruçado e dado
955 orientações claras, como foi o caso da Resolução 457 e outras que são
956 relacionadas à questão da manutenção de animais da fauna nativa em
957 ambientes domésticos. Agora qual o vetor que está se procurando atingir?
958 Primeiro é o seguinte, as sociedades humanas têm uma afinidade enorme com
959 as espécies de fauna. Não só os animais domésticos, mas a fauna em geral.
960 Como é que você pode promover o convívio entre as sociedades humanas e a
961 fauna nativa sem que isso se traduza em prejuízos para a fauna e em
962 condições de manutenção da fauna em ambiente doméstico incompatíveis.
963 Então, o objetivo da Lista PET é de ajudar a resolver parte essencial, mas não
964 a totalidade do problema. Primeiro o seguinte, quais as espécie que a princípio
965 são susceptíveis à domesticação? E eu cinicamente sou criticado por dizer nós
966 estamos procurando uma abordagem 80/20, que é o de pegar aqueles 20% das
967 espécies, do total criado ou criável, mas aqueles 20% de espécies da fauna
968 nativa, que são de fato mais apropriados para domesticação e para o convívio
969 doméstico, e começar a desimpedir por isso. Tem uma série de outras
970 espécies que são susceptíveis de serem criados, não há problema em criá-las,
971 mas elas não são espécies a princípio que se ambientam naturalmente em
972 ambiente doméstico, ou pelo tipo de hábitos, pela exigência de espaço e etc.,
973 não, quer dizer, que essas espécies não possam ser criadas, mas a Lista PET
974 são aquelas espécies que a princípio podem ser, assim como espécies da
975 fauna exótica, susceptíveis de transações no varejo. O objetivo da Lista PET é
976 simplificar o tratamento de comércio e manutenção de espécies da fauna
977 nativa. Então, o pessoal de criadouros já chegou com uma lista potencial de
978 quase 500 espécies. Quem sou eu dizer para dizer que é impossível criar 500
979 espécies, não sou a pessoa certa. Acontece que eu sou, como muito de vocês
980 treinado em biologia, fauna, ornitologia, e eu sei que maioria das espécies não
981 são adequadas ao ambiente doméstico, não querem dizer que elas não
982 possam ser criadas em manejo extensivo, ou seja como for. Então, tem
983 também uma percepção de que como o Governo trabalha episodicamente, o
984 que não for resolvido agora nunca vai ser resolvido. Então, o grau de extensão
985 sobre a Lista PET, por isso é extraordinário, todo mundo está com medo que
986 se a minha espécie não entrar na lista hoje nunca vai entrar. Acontece que
987 como foi colocado pela Ministra, com muito propriedade, a estratégia de fauna
988 que o MMA está olhando não é só a Lista PET, tem uma série de outros
989 elementos complementares. A Lista de Espécies Raras e Ameaçadas, que é
990 para mostrar que essas espécies... Nós vamos fazer um seminário na semana
991 que vem, a pedido da Ministra para a semana do meio ambiente em que o
992 tema vai ser o uso econômico de espécies raras e ameaçadas de extinção,
993 para mostrar que o fato das espécies estarem na lista não quer dizer que elas
994 não sejam susceptíveis de interação com as sociedades humanas. O pessoal

995dos aeroportos está ali me olhando fixamente, é o seguinte, se tem ou não uma
996espécie ameaçada pode haver ou não supressão na área dos aeroportos, não
997é só a Lista PET, mas o objetivo de Lista PET e esses problemas são todos
998endereçados de uma forma coordenada, obviamente não dá para avançar
999100%, imediatamente. Mas o objetivo da Lista PET é eu identificar que
1000percentagem das espécies que hoje são criadas são susceptíveis de fazer
1001estímulo a criação de reduzir o custo de transação na criação e no comércio.
1002Ou seja, são a princípio as espécies que são mais susceptíveis de
1003domesticação e de manutenção e ambientes domésticos sem problema.
1004Recebemos sugestões de todos os lados. É óbvio que tem um grupo que diz a
1005Lista deveria ser zero e o grupo que defende a lista zero, que já se apresentou
1006várias vezes dentro e fora do Conama e tem os argumentos de que as atuais
1007condições de manutenção das espécies nativas apresentam muitos riscos,
1008portanto, no âmbito não é recomendável. Por outro lado você tem experiências
1009bem sucedidas há décadas, de criação de espécies nativas em ambientes com
1010propriedade, com condições favoráveis, ou seja, a Lista PET procura pinçar
1011esses elementos e fazer a fila andar. O que está sendo apresentado para o
1012Conama é a forma como que o Ibama vai normatizar essa questão, por decisão
1013e exigência do Conama, e por tabela como que a SBF está dando o apoio
1014técnico-científico e legal para que a lista possa transitar. É uma lista que
1015levanta uma série de questões, por exemplo, quem está criando espécies que
1016não está na lista como vai ser? Já existe uma orientação? E o Volney,
1017infelizmente não peguei toda a sua apresentação, não sei se você falou isso,
1018mas é óbvio que tem regras de transição, os criatórios comerciais não são os
1019únicos criatórios, se alguém diz que quer criar uma espécie raríssima não tem
1020problema, mas isso não vai entrar na Lista PET, vai entrar no criatório científico
1021com outras características, ou seja, não é proibido criar qualquer espécie, mas
1022a criação de espécies da fauna vai depender das condições daquela espécie e
1023do ambiente em que você está querendo colocar. Se você quer criar para
1024introdução na natureza é uma coisa, a Lista PET é para criar com vistas ao
1025comércio e à domesticação. Esse é o foco da Lista PET. Tem um outro grupo
1026que diz bom e a criação comercial com fins de abate? É uma outra pergunta,
1027isso não está na mesa no momento. E o debate é um debate que tem que
1028envolver todos os lados porque, senão o que acontece? Sai daqui do Conama
1029e já bate no noticiário, na primeira parede, ou então os Estados têm também
1030que se posicionar e... Presidente, eu já vou fechar, mas eu acho essencial o
1031debate no Conama pelo seguinte, qual a função precípua do Conama? O que
1032circula só na esfera federal, a princípio não precisa vir para o Conama porque
1033Governo Federal tem várias formas de articulação dentro do Governo Federal,
1034o diferencial do Conama é em primeiro lugar, e não por ordem hierárquica, a
1035articulação entre as políticas federais e as políticas estaduais, que só ocorrem
1036nesse espaço. Essencial a participação não só do MDA, mas dos outros órgãos
1037federais, porque senão fica um negócio setorizado demais. Então, a
1038presidência dos órgãos federais chave do MMA aqui no Conama é um acesso
1039que poucos fóruns existem para essa agenda. E finalmente, mas não menos
1040importante, a presença da sociedade civil, da área empresarial e de todos.
1041Qual é essa função? É o pessoal que dá a pauta. É o que sobe para a pauta
1042do Conama, é o que vem de supressão da sociedade civil, das empresas e diz:
1043os Governos têm que resolver esse negócio. Então, a Lista PET de certa forma
1044atende a todos esses pré-requisitos, portanto, tem que ser trazidos para o

1045Conama. É um assunto que: são espécies de distribuição nacional, não
1046restritas a um Estado, mas há o licenciamento, a legislação, a criação local é
1047de responsabilidade dos Estados. Agora, a lista nacional tem que sair dos
1048órgãos federais e tem uma repercussão que não é restrita ao Ministério do
1049Meio Ambiente, portanto daí a presença dos demais. O Presidente do Ibama
1050deu um prazo para apresentar sugestões. Não? Acabou? Então não tem prazo.
1051Mas quaisquer comentários e sugestões, todos os comentários que o Ibama
1052recebeu foram enviados pra a SBF e nós fizemos pareceres técnicos sobre
1053isso. Se quiserem nós podemos disponibilizar, dar acesso e... Eu não sei se eu
1054ajudei, ou atrapalhei, mas a informação que eu tinha era esta.

1055

1056

1057**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – O senhor me
1058promoveu. Obrigado. Na verdade é um agradecimento e um pedido ao Doutor
1059Volney. O agradecimento ao Ibama pelo empenho, pela responsabilidade com
1060que tratou esse assunto e que com certeza vai repercutir de forma muito
1061positiva para todos os Estados que levam a sério esse assunto porque a partir
1062dele nós teremos a possibilidade de implementar a tão discutida e necessária
1063457. Então, parabéns. O apoio do CNCG ao trabalho do Ibama e do Ministério.
1064Então, esse é um agradecimento, a seriedade como foi tratado. E um pedido,
1065que também incorpore a 457 o Cadastro Nacional, que é um sistema que está
1066previsto na 457 e que por meio do qual os Estados incluirão as informações
1067daqueles animais encaminhados com o fim de guarda ou de depósito. Então,
1068fundamental que esse sistema seja implementado o quanto antes, nós demos, a
1069próprio pedido do Ibama o Conama deu 2 anos de prazo para esse cadastro
1070ser implementado. Então, seria muito oportuno que ele fosse implementado
1071para nós pudéssemos ter informações de âmbito nacional, abastecer os órgãos
1072de fiscalização a partir desse sistema poderão ter informações de inteligência
1073para poder implementar atividades de fiscalização. Obrigado, Volney.
1074Obrigado, Secretário.

1075

1076

1077**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Você
1078quer falar sobre isso? Vamos pegar todo mundo, depois você fala de uma vez.
1079Polinamo? Mais alguma intervenção sobre esse assunto? Então, Presidente,
1080por favor, Doutor Volney pode arrematar.

1081

1082

1083**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ibama)** – Senhoras e senhores
1084Conselheiros, só para responder ao Major Robis, nós estamos, nós priorizamos
1085aquela primeira demanda da 457, no sentido da marcação dos animais. Então,
1086jato uma Instrução Normativa que trata das questões relacionadas à marcação
1087dos animais para estimação. E nós estamos trabalhando, já está no nosso
1088PDTI O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ibama a questão do
1089cadastro e nós iremos atender o prazo e não entregarmos antes. Então,
1090deixar claro que o Ibama está acompanhando toda essa parte de suporte, há
1091uma perspectiva de uma gestão não só mais federal, mais nacional, o Ibama é
1092parceiro para subsidiar o Conama e para trabalhar junto com os Estados e os
1093termos de cooperação têm sido a nossa ferramenta para isso e nós então, hoje
1094aqui apresentamos e viemos informar ao Conama sobre uma tarefa que foi

1095demandada ao Ibama com algum atraso, nós reconhecemos, mas com certeza
1096essa Instrução Normativa que nós retiraríamos agora provavelmente nos
1097próximos 10, 15 dias, nós vamos concluir essa questão da parte de
1098comunicação. Vai ajudar a fazer esse sistema funcionar. Só que nós fizemos
1099questão de esclarecer. Existem muitas questões que nós deveremos trabalhar
1100aqui Doutor dessa casa para fazer esse sistema trabalhar com a eficiência e
1101com a qualidade que ele demanda. Então, eu queria agradecer a todos, o apoio
1102de todos. Obrigado.

1103

1104

1105**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal
1106obrigado a todos. Então, nós vamos dar início ao nosso próximo ponto de
1107pauta. Nós temos alguns novos Conselheiros, vamos apresentá-los
1108rapidamente. Passo a condução para a Doutora Adriana Mandarino.

1109

1110

1111**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1112**DConama)** – Bom-dia a todos. Como novos Conselheiros o Comando da
1113Aeronáutica, Capitão Fábio Teófilo da Silva, se alguém estiver aí eu peço que
1114se apresente ao Conselho. Pelo ICMBio o João Arnaldo Novaes; o Ministério
1115da Educação Jane Fátima Fonteles Fontana; Ministério da Previdência Damile
1116Teixeira da Silva; pelos Governos Estaduais algumas mudanças, Jales
1117Rodrigues Naves e a Denise da Leva Costa. Governo do Maranhão, Genilde
1118Campanaro, Governo do Paraná, João Batista Campos; Piauí, Mário Ângelo de
1119Menezes Souza; Governo de São Paulo, o nosso representante antigo da
1120CTAJ, Daniel Glaessel Ramalho Júnior; Santa Catarina, Bruno Henrique
1121Belfos; Governo do Tocantins, Rômulo Rogério Jacomi Mascarenhas e Rubens
1122Pereira Brito. E pela Apromac voltando à condição de Conselheiro o Hassan.
1123Sejam todos bem vindos e eu aproveito, Presidente... Qual é o nome dela?
1124Sônia Solange Maciel, possivelmente ela não consta nessa lista porque ainda
1125na deve ter havido tempo hábil de fazer a Portaria da Ministra de designação,
1126mas, enfim, muito bem vinda ela. E eu aproveito muito rapidamente para dizer,
1127na próxima Plenária nós vamos tirar foto do celular de quem ainda não está
1128com foto ainda, porque isso faz toda a diferença. Faz toda a diferença para que
1129nós possamos nos reconhecer uns aos outros mais facilmente e ter isso no
1130site. Até hoje só uma pessoa disse que efetivamente não queria ter a foto, no
1131mais eu imagino que não haja contrariedade, quem quiser uma foto melhor que
1132nos envie. Então, é um pedido.

1133

1134

1135**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
1136lá. Pessoal, nós vamos considerar aprovada também, salvo engano, a ata da
1137reunião, da 113ª Reunião Ordinária do Conama de março, a não ser que haja
1138alguma observação da parte de vocês. Há alguma observação em relação a
1139nossa última ata que vocês receberam? Aqueles que forem contrários, por
1140favor, se manifestem. Aqueles que estiverem de acordo, por favor, levantem os
1141seus crachás. Obrigado pessoal. Vamos dar início então à nossa tribuna livre.
1142Eu queria só dizer o seguinte em função do nosso atraso na programação, se
1143por causa nós não conseguirmos todos os inscritos na tribuna livre falar agora,

1144nós vamos fazer uma interrupção e retomamos a tribuna livre após a exposição
1145do Paulo Maldos no início da tarde.

1146

1147

1148**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1149**DConama) –** Primeiro, Carlos Bocuhy, Proam.

1150

1151

1152**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Deixa-
1153me dar o recado de praxe. Por favor, procurem ser o mais breves possível na
1154sua exposição, de modo que os demais possam participar, mas de qualquer
1155forma a tribuna livre está para todos se manifestarem e se nós não formos, não
1156pudermos encerrar antes do almoço, retomamos na parte da tarde. Muito
1157obrigado, Bocuhy.

1158

1159

1160**SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam) –** Bom-dia a todos,
1161Bom dia senhores Secretários e senhores Conselheiros. Eu trago aqui uma
1162preocupação com relação a um momento interessante que nós estamos
1163atravessando. No último dia 20 de maio, as 66 seguradoras, principais
1164seguradoras do mundo assinaram a Declaração de Genebra, preocupados com
1165os efeitos dos eventos climáticos que poderiam levar as asseguradoras a uma
1166situação de insolvência, isso ficou comprovado com o caso Catrina. No Brasil,
1167nós temos vários bancos signatários de vários protocolos no sentido de que a
1168economia se adapte à responsabilidade socioambiental. O Banco do Brasil é
1169signatário do Protocolo do Equador, outros também como Bradesco, de banco,
1170enfim, os cinco maiores são. E recentemente, o protocolo do Equador tem uma
1171versão de 2013 que ainda não foi incorporada pelos bancos como diretrizes,
1172como salvaguarda para concessão de financiamento. Ocorre que no último dia
117325 de abril, o Conselho Econômico Nacional editou uma Resolução dando
1174prazo de um ano para que os bancos brasileiros apresentem a sua política de
1175responsabilidade socioambiental. Então, nós estamos exatamente nesse
1176momento em que ops bancos brasileiros estão definindo a sua política de
1177financiamento. Entrar nesse processo com uma visão da área ambiental
1178significa entrar exatamente naquele conflito que nós estamos sempre
1179enfrentando no varejo, que é o conflito entre a proteção ambiental e a
1180velocidade da economia, são ritmos diferentes, é o ritmo natural e o ritmo da
1181econpomia que é o ritmo rápido e desconsidera o capital natural que é a nossa
1182base ecossistemica. Nesse sentido, como estamos nesse prazo, para que os
1183bancos apresentem a sua política, eu faço um apelo ao Conama e à
1184Secretaria-Executiva do Conama, e também à Ministra do Meio Ambiente, para
1185que nós possamos interferir positivamente nesse processo, porque isso definirá
1186responsabilidades socioambientais para os próximos anos. Então, o Conama
1187não pode ficar à margem dessa discussão, nós não podemos... Reducionista
1188da de política ambiental, da política ambiental brasileira, eu admiro muito o
1189nosso empenho na discussão de biodiversidade, admiro muito nosso empenho
1190em discussão de questões que são afetas, mais afetas ao próprio perfil do
1191MMA, mas também acho que nós devemos ampliar a nossa visão e sermos
1192oportunos no momento em que essas transformações ocorrem, porque depois
1193que elas ocorrerem nós pouca influência poderemos exercer. Então, é esse o

1194apelo e gostaria muito de ver essa discussão discutida no âmbito do Conselho
1195Nacional de Meio Ambiente, talvez com uma recomendação para que os
1196bancos adotem tais itens, ou seja, um pequeno termo de referência sugerido
1197pelo Conselho Nacional para que os bancos venham a incorporar nas suas
1198políticas de responsabilidade socioambiental. Obrigado.

1199

1200

1201**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1202**DConama)** – Obrigada, Bocuhy, Saint Clair, Ministério Público Estadual.

1203

1204

1205**O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministérios Públicos**
1206**Estaduais)** – Muito obrigado. Bom dia a todos. Eu venho apresentar uma
1207solicitação do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Brasil, por
1208representação dos chefes dos Ministérios Públicos dos Estados, através de sua
1209Comissão de Meio Ambiente e Urbanismo que já encaminhou a solicitação à
1210Secretaria-Executiva do Conselho, através dos ofícios 81 de 21 de março, e 05
1211também do mês de maio, para que a Secretaria-Executiva ou da forma que se
1212encontrar para que faça essa resposta, indique aos Procuradores Gerais do
1213Brasil, o que significa a expressão órgão ambiental capacitado dentro do que
1214dispõe a Lei Complementar 140, para que os Ministérios Públicos possam
1215acompanhar implementação do licenciamento ambiental que está sendo dados
1216aos Estados. Eu não sei como o Conama vai fazer isso, se vai ser uma nota
1217técnica, se vai ser uma simples comunicação ao Conselho Nacional dos
1218Procuradores Gerais, para que possam fundar orientação aos Ministérios
1219Públicos dos Estados, solicitação que me foi passada. Muito obrigado.

1220

1221

1222**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1223**DConama)** – Obrigada, Saint Clair. Só adiantando esse documento está na
1224Conjur ára uma avaliação jurídica em primeiro momento. Eu passo a chamar o
1225Marcus Polignano, mas eu aproveito para ler a lista de quem está inscrito e ver
1226se mais alguém ainda se inscreve. Pedro Wilson, pela Anamma; Tadeu, Sócios
1227da Natureza; Lisiane, pela Sobemap, Zuleika, João Carlos Di Carli e João
1228Vieira, pelo CNC. São esses os inscritos? Ok.

1229

1230

1231**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaycui)** – Bom dia a
1232todos. Eu tenho sempre usado essa tribuna aqui para ser um pouco o porta-voz
1233da questão das águas e não poderia deixar esse momento de colocar algumas
1234questões que eu acho importantes em relação ao que nós estamos vivendo na
1235questão dos cursos d'água no Brasil. eu não vou falar mais do Cantareira
1236porque o Canteira já foi muito decantado em verso e prosa, mas eu quero
1237chamar atenção do São Francisco. A situação do São Francisco está
1238extremamente grave. O Comitê, inclusive tem alertado a sociedade brasileira
1239sobre a situação crítica em o que rio está. Eu quero chamar até a atenção do
1240meu Estado, Minas Gerais, para vocês terem uma informação, nós temos uma
1241barragem importante que é a Barragem de Três Marias. A Barragem de Três
1242Marias hoje está com 16% só do volume dela, a continuar a atual vazão que é
1243de 200 metros cúbicos por segundo, quando chegar em novembro a barragem

1244vai zerar. Quem não conhece pirapora, pirapora fica na margem do São
1245Francisco, tinha uma quantidade enorme de água, a população hoje não
1246consegue abastecer na margem do São Francisco. Então, eu estou dizendo
1247que primeiro, chamar atenção de todo mundo para a situação do São
1248Francisco, das Bacias Hidrográficas e uma coisa que eu sempre venho
1249colocando aqui, que o licenciamento ambiental tem que falar mais com a
1250questão da gestão dos recursos hídricos e com a questão das bacias
1251hidrográficas. Esse é um fator econômico limitante e importante para qualquer
1252modelo, tanto de desenvolvimento social quanto econômico. Mas eu queria
1253também ser propositivo, e aqui eu queria contar com a sensibilização do
1254Conama para uma situação mais específica, que é o problema do fósforo nos
1255rios brasileiros. Essa casa já teve uma Resolução que foi a 359/2005, que
1256limitava a quantidade de fósforos na composição dos detergentes domésticos.
1257Isso é fundamental e eu acho que é hora de avançarmos nessa questão da
1258limitação. O fósforo é um elemento que está sendo retirado da natureza, ele
1259não tem capacidade de se renovar, ou seja, nós estamos retirando, e o
1260problema é a quantidade do que nós estamos depositando nos cursos d'água.
1261E qual é o problema da disposição disso? É que os nossos rios limitados na
1262sua quantidade têm, não têm capacidade de suporte para esse excesso de
1263fósforo que está indo para dentro dos rios, resultado disso é que nós estamos
1264tendo surtos, aflorações de cianobactérias, o Rio das Velhas mesmo é um rio
1265que passou 6 meses do ano passado com afloração de cianobactéria, o que
1266impede praticamente o uso da água para qualquer uso. Então, eu estou
1267encaminhando à direção desta casa uma proposta para alteração da 359 para
1268definitivamente se banir o fósforo da composição dos detergentes, coisa que já
1269aconteceu em países europeus e nos Estados Unidos desde a década de 80.
1270Isso não é um problema mais de viabilidade econômica, a indústria tem como
1271suprir isso e seria um alívio para os rios brasileiros. Então, estamos
1272encaminhando em nome das entidades uma proposta de Resolução para
1273tramitar nossa casa. Obrigado.

1274

1275

1276**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1277**DConama)** – Obrigada, Polignano. Nós vamos dar a tramitação, pedir os
1278pareceres e depois ir para o Cipam, tramitando normalmente. Pedro Wilson,
1279selo Anamma.

1280

1281

1282**O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma Nacional)** – Bom dia a todos
1283e a todas. Primeiro, Senhora Presidenta aqui deste Conselho, representando
1284aqui, eu gostaria de registrar o falecimento de Dom Thomás Balduino, um
1285grande lutador em defesa do meio ambiente do Brasil, principalmente das
1286nações indígenas, da reforma agrária e da agricultura agroecológica familiar.
1287Dom Thomás expressou toda uma luta ao longo de anos 60, de Conceição no
1288Pará, a Ilha do Bananal, em Tocantins no Goiás, na Diocese de Goiás. Faria
1289um apelo à direção do Conama que enviasse à CNBB, a Diocese de Goiás, à
1290família de Dom Thomás e a congregação dominicana o voto de solidariedade e
1291de reconhecimento desse grande homem de Goiás e do Brasil na defesa dos
1292direitos humanos e na luta em defesa ambiental. Eu gostaria também de
1293prestar contas senhor secretário, de que o Conama pediu que nós

1294representássemos esse Conselho no recente Grupo de Trabalho entre
1295Ministérios e entre Conselhos, Conama, Conselho das Cidades, que vai tratar
1296da questão no Ministério das Cidades, no Conselho das Cidades, da questão
1297do saneamento. Estivemos lá, comunicamos à direção do Conama a
1298importância desse Grupo de Trabalho que vai monitorar a questão da
1299realização do Plano Nacional, o Plansab, os Planos Estaduais e os Planos
1300Municipais que estão em andamento juntamente com os Planos de Resíduos
1301Sólidos, Drenagem e mesmo de Coleta Seletiva. A importância desse Grupo de
1302Trabalho para acompanhar com representantes do Governo Federal, dos
1303Governos Estaduais e de entidades representativas e do Conama, dessa
1304questão de que é a aplicação do Plansab, está estabelecida uma quantidade
1305enorme de recursos, quinhentos e tres bilhões para os próximos 20 anos. Mas
1306o que significa esse Plansab? O que vai significar? E quero aqui também na
1307direção aqui, a importância do saneamento municipal no Brasil. Agora no
1308coimeço de maio, na cidade de Uberlândia a Semae realizou a sua 44ª reunião
1309para discutir o rumo do saneamento no Brasil, para que nós saibamos quem
1310está realizando, os recursos que são vultosos, mas como está a aplicação
1311principalmente coincidindo ao saneamento em relação ao esgoto e a água,
1312porque ainda há uma grande diferença no Brasil na questão do saneamento,
1313no tratamento da água e também dos esgotos. A água chega a 90% o esgoto
1314chega a 50%. Esse desentrosamento leva a situações drmaáticas na nossa
1315cidade. Também gostaria de manifestar aqui em meu nome, e saudando aqui o
1316novo Conselheiro Jales, ao encontro das águas de Goiás, realizado pelo
1317Governo de Goiás, principalmente a Secretária Jaqueline Vieira; o Bento
1318Godoy que é o Presidente dos Comitês de Bacias do Rio Paranaíba, foi um
1319encontro, o primeiro em Goiás para discutir o que nós queremos é que esse
1320encontre, que se realize no Brasil principalmente com a participação da
1321sociedade civil, organizada em ONGs, em grupo que têm participação não só
1322nos Comitês de Bacias, mas também em toda a discussão desse grande tema
1323que são as águas do Brasil. Dois apelos à direção do Conama, de que nos
1324informe, eu pedi essa informação na vez passada, de que como está a
1325divulgação do trabalho aprovado pela Conferência Rio Mais 20, da questão dos
1326objetivos de desenvolvimento sustentável, quer dizer, hoje o Ministro das
1327Relações Exteriores foi o nosso representante, a Ministra esteve presente, que
1328nós possamos, já temos um documento preliminar, que ele seja divulgado e,
1329inclusive principalmente para os nossos Conselheiros. Eu acho que nós já
1330temos... Se tem nós podemos ter acesso passados dois anos da Conferência
1331Nacional no Rio de Janeiro. O apelo aqui aos representantes dos Estados. A
1332Abema, o Doutor Gurgel e Eugênio, e todos os Conselheiros de que nós
1333possamos, Ibama, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, e órgãos
1334municipais e estaduais que existem em cada Estado, unidades municipalistas,
1335que possam ser instalada a tripartite nos Estados. Os municípios não podem
1336ser relegados a um segundo plano. Eu estava vendo aqui a ilustre Ministra,
1337falando de todos os convênios com os Estados, normalmente os municípios
1338onde estão as propriedades rurais do CAR não são chamados municípios. E
1339nós temos 5 entidades municipais no Brasil de expressão que é a CNM, a ABM
1340e a Frente Nacional de Prefeitos, além da Anamma que preside, tem vários
1341representantes e a Semae, e nós acrescentamos inclusioove a Abes que é
1342também uma instituição histórica no Brasil. Então, a importância de que nós
1343possamos sentar à mesa. Já tem Estado como o Goiás que legalmente já

1344estabeleceu a participação, mas ainda vamos ver a lei 140, vamos ver a
1345discussão amanhã, a lei 140, a questão TCFA e outras participações. O
1346impacto ambiental grande ou pequeno ele acontece no município. E tem
1347Estados, inclusive está tentando retirar como Rondônia, às vezes da
1348competência do município. Eu estou falando aqui no informe, solidariedade, é
1349preciso que a Abema, a Anamma juntas com o Ibama possam estabelecer uma
1350meta em que os Municípios participem da questão da discussão ambiental, não
1351só via Resolução Nacional ou Estadual. Nós não queremos mitigar poderes e
1352etc., nós queremos participar porque é no Município que acontece a questão do
1353impacto, seja intermunicipal, seja interestadual, o Município tem que participar.
1354Então, é esse apelo que eu faço e a Anamma faz esse apelo. Nós estamos
1355participando aqui, o Conama é o parlamento ambiental brasileiro, às vezes
1356causa até ciúme no Congresso onde participara, sempre o pessoal ficava
1357olhando as nossas Resoluções se nós não estávamos subtraindo o poder lá do
1358Congresso. Eu acho que o Conama tem uma história que já está aí há
1359décadas. Então, é hora de que os Estados, os Conselhos, os Consemas, os
1360Conselhos Estaduais de Meio Ambiente possam incluir organismos
1361municipalistas como as federações municipalistas estaduais ou as Anammas
1362estaduais para nós termos um diálogo e buscar um melhor desenvolvimento
1363sustentável para o Brasil. Por isso nós queremos aqui lembrar, além dessa
1364figura extraordinária que é de Dom Thomás, pedir essa comunicação, saudar o
1365dia 05 de junho, na próxima semana temos o dia 05 de junho, que o dia 05 de
1366junho não seja uma data, mas que seja elemento de nós repensássemos a
1367Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a questão de meio
1368ambiente. Lembrando que meio ambiente hoje não é só a floresta, 85% das
1369pessoas estão na cidade. Então, nós temos que falar quando falar de meio
1370ambiente pensar a cidade, pensar os córregos, os rios profundamente poluídos.
1371E para concluir só essa lembrança. Desculpa. O caso irônico de São Paulo
1372sem água e dois grandes rios passando dentro da cidade de São Paulo, mas
1373não podendo ser usada porque o todo o Tieté... Eu morei em São Paulo, tenho
1374uma grata lembrança e agradecimento por estar em São Paulo, minha mulher é
1375de São Paulo. Então, nós ficamos vendo, discutindo Cantareira nós ficamos
1376parecendo que é uma palavra mágica e vendo o Tieté, o Pinheiro e outros ali
1377dentro de São Paulo, não podendo ser utilizado para o abastecimento humano
1378daquela grande capital. Muito obrigado.

1379

1380

1381**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1382**DConama)** – Tadeu, o próximo inscrito e nós temos ainda seis pessoas
1383inscritas. Então, a mesa uma celeridade.

1384

1385

1386**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Senão o
1387almoço se impõe.

1388

1389

1390**O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Fazer um desafio ao
1391Plenário do Conama, a todos, mas principalmente ao pessoal do Ministério do
1392Meio Ambiente, do Ibama, da Abema, da Anamma, e até da CNI e do Ministério
1393Público, tanto estadual quanto federal. Esse país é grande, enorme, rico, belo,

1394mas existem intensos problemas ambientais e um deles é a queima de
1395combustíveis fósseis, que só quem vive no local parece que está preocupado,
1396porque parece que é um tema de relevância mundial e que está em jogo a vida
1397do planeta de acordo com os cientistas e o pessoal da ONU porque antes era
1398só ambientalista que se preocupava com a questão do aquecimento global. A
1399questão da queima de combustíveis fósseis não é apenas a queima dos
1400combustíveis fósseis, as emissões de gases, é a exploração do carvão que
1401contamina de forma brutal os recursos hídricos, solo, a fauna, onde uma mina
1402de carvão passa destrói com tudo. Alguma coisa tem que ser feita. Eu estou
1403aqui há dois anos, estou tentando, nós ambientalistas não temos condições de
1404criar uma Resolução. Uma Resolução pelo menos para disciplinar as emissões
1405de gases. O CO2 não tem regramento ainda porque não faz mal à saúde
1406pública. Apenas o NO2 o SO2 que faz porque é o problema da chuva ácida,
1407mas não tem ainda uma regra para emissão. A Jorge Lacerda, que é o maior
1408complexo da América Latina, quem faz as o controle são os próprios
1409funcionários da Jorge Lacerda. Isso é um absurdo. Isso é inconcebível. Então,
1410eu desafio e vou usar as palavras do representante da Anamma, de apelo, eu
1411faço um apelo aos técnicos do Ministério, do Ibama, de todos que eu citei, mas
1412para todos as 108 entidades que formam o Conama, que nos ajudem, que
1413apontem uma solução, uma medida para que essa atividade da exploração do
1414carvão e da queima de combustíveis fósseis seja controlada neste País. Não
1415tem sentido a Ministra vir aqui falar que a Copa do Mundo tem um viés
1416ambiental na mudança climática. Se a matriz energética permite ainda a
1417queima de combustíveis fósseis. É totalmente incoerente dizer, eu me sinto
1418até... Ontem alguém comentou, o que nós estamos fazendo aqui? Nós
1419ambientalistas? Vocês representantes do setor produtivo, governamental.
1420Então, fico mais uma vez o desafio, nós vamos ter mais este ano, alguma
1421solução, alguma ideia é preciso, não é possível que no parlamento verde deste
1422País, onde existem as pessoas, as cabeçasd mais pensantes na questão de
1423ecologia, não tenham uma solução para isso. É preciso solução clara, não só
1424apenas para a queima de combustíveis fósseis, é preciso a solução para todos
1425os problemas da poluição da água que o representante dos municípios, falou
1426que o nosso médico mineiro também comentou sobre a questão do fósforo.
1427Existem vários problemas e eu sei disso, existem vários, mas esse, dos
1428combustíveis fósseis é um dos mais graves. E é preciso que o Parlamento
1429Verde, reverenciando o Paulo Nogueira, que não mais compareceu, mas que
1430ele que citou e criou esse Parlamento Verde. Obrigado.

1431

1432

1433**A SR^a. LISIANE BECKER (Mover)** – Boa tarde a todos. Eu quero lembrar que
1434ontem foi o dia da Mata Atlântica, dia 27 de maio. E, no entanto, dados
1435recentes apontam que para um futuro muito próximo a Mata Atlântica só vai ser
1436mesmo uma data. A Sciences que é uma prestigiada revista científica publicou
1437um artigo evidenciando que restam apenas 250 indivíduos de onça pintada que
1438é o predador da Mata Atlântica. Eles estão isolados em oito populações, sendo
1439que só 50 indivíduos dessa população, está apto a se reproduzir. O
1440desmatamento que é uma das causas da extinção da onça pintada, ela não
1441sabe exatamente qual vai ser efeito da extinção desse predador, mas com
1442certeza será nefasta, não só para o ambiente como para o ser humano como
1443que nele está. O desmatamento, como eu estava falando, teve o terceiro

1444período consecutivo de aumento. Então, os dados levantados pela SOS Mata
1445Atlântica de 2012 a 2013 mostraram que é o segundo maior nesse
1446prosseguido. O efeito formiga, desmatamento em áreas particulares obtiveram
1447uma brecha com a Lei Complementar 140, que o clega falou ali, nós temos
1448problema que quando os Municípios passaram a autorizar a supressão vegetal
1449nos licenciamentos ambientais sem terem profissionais realmente capacitados
1450e/ou em número compatível com o cumprimento da Lei da Mata Atlântica, a
145111.428, pior, sem a menor preocupação com o destino da fauna que vai perder
1452seu habitat, porque com a supressão da vegetação em função do
1453licenciamento a fauna ficou desassistida. Não há muito o que comemorar.
1454Nesse contexto, a Rede de ONGs da Mata Atlântica e o Conselho Nacional da
1455Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, ambos dos quais eu faço parte, tornam
1456pública a carta da Mata Atlântica, requerendo engajamento não só da
1457sociedade, que essa sim normalmente está à frente, sociedade civil,
1458ambientalistas sempre tentando, mas principalmente dos candidatos ao pleito
1459eleitoral deste ano. A carta, resumidamente a carta... Tem a competição dos
1460meus amigos lá no fundo, estão falando mais alto que o microfone. Bom,
1461resumidamente a carta ela mostra, dá uma contextualização, para não me
1462alongar, dá uma contextualização de que é o segundo bioma mais ameaçado
1463do planeta e o mais ameaçado do Brasil, que a deteriorização dele causa um
1464modelo de desenvolvimento que está privilegiando projetos grandes, projetos
1465público e privados, planejados e implementados sem os devidos cuidados
1466socioambientais, gerando problemas com a perda de biodiversidade e dos
1467serviços ambientais. O resultado mais visível dessa situação hoje na Mata
1468Atlântica é a ocupação indiscriminada de morros e áreas de mananciais como
1469também falou o nosso colega ali. Com isso a população passa a conviver com
1470enchentes, desamentos em épocas de fortes chuvas e falta d'água em tempos
1471de seca, entre muitos outros problemas. E cabe lembrar que dentro da Mata
1472Atlântica 70% do PIB. Então, é uma área que sem a proteção realmente vai ter
1473perdas econômicas graves. Por isso que a situação crítica da Mata Atlântica
1474tem imobilizado diversos setores da sociedade, que exigem ações e políticas
1475capazes de assegurar a sua conservação e restauração. No entanto, na
1476contramão das necessidades estamos vivenciando um grande retrocesso na
1477política socioambiental brasileira, que impacta negativamente tanto a Mata
1478Atlântica como os demais biomas presentes no País. Isso é aquela questão de
1479ecótono, áreas de transição entre biomas de Mata Atlântica para o Cerrado,
1480como pantanla, como Pampa. Nesse contexto então, a Rede ONGs e a
1481Reserva da Biosfera apresentam 10 ações fundamentais e emergentes para
1482reversão das degradações e proteções do bioma 1) retomar a agenda de
1483criação e implementação de áreas protegidas; 2) regulamentar o Fundo de
1484Restauração da Mata Atlântica previsto em lei há oito anos. Todo ano no dia da
1485Mata Atlântica eu venho aqui e falo. Estruturar de maneira adequada os órgãos
1486responsáveis pelo cumprimento do Código Florestal Brasileiro, em vigor há dois
1487anos. 4) implantar de forma qualificada, transparente, com participação social
1488os instrumentos do Código Florestal Brasileiro, como o Cadastro Ambiental
1489Rural, a restauração florestal e os incentivos econômicos e fiscais para a sua
1490total efetivação; 5) estabelecer um marco legal sobre o pagamento de serviços
1491ambientais em consonância com o Código Florestal Brasileiro e propor a
1492criação de leis e programas similares nos Estados e Municípios. Aqui também
1493a responsabilidade do Município em também fazer um programa de pagamento

1494por serviços de ambientais; 6) criar programas em âmbito federal e estaduais,
1495de fornecimento à elaboração e implementação dos Planos Municipais de
1496Conservação e Recuperação da Mata Atlântica; 7) rearticular e fortalecer o
1497Sistema Nacional do Meio Ambiente, Sisnama, como principal instrumento de
1498gestão da Política Ambiental Nacional, com participação e controle social; 8)
1499estabelecer um plano de ação para o cumprimento e monitoramento das metas
1500de Convenção de Diversidade Biológica, Metas de Aichi, voltadas para conter
1501as perdas da biodiversidade no bioma, envolvendo e fomentando os Estados
1502dos diversos segmentos da sociedade; 9) promover ampla discussão com a
1503sociedade sobre megaprojetos públicos e privados que impactam o
1504bioma; 10) integrar as políticas públicas nas três esferas da federação, tais
1505como recursos hídricos, meio ambiente, agroecologia, mudanças climáticas
1506para conservação e preservação do bioma. Finalizando, eu espero que o
1507mesmo aparato, dada segurança aproveitando a deixa da Ministra sobre a
1508Copa, está sendo dada para a segurança de turistas no País, também seja
1509mantido na saída desses mesmos visitantes para não levarem junto
1510lembranças, animais do País. Porque nós sabemos que o tráfico de animais
1511silvestres, nas cidades que vão acontecer são rotas de saída de animais.
1512Então, nós estamos vendo noticiado bastante essa questão da segurança na
1513entrada, mas eu espero que ela seja mantida na saída em relação a não levar,
1514a coibir esse tráfico. Eu só queria deixar, eu não sou amiga do autor, não
1515conheço, não estou vendendo, mas foi lançado agora esse livro, quem quer
1516conhecer sobre a Mata Atlântica, o histórico e sobre as falhas e avanços da Lei
1517da Mata Atlântica, tem esse livro recentemente lançado, peguei agora na
1518semana da Mata Atlântica, semana passada em São Paulo, a Lei da Mata
1519Atlântica comentada, é de Alexandre Gai. Excelente livro para ficar andando
1520com ele no bolso. Obrigada.

1521

1522

1523**A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Bom dia. Meu nome é Zuleica Nycz, eu
1524sou representante da Apromac, do Município de Cianorte, do estado do
1525Paraná, ONGs da Região Sul. Em conformidade com a minha solicitação na
1526última Reunião Plenária deste Conama, em nome das ONGs ambientalistas da
1527Região Sul, para que o Ministério do Meio Ambiente explique como está sendo
1528encaminhada a questão da gestão ambientalmente adequada dos resíduos
1529eletroeletrônicos, foi decidido que nesta reunião a Secretaria de Recursos
1530Hídricos e Ambiente Urbano viria fazer uma explanação sobre a
1531implementação da Lei Nacional de Resíduo Sólidos. No entanto, esse item não
1532consta na pauta desta reunião. Tendo eu sido informada pela Doutora Adriana
1533que tal explanação será feita na próxima Reunião Ordinária. Sabemos que o
1534GT do Conama que trabalhava na elaboração de uma Resolução sobre a
1535gestão ambientalmente adequada dos resíduos eletroeletrônicos foi suspensa
1536a pedido do Ministério do meio ambiente, há 4 anos, com a justificativa de que
1537se deveria aguardar a implementação da Política Nacional de Resíduos
1538Sólidos. Dado que 4 anos é muito tempo, considerando o volume gigantesco
1539de volume produção de resíduos eletroeletrônicos no País a cada ano, nós
1540enviamos no ano passado, em setembro, ofício à Gerência de Resíduos
1541Perigosos do MMA questionando qual é a orientação que o MMA estaria
1542dando aos agentes públicos, aos produtores e importadores e a sociedade, a
1543fim de orientar a logística reversa enquanto não existe sinalização de marco

1544regulatório específico. Na ausência de resposta nós reiteramos o ofício, mas
1545também não recebemos resposta até o momento. Minha fala aqui é no sentido
1546de tentar pela terceira vez buscar o diálogo com as autoridades responsáveis
1547pela regularização dessa matéria, para que atue com a máxima transparência,
1548informe a sociedade sobre o que deve fazer durante essa fase de lacuna
1549regulatória específica. Ao mesmo tempo em que não conseguimos obter essas
1550informações, sobre os motivos dessa lacuna regulatória que se estende por
1551anos, soubemos ontem de uma notícia que circula amplamente de que o MMA
1552e parceiros estariam lançando uma campanha de coleta de resíduos
1553eletroeletrônicos. Está no site do Conama. Nessa reportagem se afirma que a
1554coordenadora do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, A3P,
1555que cabeça essa ação, lembra que a doação de cada um desses itens
1556contribuirá para a diminuição do descarte incorreto de resíduos eletrônicos e
1557que também ajudará, prestem atenção, na capacitação de jovens que utilizam
1558o material em cursos de formação técnica de manutenção e reparação. Jovens,
1559prestar atenção nesta palavra. Uma pesquisa no website da ONG que receberá
1560esses resíduos, de acordo com esse programa, vê-se a foto de uma jovem
1561manuseando o produto perigoso sem qualquer equipamento de proteção. O
1562Brasil é signatário do enfoque estratégico de gestão internacional de
1563substâncias químicas, que tem como um dos seus principais temas o problema
1564da gestão dos resíduos eletroeletrônicos, mundialmente considerados resíduos
1565perigosos. Lembro que os jovens, as crianças e as mulheres grávidas são os
1566mais vulneráveis à contaminação química e são o foco do enfoque estratégico.
1567Pergunta-se então, por que a indústria, os importadores e produtores de
1568eletroeletrônicos estão sendo dispensados da obrigação legal de assumir a sua
1569responsabilidade à luz do princípio do polidor/pagador, já que a demora e
1570consequente ausência de marco regulatório específico premia os responsáveis
1571pela coleta e reciclagem tecnologicamente adequadamente, dispensando-os da
1572obrigação de garantir a segurança química ambiental e ocupacional desta
1573atividade. Faço a mesma pergunta quanto ao grave problema das lâmpadas de
1574mercúrio, até hoje sem marco regulatório específico e consequente dispensa
1575de responsabilidade dos responsáveis. Lembro também que o Brasil assinou
1576em outubro do ano passado o Tratado Global do Mercúrio e a decisão do
1577Pnuma em 2007 foi que os Países não precisariam esperar nem a assinatura do
1578tratado, nem a ratificação para tomar as providências necessárias para garantir
1579a segurança química em relação ao mercúrio. Então, eu vou aguardar essas
1580respostas, os ofícios que não foram respondidos. Dois ofícios e mais um
1581pedido na Plenária passada. Anexo aqui, vou apresentar à mesa um
1582documento que comprova o que aconteceu numa fábrica de reciclagem de
1583eletrônicos no Canadá, que contaminou com *Hexabromocyclododecane* que é
1584um poluente orgânico persistente, uma região enorme que, inclusive alcançou
1585uma unidade de conservação. Então, a reciclagem de eletroeletrônico não para
1586amador, é uma coisa complexa. Então, eu volto a chamar atenção sobre esse
1587tema e aguardar a resposta. Obrigada.

1588

1589

1590**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Antes de
1591passar para o João Carlos eu queria dizer Zuleica, em nome do Conama, eu
1592queria me desculpar por você não ter recebido essas respostas, foi
1593responsabilidade nossa elas não terem sido encaminhadas. Existem algumas

1594atividades sendo desenvolvidas, mas você tem toda razão, nós já deveríamos
1595ter informado você objetivamente, formalmente sobre o esclarecimento
1596solicitado. Então, nós isso não vai demorar, eu espero que antes da próxima
1597reunião você tenha as respostas que você solicita independentemente do
1598Estado em que se encontram as ações as quais se referem. João Carlos.

1599

1600

1601**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Bom dia a
1602todos da mesa, secretário, senhores Conselheiros. Eu tenho, eu vim aqui mais
1603para dar uma resposta à senhora Ministra em relação à última Plenária, onde
1604ela fez uma solicitação para que todos os Presidentes de Câmaras Técnicas
1605não deixassem processos parados dentro das suas Câmaras e que
1606colocassem os documentos em votação. Um deles, eu não sou Presidente
1607dessa Câmara Técnica, eu sou vice-presidente, estamos na vacância ainda do
1608Presidente. E como vice a Ministra pediu que eu andasse em relação a um
1609documento que estava na Câmara Técnica a qual eu sou vice. Esse
1610documento, ele é de 2005, normas para padronização dos procedimentos de
1611monitoramento, tratamento, análise e sistematização dos dados para
1612elaboração do relatório de qualidade ambiental da zona Costeira RQAZC, que
1613está na Câmara Técnica de Gestão territorial, Unidade de Conservação e
1614demais áreas protegidas. Esse documento é um documento antigo, há muito
1615tempo que nós vimos tentando colocar esse documento para ser iniciada a
1616discussão, e quando eu fui Presidente dessa Câmara Técnica em 2010, eu já
1617tinha feito uma solicitação à Presidência do Conama e a Presidência do Ibama,
1618pedindo que eles apresentassem o termo de referência que o Decreto 5.300,
1619se não me engano, informa que o Ibama junto com o Ministério do Meio
1620Ambiente apresentará ao Conama o termo de referência para que ele faça a
1621análise e deliberação. O que me estranha é que nessa última reunião que nós
1622tivemos, na penúltima e nessa última que nós tivemos, o Ibama fez uma
1623apresentação prévia do relatório que eles estão fazendo, um relatório amplo e
1624geral, onde ele esse assunto está inserido dentro desse novo relatório, da parte
1625de zona costeira. Só que o que foi a grande discussão na nossa Câmara
1626Técnica é como que o Ibama já está fazendo um relatório, apresentando um
1627resultado de um relatório, se não me engano tem mais de um ano que está
1628para ser publicado, mas está esperando autorização de chefia, sendo que o
1629termo de referência para se elaborar o relatório na parte de zona costeira, o
1630Conama tem que aprovar. Então, eles já estão com o resultado de um
1631documento que nem poderia ter saído porque não tem o termo de referência.
1632Então, eu estou aqui respondendo, repasso ao Senhor, Secretário, para que
1633avise a Ministra, ela fez esse pedido, que esse documento novamente não vai
1634andar, tivemos essa resposta da representante do Ibama que lá esteve dizendo
1635que eles já fizeram um relatório sem o termo de referência e isso está indo
1636contra o Decreto que repassa a atribuição do Ministério do Meio Ambiente junto
1637com o Ibama, que faça um termo de referência e entregue para o Conama para
1638referendar. Então, eu estou repensando a resposta, que mais uma vez esta
1639Câmara Técnica vai ter um tema pendente junto aos outros Conselheiros que
1640lá tentaram também deliberar sobre o assunto. Muito obrigado. Eu acho que
1641alguém esqueceu uma máquina fotográfica aqui.

1642

1643

1644 **SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Presidente da mesa,
1645 senhores Conselheiros, nós também fazemos uso da palavra, Senhor.
1646 Presidente, no mesmo tema que foi usado pela Conselheira Zuleica, com
1647 relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Sabemos que pela lei, dia 02
1648 de agosto é o prazo para implementação da política. E queremos registrar aqui
1649 que a Conferência Nacional do Comércio desde 2011 instituiu grupos
1650 técnicos de meio ambiente para discutir a questão dos acordos setoriais, dos
1651 vários tipos de resíduos, exatamente para cumprir a parte empresarial relativa
1652 ao comércio e serviços, no que tange a responsabilidade compartilhada,
1653 prevista na lei e que o setor empresarial tem a sua responsabilidade a cumprir
1654 e o está fazendo. No entanto, a nossa colocação é exatamente a necessidade
1655 que temos que ter um retorno do Ministério para este Conselho, com relação a
1656 quantas anda a questão da implementação da política no âmbito da
1657 responsabilidade do poder público que é a implantação dos aterros sanitários
1658 e a eliminação dos lixões nos milhares de Municípios brasileiros. Sabemos que
1659 alguns Estados conseguiram andar em alguns aspectos, alguns Municípios
1660 também, mas temos visto que a grande maioria ainda não tem colocado como
1661 prioridade o equacionamento dessa questão. E lembrando que também os
1662 grupos, os acordos setoriais por tipo de resíduos, recentemente tivemos o
1663 fechamento do acordo setorial de embalagens de óleo lubrificante feito a
1664 logística reversa pelo próprio setor ambiental junto com a indústria, comércio e
1665 distribuição tem trabalhado nessa política da logística reversa. Temos um
1666 exemplo já antigo e eficiente acontecendo no Brasil que, inclusive já existia
1667 antes da lei por Resolução desse Conama que à questão das embalagens de
1668 agrotóxico que continua e ampliando, e a questão do recolhimento de pneus
1669 também. E agora, como eu disse, as embalagens de lubrificante, mas a
1670 questão dos lixões ainda é um assunto que precisa de transparência, de
1671 investimento e de prioridade por parte do Governo Federal, e junto com os
1672 Estaduais e Municipais, fazendo a parte deles e a questão da coleta seletiva
1673 que a Ministra citou aqui, que eu até por em experiência pessoal minha na área
1674 de meio ambiente sempre verifiquei que a questão da coleta seletiva é uma
1675 questão de negócio, é empresarial, desde o catador dentro de cooperativas ao
1676 sucateiro que é o intermediário e a indústria, isso tem que ser orientado,
1677 incentivado pelo setor público nas políticas educacionais, nas políticas de
1678 orientação, de regulamentação, de isenção de impostos para quem transporta
1679 esse resíduos, estimulando a implantação de pequenos empresários locais
1680 para tratar o lixo e o resíduo no local nos municípios, para que não haja essa
1681 necessidade de transportar de Estados distantes para os grandes centros, tudo
1682 isso são políticas simples e que precisam de prioridades para que funcionem a
1683 coleta seletiva sem a necessidade de colocação de recursos públicos, como
1684 disse a Ministra que parece que nessa política da Copa tem oitenta milhões
1685 de crédito do BNDES. Só que, além disso, tem que haver também a
1686 orientação. O Setor Empresarial já tem há muitos anos disponibilizado e
1687 organização um grande trabalho de fomento e de orientação na questão da
1688 reciclagem que é o Cempre, muitos dos senhores com certeza conhece o
1689 Cempre que tem disponibilizado um site muito bem feito, muito bem montado e
1690 tem lá. Esse é todo um trabalho do setor empresarial no sentido de fomentar a
1691 implantação de pequenas empresas de reciclagem que é o que viabiliza
1692 exatamente uma cadeia produtiva dos resíduos sólidos, sem como eu volto a
1693 quiser, a colocação de recursos públicos e muitas vezes a introdução

1694exatamente do poder público nessa cadeia acaba sendo transitória, passageira
1695e ocasional, e às vezes não tem continuidade, mas quando ela faz parte de
1696uma cadeia produtiva, lucrativa, desde o catador até a indústria, ela
1697permanece, aumenta, pereniza, se auto sustenta e é isso que nós defendemos.
1698Então, senhor presidente, só para reiterar, é o nosso também pedido de
1699atualização que já foi feito pelo nosso representante, o Evandro, na Câmara
1700Técnica de Resíduos Sólidos que o Ministério colocasse, disponibilizasse,
1701atualizasse esse Conselho com relação a quantas andam as implementações
1702dessas políticas. Muito obrigado.

1703

1704

1705**O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (Ibrace)** – Eu venho aqui na tribuna
1706também para fazer fileira à Coselheira Lisiane para a importância do nosso
1707Bioma Mata Atlântica, e lembrando também que o nosso Bioma Mata Atlântica
1708ele tem interfaces com quase todos os biomas brasileiros. O nosso Cerrado, a
1709Caatinga, a Zona Costeira, e também mais novo bioma que é o Pampa, o
1710Campos Sulinos. E eu queria lembrar, nós também que há pouco tempo nós
1711teríamos o olhar para o nosso desenvolvimento social e econômico para dentro
1712do Município. Depois nós passamos a olhar o nosso desenvolvimento social e
1713econômico para dentro do Estado, e agora nós temos a necessidade de
1714olharmos o desenvolvimento social e econômico para nossa bacia hidrográfica
1715e precisamos avançar mais ainda, precisamos olhar o nosso desenvolvimento
1716social econômico para dentro do nosso bioma, onde se consiste aquele grande
1717desenvolvimento, seja empresarial, seja social, os grandes desenvolvimentos
1718agropecuários, nós temos que ter o foco agora mais ampliado que é o nosso
1719próprio bioma. E lembrando exatamente pegando a zona que faz aí interface
1720com o nosso Bioma Mata Atlântica, está aí o maior desenvolvimento social e
1721econômico brasileiro, se nós pegamos, aí está um dos maiores índices IDH,as
1722é exatamente nesta áreas que nós temos os maiores problemas ambientais. E
1723aí nós estamos avançando o desenvolvimento, mas nós também estamos
1724avançando os nossos problemas ambientais para os nossos biomas que estão
1725mais para o centro do Brasil e até o bioma da nossa Amazônia. Então, é
1726importante nós dentro do Conselho, nas nossas ações, nas nossas Resoluções
1727observarmos a importância de nós vincularmos as nossas decisões focados
1728dentro do bioma, em especial no uso de nossos recursos naturais. Lembrando,
1729a Mata Atlântica, o volume que nós temos ali ainda de vegetação nativa, para
1730nós do Conselho nos remete a uma urgência do olhar para a Mata Atlântica,
1731mas lembrando também que exatamente dentro da Mata Atlântica esse
1732desenvolvimento econômico está buscando recursos naturais dos outros
1733biomas e também causando a mesma realidade, levando essa realidade que
1734nos remete à urgência de olhar para a Mata Atlântica e levando para os nossos
1735outros biomas. Então, era nesse sentido. E lembrando também que no dia 05
1736próximo, dia de olharmos para o meio ambiente, quem possamos olhar para
1737esse desenvolvimento social econômico que o Brasil está avançando, mas que
1738também que nós precisamos olhar para o nosso meio ambiente que está
1739diminuindo, precisamos fazer essa interface. Obrigado.

1740

1741

1742**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –
1743Obrigado, Altamiro. Nós vamos interromper agora rapidamente para o nosso

1744almoço, pas 14h30 retornamos com o Paulo Maldos. Queria apenas lembrar a
1745você que nós temos 3 Resoluções puxadas para trabalhar hoje na parte da
1746tarde e pedir a todos que estejam de volta às 14h30 quando daremos início aos
1747trabalhos. A Ministra mencionou, todos vocês já receberam a programação do
1748Seminário amanhã sobre a questão das Resoluções Conama, após a LC 140 e
1749a Lei 12.651. Então, por favor, 14h30 estaremos todos de volta. Obrigado.

1750

1751

1752(*Intervalo para o almoço*)

1753

1754

1755**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
1756nós vamos dar início aos trabalhos da tarde então. Eu acho que eu tenho que
1757falar bem baixinho que o Alexandre está tirando um ronco ali. Desculpe.
1758(*Risos!*). Vamos lá. Depois do almoço é sempre mais momento, assim, o
1759estômago está ocupado. Nós vamos começar recuperando a nossa posição
1760programada pela manhã. O Paulo Maldos da Secretaria Geral está aqui, ele vai
1761fazer a exposição que nós estávamos aguardando e vai trazer algumas notícias
1762boas para nós também. Paulo a tribuna é sua. A Secretaria Geral é uma das
1763principais parceiras das nossas várias ações do Ministério, toda a nossa
1764agenda social e na articulação com a sociedade civil nós procuramos trabalhar
1765co, a Secretaria Geral em várias frentes, comunidade tradicionais, catadores,
1766resíduos sólidos, enfim, são várias agendas que nós temos uma atuação
1767integrada. E quem percorre o Brasil ajudando a administrar e lidar com esse
1768Brasil que está todo dia explodindo aí é o Paulo.

1769

1770

1771**O SR. PAULO MALDOS (Secretaria Geral da Presidência da República)** –
1772Boa tarde a todos e todas. Como o Gaetani nos apresentou, eu sou Secretário
1773Nacional de Articulação Social, da Secretaria Geral da Presidência da
1774República. Pela Secretaria Geral nós lidamos diretamente com o diálogo com
1775as entidades da sociedade civil, com os movimentos sociais, movimentos
1776populares. Nessa área de diálogos inclusive me acompanha o diretor Fernando
1777Marques, que é diretor de área de diálogos sociais. Nós lidamos muito com a
1778questão da participação social, desde o início do Governo nós vimos
1779trabalhando o fortalecimento dos processos conferenciais dos Conselhos, das
1780ouvidorias, buscando uma articulação, uma integração, uma troca de
1781experiências entre esses processos da sociedade. E está aqui comigo o Daniel
1782Avelino que é da área de Departamento de Participação Social, da Secretaria
1783Geral, da Secretaria Nacional de Articulação Social. Temos também o
1784Departamento de Educação Popular que procura também junto aos
1785movimentos desencadear processos de fortalecimento a partir da educação
1786popular, da formação dos integrantes dos movimentos sociais. Sempre em
1787parceria, respeitando a sua autonomia. Desde o início do nosso Governo nós
1788fomos demandados pela Presidenta e pelo nosso Ministro Gilberto Carvalho, a
1789buscar constituir um outro patamar na participação social no País. Na verdade
1790é algo que vem sendo gestado já na Secretaria Geral pelo Ministro Dulce, do
1791Governo do Presidente Lula, já esse processo já veio, nasceu e vem sendo
1792aprofundado ao longo do Governo do Presidente Lula, através do Ministro
1793Dulce, e nós tomamos essa tarefa como um desafio de continuidade, ou seja,

1794 buscar junto aos processos todos que a sociedades civil, junto com o Governo
1795 desencadeia, de diálogo, de participação, buscar constituir um patamar
1796 superior nesse processo. Então, durante os primeiros anos, nós vimos
1797 intensificando o diálogo em todas as instâncias que nós temos, nos processos
1798 conferenciais, Conselhos, mesas de diálogo, enfim, todos de parte de interação.
1799 Nós viemos dialogando com a sociedade e também com os Ministérios que
1800 realizam essa tarefa de diálogo com a sociedade buscando essa construção
1801 que veio se consolidar na Política Nacional de Participação Social e no que tem
1802 como o seu modo de funcionamento, sua realização que é o Sistema Nacional
1803 de Participação Social. E também ao longo desse processo nós nos demos
1804 conta da importância que tem a participação virtual, via Internet, cada vez mais
1805 em nosso País. Hoje nós temos cerca de cem milhões de pessoas que usam
1806 cotidianamente a Internet como forma de comunicação, as redes sociais,
1807 integram as redes sociais, segundo pesquisa cerca de três horas por dia, cerca
1808 de cem milhões de pessoas usam e se comunicam através da Internet. Então,
1809 nós vimos a importância também desse canal de comunicação como também
1810 espaço de participação e diálogo. Então, na semana passada, a partir da
1811 quarta feira à noite, e o dia todo de quinta e sexta nós pela Secretaria Geral
1812 promovemos um amplo encontro com mais de 1500 pessoas de muitos
1813 movimentos populares, movimentos sociais, organizações da sociedade civil,
1814 nós realizamos um grande encontro aqui em Brasília chamada Arena da
1815 Participação Social, que foi um espaço de novo de muita interação, de muitos
1816 debates sobre políticas públicas. E na sexta feira pela manhã a Presidenta
1817 Dilma, ela assinou um Decreto instituindo a Política Nacional de Participação
1818 Social, o Sistema Nacional de Participação Social e o Portal Participa BR, que
1819 na verdade ele já vinha se realizando há algum tempo, mas ele foi oficialmente
1820 lançado como o canal oficial de participação virtual da nossa sociedade na
1821 construção de políticas públicas no Brasil. Então, todo esse esforço que veio
1822 desde o início do ano de fortalecimento desses processos de integração, dos
1823 processos de participação de sofisticação, digamos, desses mecanismos para
1824 melhor participação da sociedade em todo o ciclo de produção de políticas
1825 públicas, desde as propostas, das sua consolidação, o seu monitoramento, sua
1826 mudança permanente. É isso que nós procuramos dar conta instituindo essa
1827 Política Nacional de Participação Social. Também, nós procuramos em diálogo
1828 com governadores, todos os governadores do País praticamente, Prefeitos;
1829 discutimos como poderia ser a ramificação, a capilarização da política nacional
1830 nos governos estaduais e nas prefeituras, constituindo realmente um sistema
1831 federativo da participação social. Então, foi consolidado um texto que é o
1832 compromisso nacional, o documento, que é o compromisso nacional pela
1833 participação social, também nós viemos discutindo com esses governadores de
1834 Estado e Prefeitos, para que haja essa sintonia entre entes de federação para
1835 que realmente esse sistema, ou seja, que instituiu a participação social como
1836 meta de Governo, não só instâncias do Governo Federal, mas também os
1837 governos estaduais e municipais. Então, nós estamos com essa esse conjunto
1838 de propostas, de fortalecimento dessa interação que a sociedade brasileira
1839 dispõe apenas de mecanismo de participação via representação, mas também
1840 como diz a nossa Constituição, também reconhecido na nossa Constituição a
1841 participação direta da população, também o canal dessa participação direta ela
1842 possa existir tanto nos Municípios, nos Estados, como a nível federal, nos
1843 diversos Ministérios, autarquias e assim por diante. E, enfim, a Presidenta

1844Dilma fez uma bela apresentação da política, do sistema e fez um grande
1845estímulo a que imediatamente os Ministérios, o conjunto de Governo adotasse
1846essas orientações que fazem parte da política nas suas áreas. E
1847imediatamente fui procurado aqui pelos companheiros do Conama, para trazer
1848essa informação para cá, para ver como nós podemos a partir do diálogo, da
1849participação de vocês também, nós trazermos essas orientações, essas
1850propostas que ajudam a qualificar ainda mais o trabalho do Conama que é
1851extremamente reconhecido no País todo, é um dos Conselhos mais
1852importantes, experimentados que nós possuímos, mas essas novas
1853orientações da presidenta podem contribuir para um fortalecimento com vistas
1854aos desafios que nós temos, talvez mais. Nós sabemos que a sociedade
1855brasileira se tornou muito mais exigente do que 20 ou 10 anos atrás. O ano
1856passado particularmente as ruas demonstraram extrema capacidade de exigir
1857que essa sociedade está demonstrando, e nós acreditamos que como veio
1858esse processo sendo constituído desde o primeiro mês de Governo Federal,
1859praticamente ele chegou em boa hora, ou seja, como uma resposta apropriada
1860a essas demandas legítimas e muito fortes da nossa sociedade por mais
1861participação, por mais diálogo, por mais porosidade do Estado frente às suas
1862propostas, demandas e a qualidade que a sociedade pode aportar para as
1863nossas políticas públicas. Bom nós viemos trazer essas notícias para cá.
1864Também trazer a notícia de que havia essa tendência de uma indicação por
1865parte da Presidenta de um integrante do Conama. Como uma Resolução aqui
1866do próprio Conama. Então, eu trago, eu vou ler para vocês um texto assinado
1867pelo Ministro Gilberto Carvalho, que coloca a Ministra Izabella a seguinte
1868indicação: senhora Ministra, em concordância com a Moção Indicativa número
186902, aprovada no âmbito da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, indico o
1870Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis para compor o
1871Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, enquanto Conselheiro,
1872representando o setor da sociedade civil. Assinado o Ministro Gilberto
1873Carvalho, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Geral da Presidência da
1874República. Era algo que estava sendo esperado há algum tempo, enfim, o
1875Ministro assinou para que eu trouxesse hoje aqui para esse diálogo nosso. E
1876por fim, eu queria me colocar à disposição de vocês, enfim, para essa
1877continuidade da nossa parceria para que o for necessário para implementação
1878da política e do Sistema Nacional de Participação Social, com a contribuição
1879sempre bem vinda do Conama. Obrigado.

1880

1881

1882**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**

1883Obrigado. Paulo você teria 10 minutos para algumas perguntas?

1884

1885

1886**O SR. PAULO MALDOS (Secretaria Geral da Presidência da República) –**

1887O Daniel Avelino está qui também, ele pode contribuir em alguma

1888especificação dessas propostas. Eu também estou à disposição.

1889

1890

1891**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Pessoal**

1892se tiverem perguntas. Tadeu, por favor.

1893

1894

1895 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Paulo, sobre essa
1896 participação social, nós somos os primeiros a tentar fazer uso dessa
1897 aproximação que a Presidenta Dilma, seguindo... Esclareço que eu não sou
1898 partidário, não sou filiado a partido político e nunca fui. Ela seguindo a linha do
1899 Lula abriu um site para que a população, o cidadão pudesse se manifestar.
1900 Então, Paulo, e nós ficamos satisfeitos com a resposta da Presidência, eu me
1901 manifestei como cidadão. E no atendimento a essa demanda social, não
1902 interessa qual seja se é ambiental ou não. O problema é a continuidade dessa
1903 possibilidade que a Presidência, o Estado Brasileiro oferece ao cidadão
1904 comum, não o Deputado, um Senador, que esses têm facilidade em se
1905 aproximar da Presidência. Então, eu parabenizo essa possibilidade no site, a
1906 sociedade civil brasileira ter esse acesso, todo cidadão tem direito desde que
1907 saiba escrever a fazer um questionamento à Presidência da República. O
1908 problema é a continuidade, das vezes que nós fizemos foi encaminhado ao
1909 Departamento do Ministério de Minas e Energia, por exemplo, ou ao Ministério
1910 do Meio Ambiente, mas não recebemos ainda nenhuma resposta. Recebemos
1911 por wbps da Presidência e não da... Então, dá a impressão de que foi lançada,
1912 a ideia foi boa, mas não houve continuidade. Outra coisa que eu gostaria que
1913 você respondesse minha pergunta. E parabenizar. Eu não entendi também
1914 sobre essa questão da carta porque isso surgiu na Conferência Nacional do
1915 Meio Ambiente nós estávamos envolvidos nessa indicação de os catadores
1916 ocuparem. Foi aceito?

1917

1918

1919 **O SR. PAULO MALDOS (Secretaria Geral da Presidência da República)** –
1920 Exatamente isso que eu estou trazendo, os catadores ocuparem a vaga de
1921 Conselheiros da sociedade civil. É exatamente isso que eu trouxe trazendo, o
1922 Ministro indicando o Conselheiro pelo Movimento dos Catadores.

1923

1924

1925 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Então, ótimo. Porque
1926 nós estávamos na Conferência e foi lá que surgiu a ideia e daí avançou.
1927 Concluindo. Existe uma moção que nós estamos trabalhando nela para a
1928 desoneração fiscal das indústrias que fazem reciclagem. Se elas retiram do
1929 meio ambiente produtos, lixo, para fazer a reciclagem, eles estão reclamando
1930 que estão pagando impostos de um produto que já foi pago imposto. Então,
1931 seria a tal de desoneração de impostos, mas aí tem o problema que o Estado
1932 que está cobrando mais que é o ICM em cima. Então, isso é preciso incentivo a
1933 essas indústrias que trabalham com reciclagem porque quanto mais indústria
1934 reciclar em menos lixo haverá no meio ambiente. Então, era mais ou menos
1935 isso que eu tinha que comentar.

1936

1937

1938 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Mais
1939 alguma pergunta? Responderia todas em conjunto. Alguém mais quer
1940 aproveitar presença do Paulo para alguma colocação? Só essa mesmo.

1941

1942

1943 **O SR. PAULO MALDOS (Secretaria Geral da Presidência da República) –**

1944 Eu agradeço as observações. Eu queria dizer que essa política ela veio para
1945 ficar, digamos, ela recolhe as experiências que vem de antes da participação
1946 social do País, que remontam os anos 40, 50, nós recolhemos tudo isso
1947 principalmente após a Constituição de 88, que criou novo patamar, digamos,
1948 jurídico, legal, para a participação social no País, a Constituição na verdade,
1949 ela incentiva, institui e fortalece essa perspectiva e depois de 88 nós passamos
1950 a ter muitas e muitas instâncias constituídas e primeiramente nos últimos 10
1951 anos, que isso, na verdade foi uma espécie de 'boom' de participação social no
1952 País, com instâncias e mecanismo que foram sendo criados. A questão é que
1953 ficou um desafio para o Estado, uma necessidade da sociedade de harmonizar
1954 tudo isso na forma de um sistema. E para que houvesse consequência ou que
1955 fosse deliberada uma conferência, pudesse ser realmente implementado e
1956 monitorado. E também que fosse sintonizado com as decisões de Conselho.
1957 Então, essa necessidade de criar um caráter sistêmico a para participação
1958 social no País era uma demanda que estava colocada fortemente pela
1959 sociedade, que precisava que as suas decisões fossem realmente
1960 implementadas e por Estado também, que toda a energia que coloca para
1961 escutar a sociedade, para fortalecer o ciclo de participação inclusive no
1962 orçamento público, que tivesse uma lógica, que obedecesse a um
1963 procedimento instituído. Então, isso que nós conquistamos com essa política
1964 assinada pela Presidenta sexta-feira se o realmente nós estamos em reuniões
1965 para os próximos passos, para sua concretização efetiva. Até eu gostaria que o
1966 Daniel pudesse concretizar um pouco mais para vocês, o que implica um pouco
1967 mais para o Conama especificamente essa conquista.

1968

1969

1970 **O SR. DANIEL AVELINO (Secretaria Geral da Presidência da República) –**

1971 Boa tarde a todos e boa tarde a todas. É uma fala bastante breve e objetiva. O
1972 Decreto 8243 ele foi publicado no Diário Oficial de segunda feira e vale nós
1973 conhecermos, vale a pena ler o seu conteúdo porque ele traz diversas regras
1974 que afetam o funcionamento de todas as instâncias e todos os espaços que
1975 pretendam ser participativos no Governo. Tem um dos artigos dele que é
1976 específico para o funcionamento de Conselhos Nacionais, em que traz
1977 recomendações, diretrizes de como deveria ser o bom funcionamento e a boa
1978 organização de um Conselho, para que ele cumpra o eu papel participativo, ali
1979 tem algumas indicações, algumas orientações, tem outras de forma mais
1980 completa, de forma mais ampla na Nota Técnica número 07 que nós já
1981 oferecemos aqui a esse Conselho para análise, mas que podemos retomar e
1982 podemos discuti-la, em que nós fazemos uma análise um pouco mais
1983 aprofundada de quais são horas fatores que fazem um Conselho funcionar bem
1984 ou funcionar mal. E como esse Conselho pode ser articular com outros
1985 espaços de participação. Em resumo, para nós o Sistema Nacional de
1986 Participação Social é isso, são os espaços de participação social, os que já
1987 existem e os que vieram a ser criados trabalhando juntos, de forma articulada,
1988 da forma integrada. E nós acreditamos que não dá para falar de Sistema
1989 Nacional de Participação Social sem o Conama, tanto por conta do histórico
1990 que ele tem, da composição que ele tem, das atribuições que ele tem, quanto
1991 por conta do próprio tema que é tratado e que é discutido aqui nesse
1992 Colegiado. Então, essa ideia de articulação, de integrar com outros espaços de

1993participação, Conselhos, Conferências, Audiências Públicas, Ouvidorias,
1994espaços virtuais de participação é uma diretriz que nós pretendemos que seja
1995tornada realidade. E cito dois exemplos reforçando também um convite para
1996você. Os Conselhos tratam do tema específico da sua política, mas um
1997conjunto de temas transversais do Governo como um todo que afetam e que
1998interessam todos os Conselhos, e para tratar desses temas que são
1999transversais e que tocam as políticas públicas, nós procuramos criar também
2000espaços e estratégias transversais. É o exemplo do Fórum Interconselhos,
2001criado em 2011 para a elaboração do PPA, do Plano Plurianual do Governo e
2002que permanece até hoje sendo convocado como uma instância de
2003monitoramento desse planejamento. Eu acredito que alguns de vocês já
2004tenham feito parte desse fórum, o Conama normalmente é bastante atuante no
2005âmbito do qual foram produzidas essas agendas transversais que é uma
2006espécie de prestação de contas do Governo para a sociedade daquilo que foi
2007feito periodicamente em relação à execução do PPA e execução orçamentária.
2008Aproveito para compartilhar com vocês uma notícia de que essa experiência do
2009Fórum Interconselhos que nós coordenamos junto com o Ministério do
2010Planejamento, mas que todos vocês são convidados a fazer parte, o Conama é
2011parte também, foi anunciado para nós, duas semanas atrás, como sendo
2012vencedora de do grande Prêmio das Nações Unidas de Gestão Pública, isso
2013significa que no mês que vem nós vamos receber essa premiação,
2014considerando, reconhecendo o Fórum Interconselhos como a iniciativa de
2015participação social classificada em primeiro lugar entre todas as iniciativas do
2016mundo. Isso para nós é motivo de muito orgulho e mostra que o nosso trabalho
2017e o trabalho de vocês está sendo reconhecido não só dentro do Brasil, mas
2018também como fora. Esse trabalho que vocês fazem dentro do Fórum
2019Interconselhos hoje é referência mundial. E um convite, na semana que vem
2020nós vamos realizar, no dia 4 de junho, a partir das 9h00 da manhã, uma
2021Audiência Pública sobre o orçamento federal. Orçamento é outro tema
2022transversal também que não dá para nós analisarmos de maneira destacada
2023em relação a cada política pública, mas no conjunto do Governo. Nós já
2024enviamos esse convite, mas fica aqui o reforço, no dia 4 de junho lá na
2025Secretaria de Orçamento Federal e puxado pela Secretaria de Orçamento
2026Federal do Ministério Planejamento, vamos realizar uma audiência pública para
2027a qual eu espero que possamos contar com a presença ativa e atuante de
2028vocês, como nós sempre vimos contando. Então, em resumo é isso. E como o
2029neste Secretário já falou, nós da Secretaria Geral estamos à disposição para
2030ajudar o Conama a fazer o seu trabalho cada vez melhor e cada vez mais
2031integrado com as outras instâncias de participação social. Obrigado.

2032

2033

2034**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2035Obrigado Paulo. Obrigado Daniel. E parabéns pelo prêmio a todos nós que
2036participamos desse esforço. É o Brasil aparecendo de um jeito diferente no
2037cenário global.

2038

2039

2040(*Palmas!*)

2041

2042

2043 **O SR. PAULO MALDOS (Secretaria Geral da Presidência da República) –**

2044 Obrigado a todos. Boa tarde.

2045

2046

2047 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Bom

2048 pessoal, vamos começar agora pegar mais um pouco mais pesado aqui. Nós

2049 estamos com três Resoluções e vamos começar. O Deus dará não chegou

2050 ainda? Doutora Moara, com novo corte de cabelo. Vamos começar com o

2051 processo 02000.0022302/2012-90, proposta de Resolução sobre o

2052 licenciamento ambiental de empreendimento de geração eólica e superfície

2053 terrestre. Nós vamos ter o posicionamento da Moara que vai trazer o start da

2054 discussão. É a primeira vez o que assunto chega aqui ao Plenário.

2055

2056

2057 **A SR^a. MOARA MENTA GIASSON (Ibama) –** Boa tarde a todos. Acho que

2058 todos já tiveram contato com o texto. Então, eu vou fazer um esclarecimento

2059 bastante breve sobre como isso se formou, como foi gestada essa proposta de

2060 Resolução. Então, isso iniciou a partir de um... Deixa-me apresentar primeiro.

2061 Eu sou Moara Giasson, perdão, assessora técnica de Diretoria de

2062 Licenciamento Ambiental, eu estou aqui a convite do Ministério do Meio

2063 Ambiente, do DConama, em função da capacidade técnica do Ibama em

2064 executar o licenciamento ambiental, nós até temos um número bastante

2065 reduzido de licenciamentos de empreendimentos eólicos, mas temos

2066 acompanhado bastante o licenciamento que tem sido feito nos Estados e

2067 temos também um grupo especialmente no Rio Grande do Sul que auxiliou na

2068 elaboração dessa proposta, nosso Núcleo de Licenciamento que tem atuado

2069 nas usinas eólicas do Rio Grande do Sul. Então, como eu já tinha começado a

2070 mencionar, esse processo iniciou a pedido do próprio Ministério de Meio

2071 Ambiente, que organizou um Grupo de Trabalho com os Órgãos Estaduais de

2072 Meio Ambiente, acabou tendo a participação também do Setor Empresarial, do

2073 Ministério de Minas e Energia para trazer uma harmonização dos processos de

2074 licenciamento de usinas eólicas, de empreendimentos eólicos em todos os

2075 Estados. O que acontecia e o que acontece é que existem procedimentos

2076 muito diferentes em cada Estado. Então, uma harmonização traz segurança

2077 jurídica e segurança técnica também de tratamento, de não ter um tratamento

2078 diferenciado onde não há diferenças. Isso é um pouco o espírito dessa

2079 Resolução, dar tratamento diferente para aqueles locais, para aqueles

2080 ambientes que merecem e necessitam de um tratamento diferenciado, mas ter

2081 harmonização de procedimento para aqueles ambientes onde isso não é

2082 necessário. Então, a Resolução está dividida nesses capítulos, disposições

2083 preliminares que é justamente o estabelecimento desses critérios e desses

2084 procedimentos. Passamos para as definições do que são os empreendimentos

2085 eólicos, comento as sugestões da CTAJ, pergunto a vocês, não é necessário.

2086 Tem uma diferenciação aqui de definições, mas que com a leitura de vocês...

2087

2088

2089 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Moara,

2090 pode ser o caso de você dar uma... Vai devagar, vai explicando o que você

2091 achar necessário que são importantes, têm coisas que são de forma, as coisas

2092de conteúdo é importante você ir desenvolvendo e explicando o que está
2093acontecendo, porque senão o pessoal vai ficar perdido aqui.

2094

2095

2096**A SR^a. MOARA MENTA GIASSON (Ibama)** – O que nós estamos vendo aqui
2097é a versão limpa com as sugestões da CTAJ. Essa versão já é o resultado de
2098discussões na Câmara Técnica de Controle Ambiental, a CTCA, onde foi
2099formado um Grupo de Trabalho, a partir desse grupo do Ministério do Meio
2100Ambiente junto com os órgãos estaduais foi formada uma proposta, houve um
2101novo Grupo de Trabalho dentro da Câmara Técnica que reformulou essa
2102proposta, no entendimento com todos os grupos que fazem parte dessa
2103Câmara Técnica. Então, surgiu uma nova proposta que foi para a Câmara de
2104Assuntos Jurídicos, que tem algumas propostas aqui, algumas sugestões.
2105Então, as definições, o que tem de diferenciação aqui, de sugestões são
2106basicamente para definir melhor o que é um empreendimento eólico, são definidos o
2107é o parque eólico, o que é o complexo microgerador e o que é o
2108empreendimento eólico. Por que isso? Porque é importante ter uma
2109diferenciação do que é um empreendimento eólico, porque quando nós
2110fazemos o licenciamento nós temos que licenciar em conjunto com esse
2111parque eólico, com esse microgerador ou com esse complexo, os sistemas
2112associados. Então, você vai licenciar em conjunto o canteiro de obras, os
2113acessos que são necessários para construção, para manutenção e para
2114operação desse empreendimento, também as linhas de transmissão que são
2115diretamente associados a esse complexo, elas vão estar licenciadas em
2116conjunto. Essa é a importância dessas definições e a sugestão da CTAJ para a
2117plenária nós entendemos, o Ibama se posicionou já dizendo que ela deve ser a
2118mais clara, a definição deve ser a mais clara para o órgão licenciador, para o
2119órgão que vai aplicar essa Resolução, mas de fato não tem diferença de mérito
2120nessa proposição. Seguindo então, após as definições nós temos... O primeiro
2121passo é um enquadramento desse empreendimento, um enquadramento ele é
2122competência dos Estados, ou do órgão federal, e o que a Resolução está
2123trazendo aqui é de inovação é já fazer o enquadramento de potencial poluidor.
2124Então, considerando o porte e a localização, a Resolução já faz o
2125enquadramento de baixo potencial poluidor, o que não significa dizer que todo
2126empreendimento eólico é de baixo impacto, isso é importante deixar claro e
2127está claro na Resolução. Nós estamos pré-determinando o baixo potencial
2128poluidor e o enquadramento é feito pelos órgãos estaduais também
2129considerando o porte e localização. Outra questão importante que está
2130colocada aqui é que o Órgão Ambiental Estadual deve considerar sempre os
2131zoneamentos ambientais quando existirem nos Estados. Isso reforça a
2132importância desse tipo de instrumento para o licenciamento ambiental, nós não
2133temos em todos os Estados, alguns Estados têm zoneamento, inclusive
2134específicos para a questão eólica que também é bastante importante, é um
2135estudo que auxilia muito o órgão licenciador na definição do enquadramento
2136dos empreendimentos do potencial de impacto. Então, seguindo o § 2º, esse
2137licenciamento ambiental ele vai ser considerado de baixo impacto, ambiental
2138quando considerado, quando enquadrado de baixo impacto ambiental ele vai
2139ser feito mediante procedimento simplificado e depois nós vamos ter um
2140capítulo que vai falar como se dá esse procedimento simplificado e, inclusive
2141com sugestão, aliás, com a determinação de um anexo que é o termo de

2142referência para esse estudo simplificado. O estudo simplificado, o
2143procedimento simplificado não significa de forma nenhuma a ausência de
2144licenciamento, nós temos um estudo ambiental sim, ele não é um EIA/Rima, ele
2145é um estudo ambiental simplificado, que até ganhou um outro nome específico
2146para essa Resolução e ele tem um anexo dizendo como esse estudo deve ser
2147feito. O § 3º vem trazer sete critérios que a priori já definem que os
2148empreendimento são de significativo impacto ambiental. Então, sempre que
2149atender a um desses sete incisos, nesses sete critérios, nós já estamos pré-
2150determinando o significativo impacto ambiental. O que não significa dizer que o
2151empreendimento não pode ser realizado quando se enquadrar em algum
2152desses critérios, significa dizer que ele que vai passar por um licenciamento
2153ambiental ordinário com a elaboração da EIA/Rima. Esses critérios são critérios
2154basicamente de... Ou de legais ou de localização. Então, o primeiro de
2155localização em ambientes sensíveis que podem ser afetados tanto em função
2156das características físicas, do tipo de empreendimento, quanto da fauna
2157associada a esses ambientes mais sensíveis, que são as formações dunares,
2158as planícies fluviais, mangues e também áreas úmidas. O Bioma Mata Atlântica
2159então, conforme a legislação, a zona costeira também conforme a legislação...
2160Pode colocar. Eu acho que tivemos um problema técnico ali. Sumiu. Todos têm
2161o texto? Então vocês podem acompanhar. O Bioma Mata Atlântica, então, só
2162quando implicar em corte e supressão de vegetação primária e secundária em
2163estágio avançado de regeneração, e zona costeira sempre que implicar em
2164alterações significativas das características naturais. Então, conforme a
2165legislação. Os outros critérios então é a zona de amortecimento de unidades de
2166conservação, de proteção integral, áreas regulares de rota, pousio e descanso,
2167alimentação e produção de aves migratórias e aí se insere um novo
2168documento, que é um Relatório Anual de Rotas e Áreas de Concentração de
2169Aves Migratória do Brasil, que vai ser elaborado ainda pelo Instituto Chico
2170Mendes, está previsto no inciso V. Também locais que venham gerar impactos
2171socioculturais diretos que impliquem na inviabilização de comunidades ou na
2172sua completa remoção. Então, impactos muito severos em comunidades geram
2173também a realização de um EIA/Rima, de um procedimento ordinário. E em
2174áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, e endemismo
2175restrito, conforme publicação em listas oficiais. Temos aí duas sugestões para
2176Plenária da CTAJ, que é reforçar que cabe ao órgão licenciador estabelecer os
2177critérios de porte, que são aplicáveis para esse enquadramento porque nós
2178sempre temos que ter porte, potencial poluidor e localização. E esse critério de
2179porte não está definido na Resolução. Então, cada órgão ambiental tem que
2180estabelecer esses critérios. E tem uma outra sugestão também que é em
2181relação a esse relatório anual das rotas e de áreas de concentração de aves
2182migratórias, que enquanto ele não for publicado pelo Instituto Chico Mendes,
2183que haja uma consulta direta do órgão licenciador ao Instituto Chico Mendes.
2184Essas são duas sugestões. Seguindo então, existe o anexo tanto para o
2185procedimento simplificado, quanto para o rito ordinário. Então, está colocado,
2186vocês têm acesso a esse Anexo I, que é o anexo do EIA/Rima e os prazos que
2187estão colocados tanto para o rito simplificado quanto para EIA/Rima são prazos
2188já determinados por outras Resoluções desta casa. A próxima sessão trata do
2189procedimento simplificado. Eu acho que nós não precisamos entrar muito, o
2190que tem de inovação aqui é que sempre que o órgão licenciador julgar
2191necessário ele pode fazer uma reunião técnica informativa, que é diferente da

2192 Audiência Pública, mas também é promovida a existência do empreendedor.
2193 Então, para garantir a participação e o acesso à informação da população no
2194 acesso de licenciamento também simplificado. Sobre as licenças e autorizações,
2195 tem um conteúdo mínimo de licenças, de informações que devem constar
2196 nessas licenças, nós vemos uma disparidade muito grande hoje no modelo
2197 dessas licenças tanto no órgão federal, quanto nos Estados e essas
2198 informações que estão colocadas aqui, são nove incisos, elas são importantes
2199 para a população ter acesso e também para os órgãos licenciadores saberem
2200 exatamente qual é o empreendimento que está sendo licenciados, são coisas
2201 simples. Área total do empreendimento, potência total, potência individual dos
2202 aerogeradores, são coisas bastante simples, mas que vão unificar a informação
2203 que está disponível para a população. Trata também da necessidade de
2204 atendimento dos condicionantes da licença prévia para emissão da licença de
2205 instalação, do tipo de programas e projetos que têm que ser apresentados para
2206 a solicitação de licença, também da supressão de vegetação, que o próprio
2207 órgão licenciador é que vem para emitir essa autorização de supressão para
2208 cada licenciamento. Dá um prazo para a necessária autorização de captura,
2209 coleta e transporte de fauna, tanto para o monitoramento quanto para o
2210 levantamento dessas espécies. Então, dá um prazo de 20 dias a partir do
2211 requerimento, sempre que entregues todos os documentos solicitados pelo
2212 órgão licenciador. É um prazo razoável para o órgão licenciador e suficiente
2213 para que o empreendedor possa contratar quem vai fazer esses levantamentos
2214 que são importantes para as análises e também para o monitoramento. Tem
2215 uma inovação aqui que é bastante importante que são as atividades de
2216 manutenção das áreas de servidão, das áreas de utilidade pública das estradas
2217 de acesso durante a vigência dessas licenças. Então, isso desburocratiza, evita
2218 que o empreendedor tenha que solicitar uma autorização para cada atividade
2219 de manutenção de uma estrada de acesso, por exemplo, de um parque eólico,
2220 essas questões já vão fazer avaliadas previamente e estão autorizadas pela
2221 própria Resolução, claro que observando os critérios sempre estabelecidos
2222 pelo órgão licenciador. Aqui tem uma sugestão que não é de mérito, é só de
2223 texto da CTAJ, que é substituir parque ou complexo pela palavra
2224 empreendimento. Outra questão importante também são as atividades de
2225 comissionamento e de testes que hoje também, dependendo do Estado tem
2226 um processo mais burocrático ou menos burocrático de autorização. Então,
2227 você já fez toda a avaliação de impacto ambiental, já fez a avaliação dos
2228 programas ambientais, o empreendimento já se instalou mediante as medidas
2229 de controle, mas para fazer os testes pré-operacionais muitas vezes você tem
2230 uma nova burocracia, um novo pedido de autorização que chega para o órgão
2231 ambiental que já está com N pedidos para avaliação. E aqui tem uma previsão
2232 de empresa já informar quando e como esses testes vão ser realizados, para
2233 eles já estarem previamente autorizados. O procedimento único para obtenção
2234 de licença prévia para mais de, na verdade,... Perdão. É um processo de
2235 licenciamento ambiental único para obtenção de licença prévia de um
2236 complexo que contém vários parques, é claro que desde que identificado um
2237 empreendedor então que vai ser responsável por esses vários parques. Então,
2238 nós podemos dar uma licença prévia não para cada parque e sim para um
2239 grande complexo, desde que eu tenha um responsável. E as licenças de
2240 instalação e operação, então vão ser emitidas separadamente depois das
2241 licitações e aí para cada empreendedor de cada um desses parques.

2242 Novamente relembra-se que o licenciamento é sempre feito de forma conjunta
2243 do parque ou complexo com os sistemas associados. O microgerador eólico
2244 que pela definição, vocês podem ver na definição é uma única torre com
2245 turbina, ele é objeto de autorização simples, mediante apresentação de
2246 documentos a serem definidos por cada órgão licenciador. Então, ele não vai
2247 passar por todo um rito de licenciamento, são documentos que cada órgão vai
2248 ter que definir quais sejam. E passamos para as disposições finais e
2249 transitórias, que inicia com Audiência Pública, que é obrigatória, na verdade é
2250 um requisito a mais que está sendo colocado, que é a obrigatoriedade da
2251 Audiência Pública que hoje não existe, sempre que for feito um licenciamento
2252 ordinário com EIA/RIMA ou simplificado, mas que o empreendimento diste até
2253 um quilômetro e meio de zona urbana, ou de núcleo de populações
2254 tradicionais, indígenas e quilombolas. Isso para garantir a participação dessa
2255 população, mesmo que essas audiências não sejam solicitadas é obrigatória a
2256 sua realização. Da audiência ou da reunião pública. Tem uma ressalva da
2257 questão de potencial impacto em cavidades subterrâneas. Então, sempre que
2258 exista potencial de impacto ao patrimônio espeleológico remete-se ao Decreto
2259 99.556/90, onde são listados estudos que devem ser feitos para resguardar a
2260 avaliação de impacto específica do patrimônio espeleológico e todas as suas
2261 compensações quando necessárias. Os empreendimentos que estão em
2262 processo de licenciamento vão poder se adaptar a essa nova Resolução. Tem
2263 que dar uma nova redação para a Resolução Conama 279, que é aquela que
2264 foi da época do apagão, de procedimento simplificado. Então, retira dela as
2265 usinas eólicas e acrescenta as usinas eólicas vão ser reguladas por uma
2266 Resolução específica. Esse foi um trabalho bastante amplo e discutido
2267 tecnicamente, bastante discutido tecnicamente nas CTCA, com participação do
2268 Grupo de Trabalho tanto dos órgãos ambientais estaduais, quando o setor da
2269 sociedade civil e do próprio Ministério Público que esteve junto. E eu acho que
2270 conseguimos chegar a uma redação que de fato traz uma desburocratização,
2271 mas que garante a qualidade técnica, e garante a realização dos estudos, traz
2272 em anexo bastante robusto tanto para o EIA/RIMA quanto para o estudo
2273 simplificado e que vai trazer um ganho de qualidade técnica e um ganho de
2274 desburocratização de alguns procedimentos hoje adotados tanto em nível
2275 federal quanto estadual. É isso. Obrigada.

2276

2277

2278 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2279 Obrigada Moara. Bom, nós vamos proceder a seguinte maneira. Primeiro há
2280 uma discussão sobre alguns considerandos que estavam, voltaram, e nós
2281 vamos voltar aos considerando antes do texto. Depois vamos discutir o texto e
2282 as emendas ao texto ao longo do que foi apresentado para todos. Então, eu
2283 pediria para que fossem apresentados os considerandos que foram suprimidos
2284 para avaliar se nós mantemos ou não. A Adriana está sugerindo aqui que nós
2285 votemos a aprovação do texto base, primeiro. Tudo bem? Então, as pessoas
2286 que estiverem a favor de que seja aprovada uma Resolução sobre o
2287 licenciamento de empreendimento de energia elétrica, a partir de fonte eólica
2288 de superfície terrestre, por favor, erga o seu crachá. Vamos agora ao detalhe.
2289 Primeiro os considerandos, quem poderia apresentar os considerandos?

2290

2291

2292O **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Boa-tarde senhores
2293Conselheiros e senhoras Conselheiras. O meu nome é Raimundo Deusdará,
2294eu sou membro titular do Conama e presido a Câmara Técnica de Controle
2295Ambiental. Eu queria, com todo respeito à Câmara Técnica de Assuntos
2296Jurídicos, eu queria fazer a defesa da manutenção dos considerandos. Esse
2297considerandos, como a Resolução Conama não tem, sem esses considerandos
2298não fica claro uma série de pontos que foram acolhidos no considerando
2299durante as nossas discussões. Inclusive a questão da atividade de ser de baixo
2300impacto poluidor. Baixo potencial poluidor. Então, eu entendo que a
2301manutenção dos considerandos dá maior clareza para quem vai utilizar a
2302Resolução e de uma certa forma explícita e expressa um conjunto de
2303discussões que nós tivemos no Grupo de Trabalho para entrar no texto e da
2304forma que foi escrito o texto. Então, eu faço a defesa dos considerandos com
2305essas considerações. Eu acho que ajudar o usuário da Resolução e os
2306considerandos trazem o espírito das discussões que nós tivemos no Grupo de
2307Trabalho e na Câmara Técnica de Controle Ambiental. Então, eu sou favorável
2308à manutenção, já adianto a minha posição com relação à manutenção dos
2309considerandos. Muito obrigado.

2310

2311

2312**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2313**DConama)** – Eu pergunto ao membro da CTAJ que esteja presente no
2314Plenário, tem o Rodrigo Justos, Daniel Glaessel, de São Paulo, se alguém
2315falaria em nome da CTAJ. Daniel.

2316

2317

2318**O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo do Estado de São Paulo)** –
2319Boa tarde a todos. Eu primeiro gostaria de entender, assim, ele foi destacado,
2320porque a CTAJ já tinha retirado, então ele está sendo feito um destaque ao
2321texto para que ele seja votado novamente?

2322

2323

2324**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2325**DConama)** – Não. A CTAJ retirou e agora está vindo como emenda a
2326retomada desse texto. Dos considerandos. A emenda apresentada em Plenário
2327pelo MMA.

2328

2329

2330**O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo do Estado de São Paulo)** –
2331Então, na verdade, a CTAJ considerou o seguinte, além da questão que se
2332coloca rotineira em debate na CTAJ no sentido de que os considerandos não
2333integram o escopo normativo da norma, ele ainda tem nesse caso específico, e
2334até por conta disso, nós temos entendido por tirá-lo de todas as Resoluções
2335que têm passado por nós lá na CTAJ. Nesse caso específico os considerandos
2336eles especificam uma questão muito singela do escopo maior da norma. A
2337questão colocada aqui pelo MMA, na pessoa do Deusdará, ela, salvo engano
2338está bem pontuada dentro da própria Resolução. Diversos artigos e incisos
2339estabelecem a questão do baixo impacto. Isso está normatizado
2340especificamente dentro da norma. Agora, além disso, todos os outros
2341considerandos, inclusive que falam da questão da economia de baixo carbono,

2342compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro, que estão colocados lá, eles
2343na verdade não dispõem especificamente sobre a questão do licenciamento qu
2344eé competência constitucional dessa casa. Eles estabelecem um contexto em
2345que uma das finalidades da norma pode ser atender àqueles critérios, mas a
2346norma em si ela não fala especificamente disso. Ela não está tratando da
2347implementação de uma energia renovável especificamente, está dando diretriz
2348para isso, ela está especificamente falando sobre critério de licenciamento. E
2349ao falar de critério de licenciamento, o que ela tem que estabelecer é se é ou
2350não baixo impacto, em sendo baixo impacto, quais as formas, o que eu vou ter
2351para analisar se é baixou ou alto, que é o que nós estabelecemos na norma, e
2352a partir daí como que eu faço o licenciamento especificamente desse
2353empreendimento. Então, ao colocar um considerando que transpassa essa
2354questão do licenciamento e estabelece outras questões que não estão
2355especificadas no conteúdo da norma, nós acreditamos que pode trazer, na
2356verdade, um prejuízo e uma discussão específica da legalidade ou não da
2357norma, sobre o aspecto da competência desse Conama. Então, nesse aspecto
2358é que a CTAJ estabeleceu que nessa discussão específica não seria adequada
2359a manutenção dos considerandos, especialmente da forma como eles estão
2360colocados.

2361

2362

2363**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2364Obrigado, Daniel. Nós precisamos agora encaminhar. Tem algumas pessoas
2365querendo falar... Ou vamos continuar a discussão. Pois não, Doutor Deusdará.

2366

2367

2368**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Não vou entrar no mérito dos
2369considerandos, eu só queria uma questão de ordem. Eu acho que vai ser a
2370primeira Resolução do Conama que não vai ter considerando. Alguém lembra
2371de alguma outra Resolução que não tenha considerando? Aprovada por este
2372Plenário? Só isso que eu queria colocar.

2373

2374

2375**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Lisiane,
2376você precisa falar também? É uma questão que antecede a votação ou você
2377vai entrar no mérito?

2378

2379

2380**A SR^a. LISIANE BECKER (Mover) –** A questão é que está havendo aqui no
2381Conama, nos quirópteros também tentaram tirar os considerandos. Eu já fiz
2382uma enquete entre os meus colegas de prefeitura, todos eles acharam
2383interessante e extremamente oportuno que se tenha considerandos, porque o
2384técnico que vai avaliar normalmente ele não tem tempo de ver relação com
2385outras políticas ou com outros empreendimentos, ou outra atividade que vai
2386licenciar. Eu sei que foi encaminhado, mas eu estou dando uma outra versão
2387para Ministério do Meio Ambiente em defesa dos considerandos. Eu acho que
2388é interessante isso.

2389

2390

2391 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Nós
2392 vamos encaminhar a votação se mantemos ou tiramos os considerandos. Os
2393 que forem a favor de manter os considerandos, por favor, ergam os seus
2394 crachás. Os que forem contrários à manutenção dos considerandos, por favor,
2395 ergam os seus crachás. Vão ser mantidos os considerandos. Houve o triplo dos
2396 votos apurados em relação à manutenção dos considerandos. Então, retorno
2397 os considerandos para o texto. Vamos agora para o ponto a ponto. Capítulo 1º,
2398 art. 2º, tem uma sugestão da CTAJ para a Plenária em relação ao tópico A.
2399 Usina eólica singular, unidade geradora, formada por turbulência eólica e
2400 geradora de energia elétrica. Mantemos o tópico A ou não? Nós vamos fazer o
2401 seguinte, quando vocês acharem necessário esclarecer ou ter defesa, nós
2402 apresentamos, senão vamos votando. Porque aqui tem coisa para muita coisa
2403 e tem coisa aqui que sinceramente não sei por que chegou aqui da CTAJ com
2404 as proposições em verde ainda sem ter sido processado lá. Então, nós vamos
2405 direto para a votação salvo vocês acharem necessário. Doutor Deusdará.

2406

2407

2408 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu sei que eu estou
2409 incomodando hoje, mas é para poder ajudar no encaminhamento da
2410 Resolução. Parece-me, Secretário, que se nós formos ver pontualmente nós
2411 vamos perder a noção do todo. a letra A, depois vai ter a alteração na B, na C.
2412 Então, eu entendo que talvez fosse importante se tivermos que votar, votar o
2413 conjunto da alteração desse Inciso I que eles estão associados. Eu queria
2414 também fazer a seguinte ressalva, o texto sem a sugestão da CTAJ foi o texto
2415 aprovado pelo Grupo de Trabalho, aprovado na Câmara Técnica e que salvo
2416 melhor juízo, a Moara está aqui presente, pode fazer uma defesa melhor, ele
2417 atende o que o Grupo de Trabalho conduziu para aprovação. Parece que essa
2418 alteração proposta pela CTAJ ela apesar de mexer no contexto, ela chega no
2419 mesmo objetivo que o texto anterior. Então, até me preocupo e eu levantei isso
2420 no Grupo de Trabalho, se isso de fato é uma alteração de mérito ou não.

2421

2422

2423 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Com
2424 licença, eu acho o seguinte, conhecendo um pouco do Conama e conhecendo
2425 um pouco nossos advogados e a dificuldades que há entre dizer o que é mérito
2426 e o que é forma. Eu acho melhor irmos ponto por ponto que é uma rapidez
2427 possível. Infelizmente a democracia é complexa, não é necessariamente
2428 coerente. O tópico A, sugestões da CTAJ. Aqueles que estiverem de acordo,
2429 por favor, ergam seus crachás. Letra A, suponho que há esteja sugestão CTAJ
2430 para Plenária. Tópico A, usina eólica singular, unidade aerogeradora, formada
2431 por turbina eólica, geradora de energia elétrica. Introduzir... O que é o que a
2432 CTAJ está propondo que seja acrescentado. Então, o que eu submeto à
2433 votação é se o plenário concorda...

2434

2435

2436 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – *Questão de ordem. Eu queria ouvir a explicação*
2437 *da CTAJ...*

2438

2439

2440 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
2441 Perfeitamente. Então, vamos a CTAJ. Quem vai falar pela CTAJ? Ironicamente
2442 o próprio Daniel. Mas agora é conteúdo, não é Daniel? Não os consideramos.

2443

2444

2445 **O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo do Estado de São Paulo) –**

2446 Na verdade, a intenção da CTAJ foi ajudar na parte redacional, não que esteja
2447 errado o que está escrito, mas a ideia é assim, nós que não somos técnicos
2448 específicos estamos lendo isso como um promotor vai ler, como um juiz vai ler,
2449 com o conhecimento jurídico específico do que nós temos. E vendo o que a
2450 Câmara Técnica tentou passar foi o que nós entendemos. A norma tem que ser
2451 não só inteligível para quem é da área, como também para quem vai aplicar
2452 isso e verificar a legalidade dela depois. Então, nesse aspecto é que nós
2453 fizemos o seguinte, nesse item A o Inciso I, é que nós estamos votando? A
2454 redação original era: usina eólica singular, uma única unidade aerogeradora,
2455 formada por turbina eólica, geradora de energia elétrica e seus sistemas
2456 associados, equipamentos de medição, de controle e de supervisão. O que
2457 CTAJ entendeu? Equipamentos de medição... Não. Mas essa redação...
2458 Desculpa. A redação que veio da Câmara Técnica ela envolvia tudo isso. A
2459 sugestão que está colocada aqui não está mostrando todo o escopo do que foi
2460 discutido. Então, equipamentos de medição, de controle e supervisão nós já
2461 entendemos e isso vai voltar depois nas seguintes, que já estava previsto nos
2462 sistemas associados que está depois colocado abaixo. Então, a associação foi
2463 colocada embaixo. A questão de ser uma única, que foi o que foi cortado, essa
2464 é a unidade geradora formada por turbina eólica geradora de energia elétrica. E
2465 a questão do sistema associado então, foi colocada nessa situação de colocar
2466 no geral e não ficar colocando alínea, alínea a mesma coisa. A discussão foi
2467 nesse sentido. Salvo engano, a Adriana me confirma se for isso ou não. E só
2468 se me permite, Senhor Presidente, a questão, volto a dizer, não uma questão é
2469 um questão de mérito ou não de mérito, é uma questão que buscou dar uma
2470 questão redacional ao todo e não item a item. Se está correto ou não o
2471 Plenário pode analisar.

2472

2473

2474 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**

2475 Recolocando então ao Plenário, a sugestão da CTAJ para o Plenário.
2476 Substituição da letra A com a nova redação usina eólica singular, unidade aero
2477 geradora, formada por turbina eólica geradora de energia elétrica. Os que
2478 estiverem a favor, por favor, ergam os seus crachás. A favor da proposta da
2479 CTAJ. Os que são contrários à proposta da CTAJ e favoráveis à manutenção
2480 da redação original. Prevaleceu a contribuição da CTAJ. Segundo tópico, letra
2481 B, a CTAJ propõe uma redação mais simplificada também, parque eólico,
2482 conjunto de unidades aerogeradoras. Os que são a favor da proposta da CTAJ,
2483 por favor, ergam os seus crachás. Os que são contrários à proposta da CTAJ,
2484 por favor, ergam seus crachás. Foi acatada a proposta da CTAJ para o tópico,
2485 item B. Tópico C, complexo eólico, conjunto de parques eólicos. Os que forem
2486 a favor da manutenção da proposta da CTAJ, por favor, ergam os seus
2487 crachás. Os que forem contrários à proposta da CTAJ, por favor, ergam os
2488 seus crachás. Prevaleceu a proposta da nova redação encaminhada pela
2489 CTAJ. Segundo, microgerador eólico, a sugestão da CTAJ para a Plenária

2490também no sentido de simplificação. Microgerador eólico, unidade geradora de
2491energia elétrica com potência instalada menor ou igual a 100 quilowatts. Os
2492que forem a favor da proposta da CTAJ, por favor, ergam os seus crachás. Os
2493que forem contrários à proposta da CTAJ, por favor, ergam os seus crachás.
2494Prevaleceu a proposta da CTAJ. Terceiro. Última sugestão da CTAJ nesse
2495capítulo. Sistemas associados. A CTAJ propõe uma redação: sistemas
2496elétricos, subestações, linhas de conexão de uso exclusivo compartilhado em
2497nível de tensão, de transmissão e distribuição, acesso a serviços e outras
2498obras de infraestrutura que compõem o empreendimento eólico e são
2499necessários a sua implantação, operação e monitoramento. Os que são a favor
2500da proposta da CTAJ, por favor, ergam os seus crachás. Os que forem
2501contrários, por favor, ergam os seus crachás. Então foram incorporadas todas
2502as propostas da CTAJ em relação ao primeiro capítulo. Há uma proposta aqui
2503do Ministério Público Federal, inclusão de Inciso IV, Art. 2º com a seguinte
2504redação: baixo potencial poluidor, baixa e insignificante geração de resíduos,
2505emissão de gases efluentes durante a operação. Pergunto se a representante
2506do Ministério Público Federal gostaria de expor o sentido da proposição.

2507

2508

2509**SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Boa tarde a todos. Meu nome é Fábio
2510Venzon, sou Conselheiro Suplente aqui pelo Ministério Público Federal.
2511Inicialmente, eu gostaria de dizer, acho que vou trazer aqui mais algumas
2512vezes porque tem outras propostas também, mas essa fala inicial eu gostaria
2513de dizer que o Ministério Público Federal parte do pressuposto que realmente a
2514energia eólica, digamos assim, é um das fontes mais limpas de energia, se nós
2515formos comparar com outras. Eu trabalhei durante 6 anos em Criciúma, região
2516carbonífera do Estado, onde o Tadeu é oriundo, e nós sabemos que a atividade
2517de mineração de carvão ela é extremamente poluente. Eu acho que não existe,
2518independente da localização e do porte da mineração de carvão, ela polui rios
2519com aquele rejeito que é contaminado, contamina água, gera chuva ácida,
2520enfim, poluição gravíssima. Então, partimos desse pressuposto, para deixar
2521isso bem claro. Porém, sabemos e também atualmente atuei até pouco tempo
2522atrás, 11 anos no Rio Grande do Norte, então conheço a realidade dos parques
2523eólicos, que não é... Até a minha ideia antigamente até era outra, com o tempo
2524e trabalhando nessa matéria se verificou que infelizmente a energia eólica, os
2525parques eólicos não são isentos de impactos. Esta é a grande questão,
2526principalmente se considerarmos a localização deles e o porte deles. Agora
2527vamos aqui para a questão colocada. No art. 3º dessa Resolução é
2528mencionado: caberá ao órgão licenciador o enquadramento quanto ao impacto
2529ambiental dos empreendimentos, a definição do impacto, considerando o porte,
2530a localização e o baixo potencial poluidor da atividade. Então, essa palavra,
2531essa expressão baixo potencial poluidor da atividade, é colocada sem qualquer
2532conceituação dentro da Resolução e me faz crer que o empreendimento como
2533um todo ele possui baixo potencial poluidor. Quando nós verificamos na lei
25346.938/81, da Política Nacional de Meio Ambiente o art. 3º, o conceito de
2535poluição é bem mais amplo porque acho que há consenso de que o baixo
2536potencial poluidor dos empreendimentos eólicos diz respeito, como está
2537colocado no conceito ali, baixa ou insignificante geração de resíduos, emissão
2538de gases e efluentes durante a operação. Parece-me que esse é o consenso a
2539respeito do que seria o baixo potencial poluidor. Durante a operação ele

2540 realmente não tem essa questão da geração de resíduos, emissão de gases e
2541 efluentes durante a operação. Acontece que o conceito poluição da lei, ele é
2542 mais amplo do que isso. Essa parte que é um consenso a respeito está lá na
2543 alínea E do Art. 3º, do Inciso III, da Lei 6938 que fala: considerado poluição, a
2544 degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direto ou
2545 indiretamente lancem matéria ou energia em desacordo com os padrões
2546 ambientais estabelecidos. Nesse ponto ok, realmente baixo potencial poluidor
2547 na operação. Acontece que nós temos toda a instalação do empreendimento,
2548 nós temos outros tipos de impacto, de poluições que não são exatamente
2549 essas, por exemplo, quando a 6.938 menciona que poluição também é
2550 degradação da qualidade de ambiental resulante de atividade que direta ou
2551 indiretamente afetem as condições estéticas do meio ambiente. Só para dar um
2552 exemplo. E têm outras alíneas da 6938. Então, a posição do Ministério Público
2553 Federal consensual seria no sentido de que quando o art. 3º está mencionando
2554 para o órgão licenciador, já indicando o órgão licenciador, os empreendimentos
2555 de energia eólica eles possuem baixo potencial poluidor, seria dentro desse
2556 conceito que nós estamos colocando aí, que seria no tocante a baixa ou
2557 insignificante geração de resíduos, emissão de gases e efluentes durante a
2558 operação. Isso é consenso, o órgão ambiental tem que considerar isso. Essa é
2559 a razão dessa nossa inclusão desse Inciso IV no art. 2º para evitar que sem
2560 esse conceito aqui se entenda que o empreendimento como um todo, na
2561 instalação, sobre o aspecto estetico ele tem baixo potencial poluidor.
2562 Obrigado.

2563

2564

2565 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Ibama,
2566 alguma manifestação em relação à proposição em relação ao Ministério
2567 Público Federal? Márcio? Moara? Vocês gostariam que nós andássemos um e
2568 depois voltássemos a esse ponto? Eu estou perguntando por que eles
2569 tomaram conhecimento disso agora. Há manifestação contrária?

2570

2571

2572 **A SRª. MÁRCIA PEREIRA DA MATA (Governo do Mato Grosso do Sul)** –
2573 Boa tarde. Márcia, do Órgão Ambiental do Mato Grosso do Sul. Na realidade
2574 quando ele... É perfeita a definição de impacto, mas a preocupação aqui é pelo
2575 tipo de atividade que nós estamos aqui discutindo. Eólica então nós já por
2576 definição você não tem geração de resíduos, você não tem esse tipo de
2577 impacto que está definido ali no baixo impacto. Então, na realidade...

2578

2579

2580 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – O
2581 entendimento que ele aleguei foi outro. Então, tudo bem. É o seu ponto de
2582 vista.

2583

2584

2585 **A SRª. MÁRCIA PEREIRA DA MATA (Governo do Mato Grosso do Sul)** –
2586 Na realidade estou lendo ali a proposta do MPE.

2587

2588

2589 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Marcio?
2590 Ceicilene. Bom, nós vamos abrir uma discussão desse ponto. Ceicilene, por
2591 favor.

2592

2593

2594 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME)** – Boa tarde. Essa
2595 proposta do Ministério Público nós entendemos que não é cabível, tendo em
2596 vista considerando a natureza dos projetos eólicos. Até para definição de baixo
2597 potencial poluidor você não vai trabalhar só exclusivamente com esses critérios
2598 que estão sendo apontados. Têm vários outros critérios que são levantados,
2599 tendo em vista a peculiaridade de cada empreendimento. Então, nós sugerimos
2600 a exclusão, a não aprovação dessa proposta.

2601

2602

2603 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –
2604 Lisiane, você vai querer falar? Não? Pois não.

2605

2606

2607 **O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Na hipótese de não ser acatada, se for
2608 votado, eu posso incluir uma emenda que eu não coloquei aí ainda?

2609

2610

2611 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
2612 votar primeiro. Você já está antecipando...

2613

2614

2615 **O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Em decorrência disso é uma emenda
2616 supressiva, no caso.

2617

2618

2619 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
2620 por parte, nós vamos andando lentamente aqui. Os que são a favor da
2621 manutenção, perdão, da incorporação da sugestão do Ministério Público
2622 Federal, a introdução do baixo potencial poluidor, baixa e significativa geração
2623 de resíduos, emissão de gases e efluentes durante a operação. Por favor,
2624 ergam os seus crachás. Os que forem a favor da incorporação da sugestão,
2625 por favor, ergam os seus crachás. O que foram contrários à introdução da
2626 sugestão? Foi recusada a sugestão de incorporação. Se houver... No momento
2627 que você achar que é o caso da supressão, você propõe e nós discutimos a
2628 supressão. Deixe-nos chegar lá. O art. 3º, antes de ver a sugestão do
2629 Procurador... Pois não...

2630

2631

2632 **O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – A apromac fez uma proposta da emenda
2633 que era de um artigo antes do art. 3º. Parece-me que ele foi colocado depois
2634 do art. 3º, mas ele teria que ser visto antes pela questão da sistemática da
2635 norma. Se pode recuperar aí.

2636

2637

2638A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2639**DConama)** – Se você puder chegar ali perto.

2640

2641

2642**O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Essa proposta, mas ela deve constar
2643antes do art. 3º. Exatamente isso. Ela deve ser a primeira sessão desse artigo.

2644

2645

2646**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – A
2647proposta da Apromac, você pode defendê-la explicando do que se trata e por
2648que você sugere que seja antes do início do art. 3º.

2649

2650

2651**O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Boa tarde a todos. Hassan Sohn,
2652Conselheiro suplente da Associação de Proteção do Meio Ambiente, ONGs da
2653Região Sul. Essa Resolução ela teve como objetivos, a sua justificativa de ser
2654estudada e estabelecida foram dois pontos. O primeiro ponto foi dirimir uma
2655dúvida recorrente que caía sobre os órgãos licenciadores na época, apenas
2656estaduais, são uma aplicação da 297 no tocante às eólicas. A segunda questão
2657era a avançar e estabelecer critérios nacionais que facilitassem, agilisassem ou
2658permitissem uma implantação mais célere dos empreendimentos eólicos diante
2659da nossa necessidade premente de energia e da constatação de que esta é
2660uma fonte mais desejável em relação a outras fontes de energia. As discussões
2661transcorreram muito bem tratadas pelo nosso Presidente de Câmara, tenho
2662que fazer um elogio público aqui pelas discussões havidas na Câmara Técnica,
2663nos Grupos de Trabalho e da Câmara Técnica muito democraticamente, mas
2664um dos grandes impasses que não foi possível dirimir pelo consenso, foi uma
2665questão de restrição espacial. O que seria essa restrição espacial, qual a
2666finalidade de estabelecermos uma restrição espacial? Ora, a Resolução na
2667forma que vem, sem estabelecer um critério unificado, orientativo, não apenas
2668para os nossos 27 Estados, mas para os nossos 5.700 Municípios é justamente
2669evitar que caia no colo do órgão local a discussão aqui pode, aqui não pode, a
2670eólica tem um baixo impacto, mas ela causa um efetivo impacto. E
2671particularmente em relação à energia eólica nós temos um impacto social muito
2672importante. Nós temos uma predisposição de vários segmentos da sociedade a
2673ver a eólica como intrusiva, como sendo um problema, como sendo algo
2674indesejável na vizinhança. De certa forma é se nós considerarmos que as
2675torres eólicas têm altura de um prédio de 30, 40 andares com rotor de meia
2676quadra de largura e podem ser vistos a muita distância. Então, se você tem
2677isso no terreno do teu vizinho, fazendo num barulho baixo, certamente, mas
2678muito maior do que os 50 decibéis que nós aceitamos do razoável dentro d
2679euma residência, é claro que isso vai causar um impacto. Por outro lado nós
2680estudos consolidados muito bem citados pelo órgão ambiental do Estado de
2681Minas Gerais lá nos primórdios das discussões, que estabeleciam uma zona
2682com segurança física, uma zona de segurança acústica, uma zona d
2683segurança sub acústica, um zona de segurança estroboscópica que é aquele
2684efeito de mais claro, mais escuro que os rotores causam ao cair da tarde. E
2685essa distância foi estabelecida pela Associação Médica da Grã-Bretanha e
2686também pela Associação Médica da França, em 1500 metros como sendo uma
2687distância a partir da qual as torres não são mais onipresentes, e absolutamente

2688incômodas para se tornarem, talvez, enfim, você consegue ignorar a existência
2689dela fazendo algum esforço. Façam o seguinte raciocínio, matou rede eólica,
2690se nós considerarmos que ela tem, rapidamente, se considerarmos que ela tem
2691altura desse microfone a nossa casa do lado vai ser aquela casinha do jogo de
2692Banco Imobiliário, tem um centímetro de altura, ou seja, você vai conseguir vê-
2693la a oito quilômetros de distância. Imagine quem mora em bairro e vê o centro
2694da cidade, lembrando que a maioria das cidades tem prédios de 20 andares, ou
2695seja, a metade da altura da torre eólica. Então, a nossa proposta é estabelecer
2696o seguinte, um critério de zona de exclusão fléxivel, conforme a vontade da
2697municipalidade, através de seus vereadores, definido por lei municipal que
2698pode estabelecer uma zona industrial onde possam ser instaladas ou algo
2699assim, mas como regra geral, que a menos de 1500 metros de alguns espaços
2700importantes, como zonas urbanas, unidades da conservação, zonas de
2701nidificação, não se implantasse, em regra, empreendimentos eólicos. Essa é a
2702principal função desse artigo. A segunda função, que está no Inciso I é um
2703esclarecimento necessário que devemos fazer para o licenciador local. É certo
2704que a eólica como empreendimento de interesse público para o gerador de
2705energia, possui a possibilidade de eventualmente ser instalada em APP, mas
2706isso deve ser a partir da comprovação efetiva de que não existem alternativas
2707locacionais. Por que dessa reflexão? Porque em muitos casos nós vemos
2708empreendimentos eólicos a beira-mar, ocupando espaços que poderiam servir
2709inclusive para resorts turísticos, ao passo que eles poderiam estar facilmente
2710mil metros adiante sem nenhuma perda de potência. Então, nesses casos
2711todos haveria uma alternativa locacional que não foi sequer examinada. Então,
2712por isso nós achamos relevante ter isso. Obrigado.

2713

2714

2715**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – A
2716Apromac encaminhou favorável á sugestão proposta, colocada ali. Alguém
2717deseja encaminhar de forma contrária? Alguma manifestação do Ibama?
2718Eugênio?

2719

2720

2721**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** – Eu vou
2722encaminhar pela rejeição total da emenda. Essa foi uma discussão que
2723envolveu horas e dias de embates na Câmara Técnica e nos Grupos de
2724Trabalho, porque na prática não cabe a Resolução do Conama estabelecer
2725esse nível de proibição, porque não é só restrição, é de proibição. Nós temos
2726que estabelecer critérios claros em relação a como se dá o enquadramento a
2727partir da visão de que ele é baixo potencial de impacto, porque é importante
2728restituir essa discussão, nós não estamos dizendo que tem baixo impacto, nós
2729estamos dizendo que o potencial de impacto é baixo. E que o enquadramento
2730se dá pelo potencial de impacto, pela localização e porte, localização, porte e
2731potencial. As restrições estabelecidas se dão através do licenciamento
2732ambiental e obviamente que nem o Ibama, nenhum órgão estadual e
2733consequentemente nenhum órgão municipal de meio ambiente pode decidir
2734favorável ao licenciamento se tem uma lei municipal, principalmente prevista no
2735PPDU, que proíba determinadas atividades a partir de distâncias de núcleos
2736urbanos ou outras situações. Então, a priori é muito temerário, a priori, sem
2737uma análise do proceso de licenciamento, sem estudos específicos, nós

2738determinarmos a priori que determinadas atividades do empreendimento, e no
2739caso aqui, energia eólica, produção de energia elétrica, geração de energia
2740elétrica através de fonte eólica, não pode em determinadas situações. Então,
2741por esses motivos, e teriam outros tantos que poderiam ser aqui elencados, eu
2742encaminho pela rejeição total da proposta apresentada pela Apromac.

2743

2744

2745**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Os que
2746são a favor da incorporação da proposta da Apromac, por favor, ergam os seus
2747crachás. Os que são contrários à proposta, rejeitando á linha do que o Eugênio
2748defendeu? Rejeitada a proposta da Apromac. Quem se abstém? Duas
2749abstenções. Vamos dar sequência aqui então. Exisste em relação a esse
2750terceiro ponto: não será considerando de baixo impacto, uma série de
2751situações que são descritas a seguir. Essas situações, a CNI propôs em
2752relação ao segundo tópico e ao terceiro tópico a introdução do quando implicar.
2753Parece-me que é uma proposta de redação.

2754

2755

2756**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2757**DConama)** – A CNI já retirou essa proposta. É isso?

2758

2759

2760**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Há uma
2761proposta do Governo da Bahia da introdução de uma quina situação, qu eu
2762pediria para o Eugênio descrevê-la aqui então.

2763

2764

2765**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** – Pessoal, isso
2766aqui, para quem acompanhou no Grupo de Trabalho e na Câmara Técnica
2767parece contraditório ao que eu sempre defendi, que a Resolução não
2768estabelecesse prazos, mas eu fui incitado por alguns Estados, inclusive o
2769Estado do Rio Grande do Sul que não sei por que cargas d'água não está
2770presente. Ontem o Presidente meda Fepam me ligou preocupado com o § 5º, a
2771forma como está o § 5º proposto pela CTAJ. Eu não quero entrar nesse
2772momento no mérito do § 5º. Então, até revendo uma posição inicial
2773insistentemente defendida por mim, representando a Abema na Câmara
2774Técnica, que essa foi uma proposta tirada no seminário que nós fizemos, da
2775Abema, sobre essa Resolução, nós apenas estamos sugerindo incluir ao final
2776do Inciso I, seria pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da
2777Biodiversidade, em até 90 dias. Isso também nós já conversamos com o
2778pessoal do Chico Mendes, eles disseram que possivelmente é bem... Eles têm
2779tranquilidades em garantir que isso seja feito em até 90 dias e para evitar,
2780inclusive, uma demanda de solicitações individuais por parte do Estado, como
2781está no § 5º, por parte dos Estados, nós estamos estabelecendo isso para
2782garantir uma regra de transição mais aceitável. Então, a proposta é simples, ela
2783não mexe com o mérito, é apenas o prazo que o Chico Mendes terá para
2784apresentar esse relatório sobre aves migratórias, pousios e assim por diante.

2785

2786

2787 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Tadeu,
2788 se for contrário, tudo bem, mas se for a favor não precisa. Depois do Marcelino.
2789

2790

2791 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Não. O Instituto
2792 está confortável com o prazo. Só acrescentaria é que a contar da data de
2793 publicação, porque esses 90 dias não se sabe a data que passa a contar.
2794 Então, está tudo bem. Só essa observação, mas o prazo está confortável ao
2795 instituto.

2796

2797

2798 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Eu participei da
2799 Câmara Técnica que elaborou a proposta durante quase todas as reuniões, e
2800 ontem junto com a Ministra eu levantei a preocupação sobre as aves
2801 migratórias. A Resolução está tratando de licenciamento, mas está perante a
2802 opinião pública vai ser editada uma Resolução e aves migratórias continuarão
2803 sendo mortas pelas hélices das eólicas. E já estão sendo... Os dados não são
2804 divulgados porque os parques escondem esses dados e nós propusemos que
2805 algum procedimento técnico deveria ser pensado para inibir as áreas
2806 migratórias com sensores, que inibisse como existe sensor para inibir que o
2807 mosquito entre em um quarto, deve existir um sensor para ser colocado nas
2808 torres para que as aves fiquem inibidas e continuarem na rota para não serem
2809 mortas. Como também de luzes para a noite, para morcegos. Quer dizer, são
2810 procedimentos técnicos fáceis de serem... Mas o que me... A minha pergunta,
2811 os critérios que os órgãos estaduais vão encaminhar ao Chico Mendes. Quais
2812 são os critérios que o Chico Mendes tem a respeito dessa questão das aves
2813 migratórias, porque estão não está claro também isso aí. Estão repassando
2814 para o Chico Mendes. Correto? A técnica inclusive na fala dela mencionou
2815 essa questão. Então, eu gostaria de ter uma coisa mais clara, bem
2816 transparente e objetiva, sobre o que Chico Mendes, quais os critérios que ele
2817 vai adotar para indicar aos órgãos licenciadores estaduais.

2818

2819

2820 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Tadêu,
2821 clareza, transparência e objetividade não significa detalhamento também fora
2822 do lugar. Eu vou pedir para o Marcelino esclarecer, você tem razão no sentido
2823 de que aqui está estabelecido um prazo para o Chico Mendes, mas em relação
2824 ao conteúdo de que o Chico Mendes fará eu passo a palavra ao Doutor
2825 Marcelino.

2826

2827

2828 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – O relatório não será
2829 feito a partir de critério, será feito a partir de dados. Existe o Sistema Nacional
2830 de Anilhamento de Aves, instituído desde 78, tem 35 esse sistema, e já reuniu
2831 mais de três milhões de registros de 750.000 aves do País, aves migratórias.
2832 Então, a partir desses dados é que serão construídos os mapas em que se
2833 apontarão as rotas de migração das aves, assim como as áreas de
2834 concentração. Se nós formos observar você terá dados de praticamente todos
2835 os pontos do País. Agora as áreas que serão consideradas, áreas de
2836 concentração são aquelas que você tem maior registro de informação sobre

2837elas, de dados daquelas regiões. Então, é a partir de uma base de dados, não
2838é de forma aleatória. O que o instituto compromete-se a fazer, além de
2839apresentar o relatório, é na própria reunião do Conama trazer para essa
2840reunião uma apresentação em que se demonstrará como será feito o relatório,
2841como o relatório foi feito e esse Sistema de Anilhamento de Aves.

2842

2843

2844**A SR^a. LISIANE BECKER (Mover)** – Eu queria um esclarecimento em relação
2845às aves e também aos mamíferos voadores, os morcegos. Nós temos aqui sim
2846propostas para enquadramento em relação à rota, pousio, descanso e
2847alimentação de aves migratórias. Então, no caso de aves que sejam locais, não
2848seja migratórias, que utilizem esse espaço, elas não vão ser consideradas? Os
2849morcegos que ali passam não serão considerados? Só aqueles que são
2850ameaçados de extinção e estão em rota migratória que vão ser considerados
2851para fins de enquadramento? Essa é a minha pergunta. E a outra, esses 90
2852dias, eu não entendi, porque o relatório é anual. Quando começa a contar os
285390 dias?

2854

2855

2856**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2857**DConama)** – Os 90 dias é a praxe. Começa a contar a partir da publicação.
2858Isso é o normal.

2859

2860

2861**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** – A redação
2862tem que ser melhorada, que o primeiro relatório saia em até 90 dias após
2863publicação desta Resolução. É uma questão de português, de relatório. Então,
2864que o primeiro relatório do Chico Mendes seja emitido em até 90 dias após a
2865publicação desta Resolução.

2866

2867

2868**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
2869os que forem a favor da sugestão do Governo da Bahia, por favor, ergam os
2870seus crachás. Os que forem contrários às sugestões propostas pelo Governo
2871da Bahia, ergam os seus crachás. Foi aprovada a proposta. Bom, temos duas
2872sugestões da CTAJ em relação à dois novos parágrafos. A primeira sugestão
2873cabera ao órgão licenciador estabelecer os critérios de porte aplicável para fins
2874de enquadramento dos empreendimentos nos termos do caput desse artigo.

2875

2876

2877**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Boa tarde. Eu só
2878queria fazer antes uma observação, só na hora da redação aí, daquela
2879sugestão da CTAJ, Inciso III, ficou faltando uma crase e aí eu já faço uma
2880observação para quem compõe a redação, de destacar em verde ou em
2881amarelo, o que for, o que foi alterado. Porque você fica com muita dificuldade
2882de saber o que foi alterado. Nesse caso, por exemplo, foi alterada a palavra
2883empreendimento. Era antes parque eólico, mudou para empreedimento. Fica
2884muito difícil de ver e aí não acha esses pequenos erros como foi a falta da
2885crase e a falta da crase muda o sentido da ordem desse artigo. E segundo, eu
2886só queria esclarecer, a questão do Governo da Bahia vai mudar, vai ser um

2887parágrafo, não vai ficar... Porque está associado ao primeiro relatório. Porque
2888da forma como foi aprovado está sem sentido, mas como o Secretário disse
2889que ia mudar. Então, eu estou imaginando que aprovou, o primeiro relatório vai
2890ser em 90, e não simplesmente colocar 90 dias. Referindo-me ao § 4º. Eu não
2891entendi qual a diferença do parágrafo com para o caput. O caput está dizendo
2892que caberá ao órgão licenciador o enquadramento quanto a impacto. Nós todos
2893sabemos que é porte, você fala em porte quanto a impacto e potencial quanto a
2894poluidor. Então, se ele vai fazer o enquadramento, por óbvio, ele vai fazer os
2895critérios para fazer esse enquadramento. Então, eu não entendi a diferença, o
2896que tem nesse parágrafo que não está no caput. Para mim o que tem nesse
2897parágrafo está no caput e nós estamos repetindo. Obrigada.

2898

2899

2900**O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo do Estado de São Paulo) –**
2901Senhor Presidente, o que se buscou fazer aqui, o art. 1º da Resolução diz o
2902seguinte: esta Resolução estabelece critérios e procedimentos para o
2903licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica, a
2904partir de fonte eólica em superfície terrestre. Então, o que a Resolução estaria
2905propondo? A estabelecer os critérios e os procedimentos. O art. 3º, no caput já
2906bem colocado aqui, fala que cabe ao órgão licenciador enquadramento quanto
2907ao impacto ambiental dos empreendimentos de energia eólica, considerando
2908porte, localização e baixo potencial poluidor da atividade. O baixo potencial
2909poluidor está tratado na Resolução. A questão da localização está tratada e
2910bem tratada especificamente e principalmente por esse art. 3º. Não há na
2911Resolução nenhuma disposição a respeito de porte. Então, a única coisa que a
2912CTAJ entendeu deixa explícito para que não haja uma discussão a respeito se
2913é ou não é o órgão estadual licenciador que efetivamente vai definir, é que se
2914colocasse esse § 4º deixando explícito que os critérios de porte vão ser
2915estabelecidos pelo órgão licenciador. Então, é meramente uma forma de deixar
2916claro que o órgão, o estadual é que vai definir esses critérios de porte que são
2917aplicáveis a essa questão de licenciamento.

2918

2919

2920**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Em
2921relação à proposta do § 4º pela CTAJ, os que estiverem, por favor, ergam os
2922seus crachás. Os que são contrários à introdução do quarto parágrafo. Foi
2923acatada a sugestão da CTAJ em relação quarto parágrafo. Em relação ao
2924quinto parágrafo nós temos duas sugestões, uma da CTAJ e uma da CNI. Eu
2925pediria que os dois... Da CNI saiu. Eu estou defasado, me perdoem.

2926

2927

2928**O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo do Estado de São Paulo) –**
2929A CTAJ também entende, aqui eu não tenho competência para falar sobre a
2930Câmara, mas nós entedemos que perde o efeito essa sugestão do § 5º em
2931relação ao prazo já estipulado para o ICMBio estabelecer, editar o primeiro
2932relatório.

2933

2934

2935**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Vamos
2936para o art. 4º. No art. 4º o Ministério Público Federal sugere a introdução de um

2937segundo parágrafo. A utilização da prerrogativa contida no caput deverá ser
2938objeto de justificativa pelo órgão ambiental, dando ciência da decisão ao
2939Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.

2940

2941

2942**O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Senhor Presidente, eu tinha
2943mencionado anteriormente que tinha uma emenda supressiva em relação ao
2944caput do art. 3º, que era simplesmente tirar a baixo, ficaria caberá ao órgão
2945licenciador enquadramento quanto ao impacto ambiental dos empreendimentos
2946de geração de energia eólica, considerado o porte, a localização e o potencial
2947poluidor da atividade, em razão daquilo que eu já mencione que considerando
2948o conceito de poluição da lei 6.938 existe sim situações de médio ou alto
2949potencial poluidor da atividade de energia eólica, dependendo dos aspectos
2950que nós estamos analisando da poluição, pode ser posição estética e
2951paisagística. Então, a essa proposta do art. 3º.

2952

2953

2954**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2955**DConama)** – Só um minutinho para ficar claro para todo mundo. O que você
2956quer no art. 3 é retirar a palavra baixo. Só isso.

2957

2958

2959**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Então,
2960um momentinho, não custa nada. Por favor, os que forem a favor da proposta
2961apresentada pelo Procurador, por favor, ergam os seus crachás. Eugênio quer
2962discutir o mérito? Eu peço desculpas por não ter entendido a proposta do
2963Procurador lá atrás, e ter passado por essa discussão do caput do terceiro
2964parágrafo. Vamos discutir o caput do terceiro parágrafo.

2965

2966

2967**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** – Se a proposta
2968do Ministério Público Federal for aceita como o Procurador está propondo, a
2969Resolução toda perde o sentido. A base da Resolução é a definição de critérios
2970diferenciados de enquadramento de licenciamento de parques eólicos por
2971causa de uma série de fatores que nós exaustivamente discutimos na Câmara
2972Técnica e no Grupo de Trabalho. Que ele vem fortalecendo as políticas da
2973questão climática, os compromissos que o Brasil tem, tem menos emissões,
2974porque nós precisamos de uma diversificação da cadeia produtiva, porque nós
2975temos que criar critérios que induzam ao investimento de fontes de geração de
2976energias renováveis e mais limpas, porque nós estamos trabalhando aqui
2977comparativamente a termoelétricas, de várias formas. E a outra fonte de
2978energia se fala da necessidade futura nuclear, enfim, nós estamos trabalhando
2979um grau de comparação, criando as condições para que de fato os investidores
2980peguem o seu dinheiro e invistam numa fonte de energia mais sustentável e
2981mais limpa. Por isso a ideia de definir previamente que ela é de baixo potencial
2982de impacto ambiental. Baixo potencial de impacto ambiental porque ela tem
2983baixíssimas emissões atmosféricas, porque ela gera baixíssimo resíduo, enfim,
2984porque ela tem um potencial enorme de geração de energia, atender uma
2985demanda importante para o desenvolvimento do País, com menos problemas
2986do ponto de vista ambiental que outras fontes que estão sendo usadas. Então,

2987É por isso que se eu defendo a manutenção do baixo, do termo baixo, por
2988esses motivos e até mesmo porque se tirar o baixo perde o sentido essa
2989Resolução.

2990

2991

2992**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Nós
2993tivemos um encaminhamento a favor e um encaminhamento contrário. Eu
2994gostaria de propor a votação se nós mantemos ou não o baixo. Tadêu, é
2995alguma coisa relação relaciona a essa votação? Você vai mudar o estatuto
2996dessa votação? A sua intervenção? Não precisa. Você vai encaminhar a favor
2997ou contra? Já encaminhou porque já tem uns três para encaminhar a mesma
2998coisa que o Eugênio acabou de falar. Pessoal, vamos lá. Os que forem a favor
2999de retirada da expressão baixo do caput do art. 3º, conforme a proposta do
3000Ministério Público Federal, por favor, ergam os seus crachás. Os que forem a
3001favor da manutenção do baixo. Foi mantida a redação original. Abstencões.
3002Três abstencões. Bom, retornamos então onde estávamos. No parágrafo, na
3003introdução a proposta do Ministério Público Federal relacionado à introdução
3004do segundo parágrafo. A utilização da prerrogativa contida no caput desse
3005artigo deverá ser objeto de justificativa, pelo órgão ambiental dando ciência da
3006decisão ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual.

3007

3008

3009**O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – O caput menciona que nos casos em
3010que for exigido estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental,
3011deverá ser adotado o termo de referência do Anexo I, ressalvadas as
3012características regionais e as especificações do órgão licenciador. Nós
3013propomos que a utilização da prerrogativa alusiva a essa ressalva de não
3014utilização do termo de referência, ou modificação do termo de referência
3015modelo, que o Conama está aprovando hoje, que essa utilização dessa
3016prerrogativa deverá ser objeto de justificava pelo órgão ambiental, dando
3017ciência da decisão ao Ministério Público federal e Ministério Público Estadual.
3018O termo de referência anexo á presente Resolução foi debatido no Conama,
3019presume-se que tenha utilizado os melhores critérios para avaliação de
3020impactos ambientais dessa tipologia de empreendimento. No momento em que
3021o órgão ambiental não utiliza o termo de referência modelo aprovado pelo
3022Conama, tal decisão deve ser motivada expressamente no processo de
3023licenciamento, de forma a assegurar a sociedade da devida fiscalização da
3024regularidade dos atos administrativos no processo de licenciamento. Nesse
3025sentido o Ministério Público, na qualidade de advogado da sociedade e fiscal
3026de lei, deve ser cientificado da referida decisão, para que possa realizar o seu
3027mister adequadamente.

3028

3029

3030**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** – Eu vou
3031encaminhar a proposição contrária à proposta de inclusão, portanto,
3032encaminhando pela rejeição da proposta de inclusão encaminhada pelo
3033Ministério Público Federal. Por dois motivos, eu não vou nem me alongar muito
3034nessa discussão, não é o Ministério Público nem Federal e nem Estadual
3035interveniente no processo de licenciamento ambiental. Não está dito em
3036nenhuma regra, nenhuma lei. Ele é fiscal da lei, ele me fiscaliza para ver se eu

3037cumpri o que eu devo executar. Segundo aspecto, os processos de
3038licenciamento são públicos, são públicos e são publicizados. Qualquer cidadão
3039qualquer cidadã, qualquer representante de instituição pública da sociedade,
3040civil, do setor econômico, e mesmo o Ministério Público, eles têm total acesso
3041aos processos, total acesso aos critérios que são definidos, e da forma como é
3042encaminhado o processo de licenciamento. Por isso, e para não me alongar
3043mais, eu defendo a rejeição da proposta de inclusão do artigo proposto pelo
3044Ministério Público Federal.

3045

3046

3047**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
3048encaminhar a votação. Os que forem a favor da introdução da proposição do
3049Ministério Público Federal, por favor, ergam os seus crachás. Os que forem
3050pela rejeição da proposta do Ministério Público Federal. Abstenções? Uma
3051abstenção. Muito obrigado. Foi rejeitada, então, a proposta encaminhada pelo
3052Ministério Público Federal. Vamos então para a sessão relativa a
3053procedimentos, do procedimento simplificado de licenciamento. Temos uma
3054proposta da Apromac, uma nova redação para o art. 6º.

3055

3056

3057**O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Antes de falar sobre a minha proposta eu
3058queria fazer um favor, o Ministério Público do Paraná me pediu para fazer um
3059comentário antes, nesse art. 6º, ele teve que se ausentar. O Ministério Público
3060do Paraná requer que nós façamos uma reflexão a respeito do termo reunião
3061técnica informativa, que não possui previsão legal para tanto. E propõe que a
3062Plenária substitua a reunião técnica informativa por Audiência Pública que já
3063tem regulamentação específica. Esse é o recado de Ministério Público do
3064Estado do Paraná. Então, eu coloco na minha proposta, adoto essa proposta
3065de nós substituirmos isso, para que, pelo menos, façamos a reflexão. Mas
3066voltando ao âmago da questão, a proposta da Apromac é a seguinte, a forma
3067proposta na Minuta que veio do CTASJ e que veio da Câmara Técnica
3068estabelece como regra geral a não realização de audiência pública dentro do
3069procedimento simplificado. Com a possibilidade de o órgão ambiental fazer
3070uma análise e determinar a realização da audiência pública. A proposta da
3071Apromac que é o inverso polar. É que a Audiência Pública seja a regra
3072podendo o órgão ambiental justificadamente dispensá-la. Por que fazemos
3073essa proposta? Porque na forma que vem da Câmara Técnica nós estamos
3074preferindo ao poder público uma obrigação que não lhe cabe que é analisar
3075todos os aspectos sociais em lugar do empreendedor que já deve fazer esse
3076estudo antecipadamente e fazendo toda essa análise para não incorrer no erro
3077de não atender o interesse público majoritário, gastar até mais tempo para a
3078análise do EIA/Rima do que seria comparativamente se o empreendedor já
3079disse: não é necessário fazer audiência nesse caso porque nós levantamos
3080que não tem nenhuma população no entorno, porque o empreendimento é lá
3081no meio do mato, a 10 quilômetros de qualquer ponto. Ou seja, nós com essa
3082forma que veio da Câmara Técnica estamos fazendo o poder público gastar o
3083dinheiro que o empreendedor que tem que gastar. Basicamente é isso.

3084

3085

3086 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
3087 Ceicilene, você vai encaminhar de forma contrária?

3088

3089

3090 **A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME) –** Nós encaminhamos
3091 pela rejeição da proposta da Apromac por dois motivos, primeiro que a
3092 audiência pública, segundo a Resolução, ela é específica para
3093 empreendimentos de significativo impacto ambiental. Nesse caso específico
3094 nós estamos tratando de estudos simplificados, casos simplificados. A
3095 Resolução 279 ela trata sim de reuniões técnicas, reuniões informativas. Então,
3096 há uma previsão sim desse próprio Conselho que trata do tema. A proposta é
3097 que seja rejeitada as considerações da Apromac.

3098

3099

3100 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Vamos
3101 submeter à votação. Os que forem favoráveis à substituição da redação pela
3102 proposta da Apromac, por favor, ergam os seus crachás. Os que forem pela
3103 rejeição da proposta da Apromac. Os que forem se abster? Uma abstenção.
3104 Bom, rejeitada a proposta da Apromac. Então, nós temos a seguir no art. 10º a
3105 proposta pelo Ministério Público Federal da introdução de um Parágrafo Único
3106 que diz o seguinte: no caso de empreendimentos em que é exigida a
3107 apresentação de EIA/RIMA, o prazo referido no caput será de 60 dias, a partir
3108 do seu requerimento.

3109

3110

3111 **SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF) –** Senhor Presidente o art. 10º no caput
3112 menciona com prazo único de 20 dias para as autorizações para manejo de
3113 fauna silvestre em licenciamento ambiental, reguladas por essa Resolução,
3114 incluindo levantamento, a coleta, a própria captura, resgate, transporte,
3115 monitoramento, enfim, a Resolução da questão da fauna, tanto se é de estudo
3116 como de execução, quando requeridas para elaboração de estudos ambientais
3117 deverão ser emitidas em um prazo máximo de 20 dias a partir de seu
3118 requerimento e da apresentação das informações sobrestadas pelo órgão
3119 licenciador. E nós temos aqui dois tipos de procedimento, um simplificado e um
3120 outro quando trata-se de empreendimento com significativo impacto ambiental,
3121 que está sujeito a um procedimento ordinário. No entendo, o prazo é um prazo
3122 único. Nós entendemos que naqueles empreendimentos que foi exigido EIA
3123 exatamente por aquele significativo impacto ambiental, certamente
3124 empreendimentos de grande porte, esse prazo tem que ser diferenciado. São
3125 situações diferentes, prazos diferenciados. Por isso o Parágrafo Único
3126 menciona: no caso de empreendimentos em que é exigida a apresentação de
3127 EIA/RIMA, o prazo referido no caput será de 60 dias. Entendemos que para
3128 esses empreendimentos de significativo impacto ambiental, o prazo de apenas
3129 20 dias após a entrega dos estudos para analisar e dar autorização, para
3130 definir a questão da fauna, da Resolução da questão da fauna, é muito
3131 pequeno. Obrigado.

3132

3133

3134 **SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia) –** Vou
3135 encaminhar... Na verdade não é nem grandes... O que o Ministério Público está

3136 defendendo aqui, até contribui para um tempo maior e um fôlego maior para os
3137 órgãos licenciadores, poderíamos até aplaudir, mas eu acho que não muda,
3138 Doutor, do ponto de vista da análise do licenciamento ambiental nós estamos
3139 apenas dando uma autorização para estudo. Que esse art. 10 está se referindo
3140 ao tempo para fazer... Autorização para o cara fazer, como diz aqui, para
3141 elaboração de estudos ambientais. Então, do ponto de vista da... A autorização
3142 para manejo... Pessoal, as autorizações para manejo de fauna silvestre em
3143 licenciamento ambiental reguladas por esta Resolução, incluindo o levantamento,
3144 coleta, captura, resgate, transporte e monitoramento, quando requeridas,
3145 quando requeridas para elaboração de estudos ambientais, ele fala de tudo
3146 aquilo porque ele tem que pedir manejo, captura quando requer, quando faz
3147 um requerimento para estudo ambiental, ele está se referindo, o art. 10, a
3148 requerimentos para estudo ambiental. Prestem atenção, na forma da leitura aí.
3149 O prazo. Deverão ser emitidas num prazo de 20 dias a partir do seu
3150 requerimento. Eu entendo que mesmo que isso colabore contra os órgãos
3151 ambientais, eu entendo que nós devemos manter os 20 dias e mesmo
3152 entendendo que eu sou contra em Resolução estabelecer prazos, mas mantém
3153 os 20 dias.

3154

3155

3156 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Nós
3157 vemos encaminhar a proposta encaminhada pelo Ministério Público Federal de
3158 ampliar o prazo para 60 dias. Os que estiverem a favor da ampliação do prazo
3159 de 20 para 60 dias no caput do art. 10, por favor, ergam os seus crachás. Vou
3160 repetir. Os que estiverem a favor da ampliação do prazo para 60 dias ao invés
3161 de 20, por favor, ergam seus crachás. Eu vou ler o Parágrafo Único, sugerido
3162 aqui. No caso de empreendimentos em que é exigida a apresentação de
3163 EIA/RIMA, o prazo referido no caput será de 60 dias. A redação fala de um
3164 prazo máximo de 20 dias a partir do seu requerimento e etc.. É o que está no
3165 texto. Eu vou submeter a proposta do Ministério Público Federal. Os que
3166 estiverem a favor, por favor, ergam os seus crachás. Os que forem contrários,
3167 por favor, ergam os seus crachás. Abstenção, por favor, ergam seus crachás.
3168 Três. Foi mantido o prazo de 20 dias. Em relação ao art. 11, há uma sugestão
3169 da CTAJ que eu peço ao Daniel expor.

3170

3171

3172 **O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo do Estado de São Paulo)** –
3173 Em relação ao art. 11 a CTAJ só está fazendo uma adequação redacional.
3174 Como nós já tínhamos no começo da Resolução estabelecido o que é o
3175 empreendimento eólico e ele engloba parque, complexo e a própria usina.
3176 Então, em vez de ficar reproduzindo tudo isso no caput do art. 11, nós usamos
3177 o que nós já definimos lá atrás. E os sistemas associados também já estão
3178 incluídos lá como componentes de um único licenciamento. Então, a sugestão
3179 aqui é meramente redacional.

3180

3181

3182 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Alguém
3183 deseja argumentar em sentido contrário? Então, nós vamos encaminhar no
3184 sentido da votação da incorporação da CTAJ. Os que estiverem a favor, ergam
3185 os seus crachás. Os que forem contrários? Está incorporada então, aprovada a

3186 proposta da CTAJ. Nós temos agora uma relação ao art. 14 uma sugestão do
3187 Ministério Público Federal de introdução de dois novos parágrafos com a
3188 redação apresentada na tela. Eu vou pedir para o nosso Procurador expor os
3189 dois parágrafos e a fundamentação de ambos.

3190

3191

3192 **O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – O art. 14 da atual Resolução tem a
3193 seguinte redação: para fins de aplicação desta Resolução, o licenciamento
3194 ambiental poderá ocorrer por parque eólico ou por complexo eólico, sempre de
3195 forma conjunta com os seus respectivos sistemas associados. Então, pode ter
3196 um complexo, mas resolve com vários parques licenciar separadamente os
3197 parques eólicos, mais com seus sistemas associados. Mas separadamente.
3198 Nós sugerimos a seguinte redação para um § 1º, depois eu vou mencionar o §
3199 2º. O licenciamento em separado de parques de um mesmo complexo deverá
3200 considerar o impacto ambiental de todo o complexo para fins de aplicação da
3201 presente Resolução. O que interessa para fins de defesa e preservação do
3202 meio ambiente, art. 225 caput da Constituição Federal, é efetivo impacto
3203 ambiental do conjunto de empreendimentos. O licenciamento em separado de
3204 parques eólicos previstos no art. 14 caput dessa proposta de Resolução, ainda
3205 que integre o mesmo complexo terminará por mascarar o verdadeiro impacta
3206 ambiental que somente pode ser dimensionado quando considerado o todo
3207 complexo. Nesse sentido, a inclusão do § 1º do referido art. 14 busca que para
3208 fins de aplicação da Resolução, considere-se o impacto do complexo e não do
3209 parque, ainda que o licenciamento se dê separadamente por parques de um
3210 mesmo complexo. A título de exemplo, caso mantido apenas o caput do art. 14
3211 o órgão licenciador, no pedido do licenciamento em separado de diversos
3212 parques eólicos de um mesmo complexo, poderia pelo porte dos referidos
3213 parques analisados isoladamente, considerar os de baixo impacto ambiental,
3214 para os fins da Resolução, submetendo-os a mero procedimento simplificado
3215 de licenciamento. Sendo que no exemplo hipotético se tivesse sido requerido o
3216 licenciamento do complexo eólico, considerando que esse possua significativo
3217 impacto ambiental e pode ser, uma coisa é você licenciar parques de 10
3218 aerogeradores e num complexo de 100. Uma coisa é você licenciar
3219 separadamente 10, 10, 10, outra coisa é você licenciar, a pessoa pedir um
3220 licenciamento para 100. Para um complexo de 100 aerogeradores. O órgão
3221 licenciador então, no licenciamento do complexo não teria dúvida de que se
3222 tratava de empreendimento de médio ou alto impacto ambiental, a demandar a
3223 apresentação de EIA/Rima e realização de audiências públicas. O que
3224 interessa para o meio ambiente não é saber se o licenciamento é separado por
3225 parque, o que interessa saber é o resultado final disso no meio ambiente, qual
3226 o impacto final. Um impacto de 10, de 100 parques divididos em 10
3227 licenciamentos e de um complexo de 100 parques é o mesmo. As torres vão
3228 estar lá no mesmo local, gerando o mesmo impacto, sofreu o mesmo
3229 tratamento. Por isso que quando vai se licenciar separadamente parque de um
3230 complexo tem que se considerar o complexo para fins de se definir que
3231 licenciamento você vai dar para aqueles parques, se vai ser licenciamento
3232 simplificado ou vai se exigir EIA/Rima? Se o complexo, o órgão ambiental
3233 entender que aquele complexo tem significativo impacto ambiental, ainda que
3234 aquele conjunto de parques isolados, que está se requerendo agora a licença
3235 não tenha, ele vai ter que exigir o EIA/Rima porque ele tem que considerar o

3236complexo que vai ser instalado. Da forma como está no § 1º, os
3237empreendimentos poderão ser fracionados e haver diversos procedimentos
3238simplificados para cada parque, ainda que nós estejamos tratando de um
3239complexo com significativo impacto ambiental. Muito bem. Querem votar o § 1º
3240ou já falo do § 2º? Eu posso falar do segundo? É melhor por parágrafo.

3241

3242

3243**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** – Eu vou
3244encaminhar pela rejeição do § 1º. E não é implicância com o Ministério Público
3245Federal não, é por convicção mesmo. Nós estamos tratando aqui e nós
3246estabelecemos em que condições tem EIA, independentemente do tamanho,
3247do porte está estabelecido e a regra que essa Resolução está trazendo no
3248caso de licenciamentos de parques e de geração de energia de fonte eólica, a
3249regra é baixo potencial de impacto ambiental. E licenciamento simplificado.
3250Esta é a regra da Resolução. Ela estabelece as excepcionalidades onde devem
3251obrigatoriamente ter EIA, independentemente do porte. Portanto, não cabe o §
32521º, e eu encaminho, por esse motivo, contrário à inclusão desse parágrafo.

3253

3254

3255**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Nós
3256temos um hábito de só vamos abrir mais se tiver mais posições contra e a
3257favor. Tem a favor e tem contra também? *(Intervenção fora do microfone.*
3258*Inaudível)* Tem três pessoas querendo falar. Vamos lá. Pode ser, Hassan, você
3259também. Moara, (...).

3260

3261

3262**O SR. HASSAN SOHN (Apramac)** – Vamos polemizar aí, porque é muito
3263diferente você tratar um parque de um complexo, e isso define porte. A
3264Resolução aqui diz que vai ser avaliado de acordo com o porte. Então, eu acho
3265que a questão é uma questão de mérito, não é uma questão qualquer. Eu acho
3266que vão ser sinceros, se nós queremos realmente ter o licenciamento de
3267acordo com o porte e o impacto, ele tem que ser avaliado no todo, ele não
3268pode ser fragmentado. Isso é uma contrariedade até em relação ao o que está
3269aqui, senão eu sou contra a Resolução toda. Não faz sentido. A fragmentação
3270não justifica. E aí é preferível rasgar a Resolução, porque ela vai contra o
3271princípio geral *(Palmas!)*.

3272

3273

3274**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –
3275Ceicilene, você vai quer encaminhar? Contrária?

3276

3277

3278**A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME)** – Eu queria só
3279complementar que nós estamos falando aqui que parque eólico, nós temos que
3280ter sempre em mente, que são empreendedores diferenciados do complexo e
3281tem a temporalidade diferenciado também. Não quer dizer que todos os meus
3282parques vão ser construídos ao mesmo tempo. Então, o que está sendo
3283proposto ali, pelo menos na minha leitura, é que eu estarei jogando
3284responsabilidade para empreendedor analisar o projeto de outros. Então, nós
3285temos que ter certo cuidado com a proposição. Contra.

3286

3287

3288 **O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Na verdade, eu venho trazer uma
3289 pergunta, uma reflexão que temos que fazer. O que impede o empreendedor
3290 de burlar todo o sistema e fazer o empreendimento dele em 10 etapas, como
3291 de fato faz, para aproveitar benefício fiscal, por fazer empreendimentos até 30
3292 *megabytes*, o que impede que ele faça em pequenas etapas de 10% do
3293 empreendimento dele e fuja da questão de... Não, veja. Não é uma questão
3294 EIA/RIMA obrigatória, ele estará burlando a questão de análise de porte, e
3295 mais importante, a análise aqui... Até faço uma pergunta ao MME, que
3296 diferença faz para impacto ambiental o dono do empreendimento se tem 200
3297 empreendimentos iguais do lado, que estão somando os seus efeitos. São
3298 essas questões.

3299

3300

3301 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Dr.^a.
3302 Moara, a senhora vai responde sobre fracionamento? Entre outras coisas?

3303

3304

3305 **A SR^a. MOARA MENTA GIASSON (Ibama)** – Eu vou encaminhar favorável.
3306 Essas redações tanto do parágrafo primeiro quanto do segundo já havíamos
3307 discutido em reuniões setoriais. Sempre que você puder fazer uma avaliação
3308 de impacto conjunta, isso é benéfico para o próprio processo de licenciamento,
3309 gera dados para os próximos licenciamentos. Na verdade, acaba até
3310 simplificando os outros licenciamentos, porque você já fez uma análise
3311 conjunta de impactos. Então, tanto o § 1º quanto o § 2º, o Ibama é favorável, e
3312 a questão de... Você está considerando um impacto ambiental de todo o
3313 complexo, isso não quer dizer que vai ser elaborado um EIA/RIMA. Em um
3314 estudo simplificado, você pode fazer uma análise de impactos acumulativos e
3315 sinérgicos também. Nós temos que desmistificar o que é um estudo de impacto
3316 ambiental, não é uma coisa ruim, ele simplesmente é mais aprofundado, e
3317 também que desmistificar que o raso, um relatório simplificado seja
3318 simplesmente uma descrição só com dados secundários sem uma análise
3319 técnica aprofundada. Não, ele também traz dados e quanto mais relatórios
3320 você tiver em uma mesma região, mais fácil vai ser de fazer uma análise de
3321 impactos cumulativas e sinérgicas. Portanto, Ibama encaminha favoravelmente.

3322

3323

3324 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Famoso,
3325 há controvérsia. Vamos, então, encaminhar a votação. Os que são a favor...
3326 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Pois não? Aqui a fala é livre.
3327 Fazemos o possível.

3328

3329

3330 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só queria um
3331 esclarecimento da Ceicilene e demais... É a questão do autor do processo. Nós
3332 estamos dando comandos. A Ceicilene falou que nem sempre é o mesmo e
3333 nem sempre... Então, eu fico assim... Quem vai fazer? Quer dizer, não estou
3334 julgando nem a questão da ideia. Está bom, a ideia é ótima. Quem vai fazer? É
3335 o que chegar primeiro? É o que chegar por último? É por ordem alfabética? O

3336negócio ficou meio complicado aí, tanto com o primeiro quanto com o parágrafo
3337segundo. Porque é muito bom dar um comando. Agora, quem vai obedecer a
3338esse comando? Ele está dirigidos a quem? Ao primeiro, ao últimos, ao do meio,
3339a todo o complexo, todos vão fazer ao mesmo tempo? Enfim, eu queria esse
3340esclarecimento.

3341

3342

3343**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – O
3344problema do sequenciamento temporal, que você está perguntando, não é?
3345(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

3346

3347

3348**A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME)** – A preocupação é
3349bem pertinente mesmo. E há esse dinamismo em relação a questão dos
3350parques eólicos e complexos. Nós temos situações diversas ordens. Nós temos
3351em complexo eólico que eu posso ter um empreendedor, um interessado, que
3352possa ter ganhado o leilão, ou eu posso ter um parque eólico que variáveis
3353parques eólicos com empreendedores diferenciados, com CNPJs
3354diferenciados. E como eu comentei, não necessariamente aqueles projetos vão
3355ser implantados no mesmo *time*, ao mesmo tempo. Então, essa é a
3356preocupação das obrigações. É válida a avaliação de impacto, mas a nossa
3357preocupação é: isso está ensejando uma obrigatoriedade de estudo de impacto
3358ambiental? Como é que é isso? Eu acho que a proposta tem que ser melhor
3359esclarecida. Acho que o que foi posto aqui não está no texto, o que foi
3360discutido. Acho que precisamos amadurecer melhor. Não sei se ajudei ou
3361atrapalhei.

3362

3363

3364**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3365(**lbama**) – Eu só queria fazer uma consideração. Eu acho que essa pergunta
3366está respondido pelo art. 13º. Ali fala que... Poderia projetar, por favor, para
3367deixar mais claro para todos? Para complexo eólico poderá ser abrangido...
3368Definida a responsabilidade legal pelo empreendimento. Então, está
3369esclarecida essa questão.

3370

3371

3372**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – De
3373qualquer forma, permanece a questão do encaminhamento da votação da
3374proposta. Você já falou.

3375

3376

3377**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - É só reforçar aqui. Porque eu acho que essa
3378questão... A questão é a seguinte: eu acho que não é a questão de discutir se
3379vai ser o empreendedor A, B ou C. Diz do local, diz do impacto do local. Então,
3380é isso que nós estamos discutindo, o mérito é esse. O impacto se dá no todo,
3381ele é sistêmico, ele é sinérgico. Então, se vai ter 10 empreendedores, o
3382problema... Então, o último vai pagar o pato dos outros? Ele vai inviabilizar,
3383porque os outros inviabilizaram no processo de licenciamento? Eu estou
3384dizendo do complexo.

3385

3386

3387 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom, 3388 nós tivemos aí alguns posicionamentos favoráveis, outros contrários. 3389 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Como? A resposta não está dada, 3390 está claríssima. Mas foi proposta uma introdução de um parágrafo. Houve 3391 manifestações favoráveis e manifestações contrárias. Se quiserem propor 3392 novas coisas para aprimorar a Legislação, vamos propor. Mas eu queria 3393 encaminhar a votação... Já? Daniel, você também? Vai encaminhar a favor ou 3394 contrário?

3395

3396

3397 **O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo do Estado de São Paulo)** – 3398 Na verdade, o meu encaminhamento é contrário pelo seguinte, senhor 3399 presidente: acho que aqui o Conama está entrando demasiadamente no papel 3400 da competência do órgão estadual. O órgão estadual é que vai ter que definir 3401 como é que ele... O balizamento está dado. Agora, se o órgão estadual ainda 3402 assim quiser solicitar um EIA/RIMA para uma única ou duas, ele tem essa 3403 possibilidade. Então, a competência Estadual é sempre estabelecido pelo 3404 agente licenciador específico. Agora, o fato de você ter um ou dois 3405 empreendimentos anteriores e um terceiro vir aumentar a questão, me parece 3406 claro que o terceiro eventualmente (...) e não houve um licenciamento geral 3407 solicitado pelo próprio Estado, isso acontece na prática já corriqueiramente. Em 3408 São Paulo, nós temos isso. Nós temos um parque instalado hoje, 3409 eventualmente um novo pleito que entra no negócio eventualmente vai ter aí 3410 um sistema agravado, que ele vai ser obrigado a fazer o EIA/RIMA. Então, 3411 acredito que questão aqui é de competência Estadual e, por conta disso, o 3412 encaminhamento é pela retirada.

3413

3414

3415 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos 3416 encaminhar a votação. Os que forem favoráveis à acolhida da proposta do 3417 parágrafo primeiro: o licenciamento separado de parte, o mesmo complexo 3418 deverá considerar o impacto ambiental de todo o complexo para fins do 3419 disposto nessa Resolução. Os que forem favoráveis à proposta do Ministério 3420 Público Federal, por favor, levantem seus crachás. 20. Os que forem 3421 contrários, por favor, ergam os seus crachás. 14. Foi aprovado a incorporação 3422 do primeiro parágrafo proposto pelo Ministério Público Federal. Segundo 3423 parágrafo.

3424

3425

3426 **O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Sr. Presidente, o segundo parágrafo 3427 menciona o seguinte: O pedido de licença ambiental para implantação de 3428 novos empreendimentos eólicos, nos quais haja sobreposição na área de 3429 influência destes, com área de influência de parques ou complexos existentes, 3430 licenciados ou em processo de licenciamento ensejará a obrigação de 3431 elaboração de avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos do conjunto de 3432 parques ou complexos, onde esteja ocorrendo essa sobreposição, 3433 sobreposição da área de influência. Enquanto parágrafo primeiro mencionado 3434 anteriormente se preocupa com a aferição do efetivo impacto do complexo 3435 eólico, a inclusão desse parágrafo segundo objetiva avaliar o efeito cumulativo

3436e sinérgico de novos parques ou complexos em relação os existentes
3437licenciados ou em processo de licenciamento, em que haja sobreposição de
3438áreas de influência. A razão do erodido parágrafo é muito simples e
3439assemelha-se a justificativa anterior: a necessidade de conhecer o verdadeiro
3440impacto ambiental em determinada localidade é dizer o conjunto da obra. Para
3441utilizar uma expressão inglesa: *looking at the big picture*, lendo o grande
3442quadro. Mais uma vez para dar o exemplo, uma dada Legislação define que a
3443atividade de carcinicultura com meio hectare está dispensada do licenciamento
3444ambiental, pois haveria uma presunção de que viveiros com essa dimensão
3445possuem diminuto impacto ambiental. No entorno de uma lagoa, passa-se a
3446instalar dezenas de empreendimentos de carcinicultura com menos de meio
3447hectare, todos com licença dispensada. Após determinado tempo, já há 300
3448viveiros nessa condição totalizando no seu conjunto aproximadamente 150
3449hectares, com áreas de influência que se sobrepõem, um viveiro se sobrepõe a
3450área de influência a outro viveiro, uma a uma, cujo impacto cumulativo e
3451sinérgico não foi nunca avaliado, mas evidentemente está presente e com
3452certeza não pode mais ser considerado diminuto. É lógico que a sobreposição
3453de área de influência por mais de um empreendimento importa em impacto
3454cumulativo e sinérgico, e isso não pode ser desconsiderado no licenciamento.
3455O que interessa para a defesa e proteção ambiental é o efetivo impacto de uma
3456determinada atividade de um dado território, ainda que essa atividade seja
3457realizada por diferentes atores. E, nesse ponto, foi mencionado aqui que,
3458realmente, a pessoa que chegar depois desse processo vai instalar um
3459empreendimento que a área de influência dele estará se sobrepondo a outro
3460que já existe, ele vai ter talvez um ônus maior, que é exatamente a elaboração
3461dessa avaliação, enfim. Obrigado.

3462

3463

3464**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
3465Encaminhamentos favoráveis e contrários. Ceicilene, por favor.

3466

3467

3468(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

3469

3470

3471**O SR. ALEXANDRE -** Presidente, eu solicito a verificação de quórum.

3472

3473

3474**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Por
3475favor. Quantos vão lá? 41. Não temos mais quórum para processar nenhuma
3476votação agora. Então, as Resoluções seguintes, nós não vamos poder
3477processar. Eu passaria agora aos informes, então. (*Intervenção fora do*
3478*microfone. Inaudível*) Foi votada, foi votada. Daqui para frente, o segundo
3479parágrafo... Segundo parágrafo parou aí. Permanece para o próximo. Vamos
3480dar sequência aos trabalhos então... Nós tínhamos... Nós tínhamos os
3481informes... O processo relacionado a registro dos produtos destinados a
3482remediação fica para a próxima sessão. Assim como o processo relacionado
3483ao sistema gestor do SNUC. A Secretária de Mudanças Climáticas. Cadê o
3484Klink? Bom, Serviço Florestal Brasileiro. Vamos inverter aqui, vamos começar
3485pela Zilda que está aqui presente. Zilda, por favor, informe da Diretoria de

3486Ambiente Humano da Secretaria de Recursos Hídricos sobre a implantação
3487das metas de recolhimento, coleta, destinação de óleos lubrificantes. Esse
3488assunto foi objeto de algumas intervenções da Tribuna Livre. Eu pediria que as
3489pessoas aproveitassem a exposição da Zilda.

3490

3491

3492**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - Eu fiz uma apresentação
3493rápida. Boa tarde a todos e a todas. Esse relatório é um relatório imposto cujo
3494informe nos é imposto pela Resolução 362 de 2005, modificada pela 450/2012.
3495Trata do recolhimento de óleos lubrificantes usados. Nós temos uma portaria
3496interministerial com o Ministério de Minas e Energia, que dá as metas a serem
3497cumpridas. Os meninos ainda não acharam ali. Pegou ali o apoio no sem pulo.
3498Não é esse aí não. Achou. Perfeito. Só começa no primeiro. Vamos lá
3499Atendimento ao art. 9º da lei. O art. 9º mudou pela Resolução 450/2012 e
3500passou a ser simplesmente na segunda Reunião Ordinária do ano. A
3501Resolução 362 é uma Resolução que foi editada primeiramente em 93, ou seja,
3502no que hoje nós chamamos de logística reversa, ela foi a primeira a ser editada
3503tratando desse assunto. Ela trata do recolhimento do óleo lubrificante usando, o
3504óleo lubrificante usado é caracterizado pela NBR 10004 pela Política Nacional
3505de Resíduos Sólidos, Lei 12305, como um resíduo perigoso. E pela Resolução
3506362, todo o óleo lubrificante deverá ser recolhido e destinado... Coletado e
3507destinado e ter uma destinação final ambientalmente adequada cujo modo
3508preferencial é o encaminhamento ao rerrefino. O produtor e o importador do
3509óleo lubrificante têm que garantir a coleta do óleo e o óleo lubrificante é um dos
3510produtos listados no art. 33 da Lei 12.305. As metas de recolhimento estão
3511estabelecidas por meio de um Ato Normativo, uma Portaria com validade de
3512quatro anos, que tem meta para esses quatro anos. Eu vou passar no próximo
3513slide. A Resolução, o Ministério do Meio Ambiente... Eu já falei isso. A
3514reciclagem, o Brasil, isso só são dados para termos em mente que o Brasil é o
3515quinto maior mercado de óleos lubrificantes do mundo, portanto, é pelo menos
3516aí o quinto maior gerador de óleo lubrificante usado também. A Resolução indica
3517que a possibilidade é o rerrefino, porque no rerrefino o óleo contaminado,
3518usado ou contaminado é recolhido, passa por um processo de
3519descontaminação e volta ao mercado como óleo básico, e pode ser, portanto...
3520É um processo de reciclagem completo. Você recolhe, descontamina e volta ao
3521mercado para mesma finalidade original que ele tinha. Aí o percentual mínimo,
3522nós temos a Portaria em vigor até 2015, o relatório ora apresentado diz
3523respeito ao ano base de 2013. Nós apresentamos sempre no ano subsequente,
3524onde a meta total de recolhimento no País é de 37.4, essa Resolução dá vários
3525comandos para todo mundo, para Estados, para municípios, para o comércio,
3526aqueles que recolhem, e traz um comando também para o Ministério do Meio
3527Ambiente de apresentar esse relatório e de coordenar um Grupo de Trabalho.
3528O art. 9º diz respeito somente à apresentação do relatório, percentual mínimo
3529desses de coleta. Nós vamos ver isso em números. O volume total, eu volto
3530aqui um comentário, eu tenho vindo sistematicamente, eu acho já que é a
3531quinta vez que eu faço a apresentação desse relatório nas reuniões. No ano de
35322013, as metas nacionais foram atendidas, as metas regionais, locais
3533principalmente não, a exceção do Centro-Oeste, que foi atendido, mas as
3534metas locais tivemos algum... Na tabela, os senhores vão ver qual foi o grau de
3535não atendimento. O Estado de São Paulo concentrou basicamente 28% do

3536 volume comercializado. É um dos Estados onde nós sempre enfrentamos
3537 alguns problemas em relação ao recolhimento. Há uma dificuldade constante
3538 de fiscalização e há uma dificuldade, portanto, de atingimento da meta. No
3539 total, 11 Estados não alcançaram as suas metas regionais. O número melhorou
3540 em relação a 2012, quando 14 não alcançaram. Tem aí um gráfico, que mostra
3541 a participação de cada região no total de óleo coletado, o Sudoeste contribui, a
3542 região como um todo com 53%, depois vem a região Sul com 28%, a região
3543 Nordeste com 11%, a Centro-Oeste com 9% e a Norte com 6%. Os Estados
3544 onde a meta não foi atingida... Esse daí, nós resolvemos colocar, que isso
3545 mostra para os senhores o detalhamento, um panorama daqueles Estados que
3546 sistematicamente estão enfrentando dificuldades no recolhimento. Eu diria que
3547 esse é um assunto que normalmente o óleo lubrificante usado é gerado em
3548 concessionárias, posto do combustível, pontos de trocas, e seria uma atividade
3549 de competência local, a fiscalização dessas atividades. E nós temos tido
3550 algumas dificuldades dos municípios controlarem e imporem regras de
3551 fiscalização para essas atividades podendo garantir que o óleo está sendo
3552 usado. Eu vou dar um exemplo muito rápido. O posto ou a oficina mecânica faz
3553 um contrato de recolhimento do óleo lubrificando usado, quer dizer, muitas
3554 vezes, quando ocorre o não cumprimento correto da Resolução, esse posto
3555 contrata uma empresa sem se preocupar se essa empresa está mandando
3556 para atividade de rerrefino. Simplesmente, a empresa se identifica como: “Eu
3557 sou em coletor de óleo.”. Então, o que deveria ser fiscalizado claro que, além
3558 de outros pontos atinentes a Legislação ambiental, é se a empresa que eu
3559 estou contratando, aquela oficina, posto de abastecimento está contratando se
3560 é uma empresa que está levando para o rerrefino conforme a Resolução assim
3561 obriga. Isso são os dados do Brasil, então nós vemos somente a região Sul,
3562 todos os Estados atenderam, alguns Estados, vê ali São Paulo, São Paulo
3563 ficou muito próximo, mas não chegou a entender o dado, naturalmente, a meta
3564 dele. Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso tiveram dificuldades e
3565 a região também não conseguiu atender por pouco a meta estabelecida pela
3566 Portaria. A região Nordeste, nós encontramos Ceará, Maranhão, Pernambuco
3567 e Piauí a baixo da média. Nessa ordem. O Ceará com pouco mais de
3568 dificuldade em relação a Pernambuco, que é o nível mais alto aqui de
3569 recolhimento. E na região Norte: o Acre, o Pará, Roraima e Tocantins não
3570 atingiram a meta de 28%, mas nós temos ali Rondônia e Tocantins. Nós temos
3571 Roraima com um número elevado de recolhimento, o Amazonas e o Amapá
3572 também extrapolaram a meta. O art. 10 da Resolução 362, só para fazer um
3573 lembrete para os senhores, ele pressupõe que essa meta de recolhimento, a
3574 prestação de contas deve ser dada em relação a óleo coletado e destinado ao
3575 rerrefino. Não integra essa base de cálculo outras destinações. Como, por
3576 exemplo, destinado a pulverização agrícola para usar em equipamentos como
3577 motosserras industriais, em que eles integram o produto final, alguns processos
3578 industriais usam o óleo usados para integrar, em alguns casos, a indústria de
3579 cimento também usa. Estampagem, motores, destinação de sistema selado,
3580 fabricações a base de asfalto. A exportação não é considerada para fins dessa
3581 base de cálculo e todo o óleo lubrificante básico ou acabado, comercializado
3582 entre as empresas produtoras, entre as empresas importadoras, ou seja, a
3583 Resolução serve para garantir que o óleo gerado pelo consumidor final deva
3584 ser recolhido e deva ver levado a atividade de rerrefino para que possa ser
3585 recuperado, retirado seus contaminantes e volte a ser um óleo básico. Para ser

3586comercializado, ele recebe outros aditivos, um segundo processo e tem a vida
3587dele prolongada. Os dados de recolhimento de 2013 por reuniões em relação à
3588comercialização e o recolhimento. O Centro-Oeste está equiparado, Nordeste
3589comercializou e coletou um pouco mais. Isso ocorre, às vezes, grandes
3590empresas têm o hábito de fazer grandes compras diretamente de distribuidores
3591e levam para essa região, acabam gerando na ponta, mas não
3592necessariamente comercializaram na ponta. No Norte, a região Norte
3593comercializou 7% da produção nacional e recolheu 14%; a Sudeste 10% e
3594recolheu 18%; e o Brasil como um todo comercializou 11% e recolheu 14%. O
3595que nós notamos, a primeira Resolução é de 93, então nós já temos aí 14, foi
3596em 2013, 2013, nós já completamos 20 anos, esse é o 20º ano de instrumento
3597legal para recolhimento de óleo lubrificante. Então, nós temos uma evolução
3598com recolhimento, é uma das Resoluções que precederam a política de
3599resíduos sólidos junto com pneus, embalagens de agrotóxicos, pilhas e
3600baterias. É uma Resolução que deve ser revista, assim que nós concluirmos os
3601processos de negociação dos quatro acordos setoriais remanescentes, que
3602estão em andamento. E é preciso manter o recolhimento, o crescimento do
3603recolhimento. Há uma previsão que essa Resolução seja revista, nós não
3604sabemos ainda, provavelmente no próximo ano, não neste ano ainda. O que se
3605precisa é aumentar a eficácia do sistema e aumentar, principalmente, o sistema
3606de controle e fiscalização local. Eu acho que deu um problema na
3607apresentação, esse é igual aquele outro que tinha as bases. Na hora em que
3608eu enfiei a mensagem, saiu a versão toda com *slide* repetidos e faltando. Esse
3609é igual ao outro. E, por fim, dizer que a Resolução 362 colocou outras
3610obrigações ao Ministério do Meio Ambiente, dentre elas, de coordenar um
3611grupo de monitoramento permanente, que se reúne trimestralmente, quatro
3612vezes ao ano sob a coordenação do Ministério, quem coordena esse grupo
3613atualmente é a Doutora Sabrina Andrade, que é a gerente de resíduos
3614perigosos, que está fora do Brasília, por isso não está aqui presente e o GM
3615participam desse grupo de monitoramento permanente. No passado, o
3616Ministério das Cidades fazia parte, abdicou de sua participação. De parte do
3617Governo: Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia,
3618ANP. Do setor privado: Sindlub, Sindrefino, Sindicon e Simepetro. E das
3619entidades representativas de Anamma e Abema, e a Apromac pela sociedade
3620civil. Esse grupo mantém basicamente a sua composição desde a sua
3621instalação. Em decorrência dos trabalhos nesse grupo de monitoramento, foi
3622firmado, em 2008, um convênio entre ANP, Abema, Anamma e o Sindrefino,
3623com o intuito de aumentar a cooperação entre as partes para implementação
3624da Resolução, promover oficinas e melhorar a estratégia de recolhimento e a
3625parte de educação, não só da população em geral, mas principalmente dos
3626gestores municipais e estaduais. É uma Resolução que depende basicamente
3627de muito controle e muita fiscalização. Coisa que deveria ser talvez melhor
3628incorporada pelos governos municipais, principalmente, que hoje vêm
3629delegando atividades de controle e fiscalização principalmente de postos de
3630combustíveis, oficina aos municípios e não estando mais essa atividade a
3631cargos dos Estados. Parece-me que essa daí é última. Então, é esse o relatório,
3632senhor presidente.

3633

3634

3635 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado, Doutora
3636 Zilda. Eu vou chamar na ordem, até porque é uma obrigação dada por esse
3637 Plenário, o informe do Serviço Florestal Brasileiro, sobre o relatório de
3638 Florestas Públicas conforme a Lei 11.284/2006. O diretor Márcio Vinicius.
3639 Desculpa, Hassan. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) Fica a vontade.

3640

3641

3642 **O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Por favor, é possível por na tela?

3643

3644

3645 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu acho que esse assunto já
3646 foi discutido.

3647

3648

3649 **O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Deixa-me só fazer duas considerações,
3650 Deusdará. Primeiro eu gostaria de tratamento isonômico com o Ibama que
3651 também nessa mesma reunião, hoje de manhã ficou na mesma situação,
3652 aquela coisa. E segundo: o que eu tenho a dizer, eu posso dizer sem a tela,
3653 certamente, mas vai prejudicar o público, porque eu gostaria que eles vissem.

3654

3655

3656 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Peço a gentileza, Hassan,
3657 que você faça sem o uso do *PowerPoint*.

3658

3659

3660 **O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Pois muito bem. Então, eu espero que,
3661 pelo menos, a apresentação fique disponibilizada nos documentos desta
3662 reunião e saúdo todos os bravos que permanecem na sala ainda. Quero
3663 compartilhar com os senhores, complementando o bom relatório do MMA, uma
3664 grande alegria e também uma preocupação. A grande alegre é que bom,
3665 lamentavelmente não podemos ver o gráfico, mas os volumes de óleos
3666 lubrificantes coletados em território nacional vêm crescendo consistentemente
3667 desde 2005 e os percentuais também, e alcançamos um percentual de 38% de
3668 coleta em nível nacional, que foi por muito tempo considerado impossível.
3669 Quando a 993 foi estabelecida, a meta era 20%. Nós estamos quase no dobro.
3670 De 93 até 2005, nós tivemos um crescimento de coleta de 103 mil metros
3671 cúbicos para 271 mil metros cúbicos de coleta de óleos lubrificantes usados,
3672 um crescimento de 161%. Isso foram decorrentes de doze anos. Nós agora
3673 estamos oito anos da 2005 e tivemos o crescimento de 75%, chegamos a 473
3674 mil metros cúbicos coletados por ano. Então, é uma satisfação compartilhar
3675 com todos, que uma norma desta casa, uma norma ousada para a época e que
3676 depois veio a ser referendada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos tenha
3677 um desempenho tão bom. Entretanto, nós estamos ainda muito longe do ideal.
3678 A média mundial de coleta fica em torno de 58%. Nós estamos em 38%, ou
3679 seja, 20 pontos percentuais atrás disso, ou seja, nós temos que crescer 152%
3680 o nosso patamar de coleta atual para estar no nível mundial e podermos, com
3681 certeza, atingir esse patamar, porque vários Estados consistentemente coletam
3682 mais do que isso. O Espírito Santo, por exemplo, não tem um ano que Espírito
3683 Santo colete menos de 50%. A má notícia, a preocupação que eu trago para
3684 vocês, não vai dar para mostrar o gráfico também, é que grandes centros vêm

3685consistentemente perdendo percentuais de coleta. São Paulo, notadamente,
3686despencou de 46% de coleta, que já chegou a ter 47%, para menos de 40%
3687atuais. Paraná, igualmente despencou de 41% que teve para menos de 35%.
3688Porque isso ocorre? Porque nós temos um grave problema de destinação ilegal
3689de ilegalidade atuando e aqui, chamo as palavras da nossa eterna
3690coordenadora, de que há a necessidade uma atuação melhor dos municípios.
3691Uma pesquisa realizada pelo convênio, bem citado, demonstrou que na Cidade
3692Americana do Estado de São Paulo, a coleta clandestina é o segundo maior
3693coletor de óleo lubrificante usado e corresponde a 42% dos empreendimentos
3694geradores de óleos lubrificantes. Se nós extrapolarmos o percentual, que é de
369523% do volume total para o Estado de São Paulo, nós teríamos, considerando
3696que o São Paulo sozinho é 20% da coleta do País, nós teríamos algo em torno
3697do cinco pontos percentuais a mais na nossa coleta nacional, ou seja,
3698pularíamos de 38% para 43%. Pesquisa similar na região metropolitana de
3699Porto Alegre apontou a mesma coisa, 30% de estabelecimentos destinando de
3700firma ilegal. Não posso mostrar as fotos aqui dos caminhões que nós flagramos
3701claramente em Curitiba trafegando e fazendo coleta ilegal, mas isso é uma
3702realidade em todas as cidades. Então, concluindo a minha fala, eu, aos
3703representantes remanescente dos Estados e municípios que aqui estão
3704corajosamente nesta tarde dedicando o seu tempo ao interesse público maior,
3705peço a questão do óleo lubrificante não merece ações isoladas, espetaculares,
3706com grandes investimentos em dinheiro. Requer uma conscientização
3707constante, uma 'introjeção' no procedimento normal dos órgãos ambientais,
3708principalmente municipais. Agradeço a atenção de todos. Obrigado.

3709

3710

3711**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Hassan. Eu
3712chamaria o Tadeu, representante das ONGs da Região Sul, por gentileza.

3713

3714

3715**O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Zilda, me chamou
3716atenção que o meu Estado está em primeiro lugar na região Sul com 42% de
3717coleta. Infelizmente, o meu município não está dentro dessa pesquisa, porque
3718lá nós não conseguimos, o despejo dos postos de combustíveis é feito sem
3719nenhum critério, nenhuma fiscalização, porque dizem que o PH da água, por
3720problema de carvão, já está contaminado, então jogar óleo não vai fazer mais...
3721Então, eu gostaria de saber da sua parte o que além... Quais são... Onde nós
3722temos que buscar mais essa cobrança do município, do Estado para que haja
3723essa... Que os postos passem adotar a coleta e parem de despejar o
3724lubrificante dos postos. Qual o tipo de política? E se estaria disponível no site
3725para copiarmos.

3726

3727

3728**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu nem sabia disso.

3729

3730

3731**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - Tadeu, a Resolução
3732estabelece que isso faça parte... Normalmente isso faz parte do licenciamento
3733ambiental. Tem que fazer parte do licenciamento ambiental e a Resolução fala
3734que o óleo tem que ser recolhido e destinado ao rerrefino. Então, não basta só

3735ter um coletor. O que o Hassan falou aqui foi extremamente oportuno, porque
3736diz respeito ao coletor, a ação de fiscalização essa de Americana foi muito
3737ilustrativa. Havia coletores, só que eram coletores que levavam isso para
3738aquelas atividade onde não é possível fazer o cômputo... Aquelas atividades
3739que eu li em que não contam para fazer o cálculo para atingimento de meta. Ou
3740seja, não basta só chegar lá e dizer: “eu um coletor, eu tenho no meu posto
3741empresa tal”, sim, mas essa empresa tal está levando para onde? Hoje na Lei
374212.305, nós falamos em responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do
3743produto. É isso na prática, essa Resolução já fazia desde 93. Não é
3744simplesmente dizer: “eu estou destinação final ambientalmente adequada”, é
3745para onde? Preferencialmente isso fazer parte do licenciamento e isso ser
3746fiscalizado com alguma frequência, porque, às vezes, até a empresa tem uma
3747empresa correta que recolhe esse óleo, mas muitas vezes ela usa essa mais o
3748outro que paga mais barato, que cobra menos para poder recolher, é o que
3749passo ali. Então, tem horários para fazer isso, e tem se fazer fiscalizações
3750constantemente. Não é uma fiscalização federal. Nós tentando, há uns anos com
3751empenho do Ibama, da ANP, fazer uma grande ação fiscalizatória, fizemos,
3752mas isso... Não adianta deslocar uma equipe de Brasília para ir aos Estados e
3753fazer isso. Isso tem que ser assumido pelos órgãos que tenham o poder de
3754fazer o controle e a fiscalização dessas atividades dentro das competências de
3755cada um. A apresentação vai estar disponível. O relatório que é mais detalhado
3756também.

3757

3758

3759**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Zilda. Retorno o
3760convite ao Doutor Marcos Vinicius, meu companheiro lá do Serviço Florestal
3761Brasileiro, diretor geral substituto, para, por favor, apresentar o seu informe.

3762

3763

3764**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaycui)** – Antes da mais
3765nada, eu acredito que tenha uma apresentação ali no computador, tem alguém
3766operando? Tem? Enquanto isso aqui, boa tarde a todos e a todas. Pretendo ser
3767breve, até porque acredito que aqueles que ainda permanecem aqui já estão
3768bastante exaustos, cansados, acredito até que esse seja o último informe.
3769Bom, esse é um informe das atividades do Serviço Florestal Brasileiro que faz
3770parte de um relatório de Gestão de Florestas Públicas, que, por lei, deve ser
3771encaminhado a diversas instâncias do Poder Público como forma de controle
3772das ações que são desenvolvidas no Serviço Florestal e o Conama é uma
3773dessas entidades que precisam ser informadas acerca dessas atividades. Aqui
3774tem uma breve apresentação que contempla todas as informações em detalhes
3775nos relatórios, que também esses relatórios, tanto 2012 como de 2013 já estão
3776de posse do Conama, e aí eu ou tratar do Cadastro Nacional de Floresta
3777Pública, do PAOF, que ali está 2014, mas também é o 2013, porque é um
3778relatório de dois anos, dos contratos de concessão florestal, do processo
3779licitatório, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e da Comissão de
3780Gestão de Florestas Públicas. Começando pelo Cadastro Nacional de
3781Florestas Públicas, no relatório de 2012, estava registrado o cadastramento de
3782308 milhões de hectares de Florestas Públicas naquela oportunidade
3783equivalente a desde 35% do território brasileiro e algo em torno de 62% de toda
3784cobertura florestal. Desse total, nós tínhamos algo em torno de 186 milhões de

3785hectares de Florestas Públicas destinadas na dominialidade da União, 45
3786milhões nos Estados. Não destinadas 39 milhões na União, nos estabelecidos
3787Estados 37. Aquela conta do total, seja da União, seja dos Estados têm em
3788errinho ali, os totais são pouco diferente, mas o total global está correto é de
3789308,085.000 milhões hectares de Florestas Públicas no Brasil, em 2012. Em
37902013, é o próximo *slide*, esse cadastro é atualizado ano a ano. Então, no
3791relatório 2013 já consta a atualização que foi feita ao final do ano de 2013,
3792onde nós alcançamos 313 milhões de hectares de Florestas Públicas
3793cadastradas no Brasil. Eu não vou falar um a um daqueles números, mas é
3794importante destacar que o Cadastro Nacional de Florestas Públicas é dinâmico
3795e ele acompanha os movimentos que são feitos nas várias bases de dados que
3796compõem esse cadastro. Esse é um mapa que traduz a distribuição das
3797Florestas Públicas no País sejam elas da União dos Estados e dos municípios,
3798então nós vemos uma grande concentração de Florestas Públicas na região
3799amazônica. Falar agora do plano anual de outorga florestal 2013. Esse plano
3800foi construído em 2012, porque a dinâmica de Constituição do plano anual de
3801outorga florestal é feita a partir de todo um conjunto de avaliações até a
3802publicação por ato da ministra de Estado do Meio Ambiente, até 31 de julho do
3803ano que antecede o plano entrar em vigor. Então, em 2012, nós elaboramos e
3804publicamos o PAOF 2013, que indicava algo em torno de cinco milhões de
3805hectares de Florestas Públicas Federais aptas para concessão. Distribuídos em
380612 florestas nacionais e duas áreas destacadas de glebas ainda não
3807destinadas para concessão. Essas áreas estavam localizadas no Estado do
3808Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. Em 2013, elaboramos o plano anual de
3809outorga florestal de 2014, que é o que está em vigor agora neste ano. Esse
3810plano já contempla de 4,3 milhões de hectares de Florestas Públicas passíveis
3811de concessão, distribuídas em 11 Florestas Nacionais e duas áreas destacadas
3812também, as mesmas duas áreas destacadas de glebas ainda não destinadas.
3813Também estão distribuídos nos mesmos Estados: Acre, Amazonas, Pará e
3814Rondônia. Em 2012, nós tínhamos quatro contratos de concessão Florestal
3815Federal em produção, totalizando 145 mil hectares, sendo dois contratos na
3816Floresta Nacional de Jamari, no Estado de Rondônia, e dois na Floresta
3817Nacional de Saracataquera, no Estado do Pará. Em dezembro de 2012, nós
3818tivemos que reincidir um dos contratos em função de implemento de
3819pagamento por parte de um dos concessionários. Em 2013, nós já registramos
3820oito contratos de concessão florestal, totalizando 287 mil hectares, dois na
3821floresta de Jamari, quatro na Floresta Nacional de Saracataquera e dois na
3822Floresta Nacional Jacundá, também no Estado de Rondônia. Em 2013, foi
3823quando nós assinamos dois contratos de concessão que juntos totalizaram 87
3824mil hectares. O que nós observamos em função destes contratos assinados é
3825que, no ano de 2011, e agora porque nós estamos falando em 2012 com a
3826contabilidade feita do ano anterior. Foram produzidos 24 mil metros cúbicos de
3827madeira, enquanto já em 2012 foram produzido 49 mil, quer dizer, praticamente
3828nós tivemos um acréscimo de 100% de 2011 para 2012 no total de produção
3829de madeira proveniente de concessões florestais federais. Ali tem números
3830mais em detalhe, mas eu acho que nessa altura do dia, do campeonato, se me
3831permitem, eu acho que não vale a pena ficar pontuando. Esses eram os preços
3832pagos nas concessões florestais em 2012, eram preços que variavam por
3833unidade de manejo florestal e por flona em função dos diferentes contratos,
3834eram preços por grupos que variavam ali, como vocês podem ver, de 19 reais

3835até 155 reais no caso de florestas diferentes de Jamari e Saracataquera e
3836unidade de madeiras diferentes e grupos de espécies diferentes. Em 2013, os
3837preços obviamente são reajustados pelo IPCA e também, no caso da Floresta
3838Nacional de Jacundá, esse novo modelo de contrato já introduziu o preço
3839único, e o preço único que vigorou em 2013 para Jacundá foi de R\$ 57,13 na
3840unidade de manejo um e de R\$ 57,02 na unidade de manejo dois. Ao longo de
38412013, ou seja, no período de janeiro a dezembro, o total produzido e
3842arrecadado chegou a R\$ 5.342.000 e aqui nós temos a indicação por contrato,
3843por concessionária, total produzido do total arrecadado. Desse valor
3844arrecadado, nós temos uma indicação da destinação desses valores, R\$
38451.078.000 é considerado o valor mínimo, outorga mínima. Então, esse valor é
3846destinado ao Serviço Florestal e o restante, R\$ 4.260.000 é distribuído entre o
3847Instituto Chico Mendes, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, os
3848Estados, no caso os Estados onde essas concessões estão ocorrendo, no caso
3849específico Rondônia e Pará, e aos municípios, também aqueles municípios
3850onde as concessões estão se desenvolvendo, Cujupin, Itapoã do Oeste, no
3851Estado de Rondônia e Oriximiná no Estado do Pará. Esses contratos de
3852concessão são monitorados ao longo de todo o processo, não só produtivo,
3853mas também durante a fiscalização das atividades nas indústrias, produtivo na
3854floresta e de processamento nas indústrias. Em 2012, nós realizamos nove
3855vistorias de acompanhamentos na Floresta Nacional de Jamari e uma vistoria
3856na floresta Saracataquera, porque a atividade estava apenas iniciando. Já em
38572013, foram três vistorias na Floresta Nacional Jamari e quatro vistorias na
3858Floresta Nacional Saracataquera. De forma geral, a constatação nos dois anos
3859foi de que os contratos estão sendo cumpridos em conformidade com as
3860cláusulas previamente definidas e acordadas pelas partes. Esses foram os
3861processos licitatórios que aconteceram no ano de 2012. Nós fizemos a licitação
3862para flona de Jacundá, onde o contrato foi assinado em junho do ano passado,
38632013, e também lançamos o processo licitatório do segundo lote da Floresta
3864Nacional de Saracataquera, que foram onde os contratos assinados
3865aconteceram em dezembro do ano passado. Em 2013, nós lançamos outro três
3866processos de licitação e firmamos os dois contratos na floresta de
3867Saracataquera, cujo edital foi lançado no ano anterior. E lançamos outros três
3868editais da Floresta Nacional de Crepori, Floresta Nacional do Amana e na
3869Floresta Nacional de Altamira. Crepori, o resultado foi publicado, o resultado
3870final do certame licitatório em abril passado e, na semana que vem, no dia 6 de
3871junho, nós estaremos assinando dois contratos de concessão em um total de
3872194 mil hectares. Floresta Nacional de Amana, a licitação que nós promovemos
3873se apresentou deserta, não houve proposta, não houve interessados. E a
3874Floresta Nacional de Altamira, nós temos quatro unidades de manejo ainda em
3875processo de licitação, nós estamos na fase de habilitação documental e esse é
3876um processo que ainda está em andamento. O Serviço Florestal Brasileiro
3877também é responsável pela gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento
3878Florestal. Em 2012, o FNDE selecionou 77 projetos a partir de nove chamadas
3879públicas totalizando quase oito milhões de reais, e o plano anual de aplicação
3880regionalizada definiu para o ano de 2013 como regiões prioritárias de biomas
3881Amazônia e Caatinga, e como temas prioritário manejo florestal e gestão de
3882negócios florestais. Já em 2013, o FNDE selecionou 65 projetos a partir de seis
3883chamadas públicas, 14 projetos já foram contratados em 2013, mesmo em um
3884total de 3.574.000. E para 2014 as regiões prioritárias continuam sendo

3885Caatinga e Amazônia e o tema prioritário manejo florestal sustentável. Falar um
3886pouquinho agora para... Está quase chegando ao fim, da Comissão de Gestão
3887de Florestas Públicas, é uma Comissão que se reúne ordinariamente duas
3888vezes ao ano, é a Comissão que supervisiona os trabalhos e atuação do
3889Serviço Florestal Brasileiro, é uma Comissão composta por representantes de
3890Governo, da sociedade civil e do setor produtivo. E nós tivemos duas reuniões
3891no ano passado tendo como... Em 2012, tendo como temas de pauta a
3892apreciação do PAOF 2013, o Inventário Florestal Nacional, Cadastro Nacional
3893de Florestas Públicas e os editais de concessão florestal das flonas Saracá,
3894Jacundá, Amana, Crepori e Altamira. Ano passado, também tivemos duas
3895reuniões tendo como tema de pauta, mais uma vez o PAOF, aliás, o PAOF
3896todo ano é submetido à apreciação, até por um condicionante legal, a
3897Comissão de Gestão de Florestas Públicas. Tratamos também do Inventário
3898Florestal Nacional, do manejo florestal na Caatinga e dos editais de concessão
3899das flonas de Saracá, jacundá e Crepori. Bom, eu acho que era basicamente
3900isso que eu tinha para apresentar para vocês de forma bastante rápida,
3901sintética, até porque todos os conselheiros do Conama têm acesso aos
3902relatórios completos e, se for o caso, eu estou aqui a disposição para
3903esclarecer qualquer dúvida ou responder qualquer questionamento. Muito
3904obrigado. Pois não.

3905

3906

3907**A SR^a. LISIANE BECKER (Mover)** – Até fico feliz que tenham trazido esse
3908tema. Foi bastante polêmico na época até o (...) morreu antes de saber. Eu
3909tenho duas perguntas para fazer. A primeira: a que se deve o incremento de
3910100% de um ano para o outro no extrativismo de madeira. E o segundo: essas
3911flonas são públicas, não é? Então, têm pessoas, funcionários públicos atuando
3912dentro, como é que fica essa relação desses funcionários? Conheço duas
3913flonas Federais, aí tem os funcionários da própria flona que são do Ministério
3914que estão lá. Como é que fica essa relação da concessão privada versus a
3915administração pública e os funcionários que ali estão?

3916

3917

3918**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaycui)** – Bom,
3919começando pelo aumento da produção. Esse aumento de produção é
3920esperado, até porque esse é um processo incremental. A medida que vamos
3921ampliando as áreas e a operação vai se tornando plena, porque quando o
3922manejo florestal tem início em uma floresta ainda não manejada, ele requer um
3923conjunto de operações preliminares. Então, a operação, a força total, vamos
3924chamar assim, na sua plena capacidade não ocorre nos primeiros anos, e o
3925reflexo disso está justamente nesses números que ainda tendem a aumentar
3926ainda. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) O que nós estamos falando é
3927o seguinte: a concessão florestal, talvez... Eu não fiz esse resgate, mas a
3928concessão é do direito de praticar manejo florestal. Não é concessão da
3929floresta, não é a concessão da terra. É a concessão do direito do
3930concessionário praticar o manejo florestal de baixo impacto ou impacto
3931reduzido. Então, esse é um registro. A outra coisa é o seguinte: em relação ao
3932funcionário, vamos dizer, do Instituto Chico Mendes, o Serviço Florestal é o
3933gestor da concessão, e também é o órgão do Ministério do Meio Ambiente, da
3934estrutura básica do Ministério. Então, na verdade, naquela área sob concessão

3935atuam três entidades públicas federais do Ministério do Meio Ambiente. Atua o
3936Serviço Florestal, atua o Instituto Chico Mendes e atua o Ibama. A aprovação
3937do plano de manejo é feita pelo Ibama. O plano de manejo da unidade antes da
3938concessão é elaborado e aprovado pelo Instituto Chico Mendes, e a gestão do
3939contrato de concessão, que a concessão é uma concessão pública, não é uma
3940concessão privada, a empresa é privada, agora a concessão é pública e está
3941sob os cuidados e sob a gestão pública, e é feita pelo Serviço Florestal. Então,
3942são, na verdade, três órgãos, três diferentes instituições do Ministério do Meio
3943Ambiente, que atuam, seja previamente a concessão, seja após os contratos
3944de concessão serem efetivamente assinados e em operação.

3945

3946

3947(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

3948

3949

3950**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaycui)** – Cada caso é
3951um caso. Agora onde temos atuado, por exemplo na Amazônia, que são
3952milhares de hectares, é muito claro, o Instituto Chico Mendes tem as funções e
3953as competência deles estabelecidas por lei, assim como o Serviço Florestal e o
3954Ibama, então é muito claro o papel de cada um. Como eu falei, o Serviço
3955Florestal por é o órgão gestor do contrato de concessão. Agora, os aspectos
3956relacionados à gestão da unidade como um todo, até mesmo porque não é
3957toda a unidade que é submetida a concessão. Então, não é toda a flona, 100%
3958da flona que é submetida a concessão. Nos casos que nós já temos concessão
3959na Amazônia, a media das áreas que estão submetidas à concessão florestal é
3960de 52%, ou seja, cerca de... Em média tem casos de mais ou menos. Em
3961média 52% de toda a área da Floresta Nacional é que está destinada no
3962zoneamento, no plano de manejo para o manejo florestal, e aí nessa área que
3963podemos fazer a concessão, apenas nessa área.

3964

3965

3966**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Marcos Vinícius.
3967Eu vou chamar agora a Letícia, a nossa colega do Ibama, para fazer o último
3968informe do dia a respeito da implementação das metas de recolhimento, coleta
3969destinação final de óleos lubrificantes.... Desculpa. Totalmente equivocado. A
3970respeito do Proconve e Promot, sobre o relatório de 2013 nos termos do
3971parágrafo Único Art. 3º da Resolução Conama número... De 2009.

3972

3973

3974**A SRª. LETÍCIA (Ibama)** – Boa tarde. Boa tarde a todos. O que vou apresentar
3975você para hoje são os resultados do trabalho da CAP, da Comissão de
3976Acompanhamento e Avaliação do Proconve ao longo do ano de 2013. Só
3977relembrando a Comissão foi criada por meio da Resolução 18/86, ela é,
3978portanto, órgão subsidiário desse Conselho, ela foi reformulada pela Conama
3979414/2009, com vistas a dar maior operacionalidade ao trabalho da Comissão,
3980tinha uma representação ministerial de alto nível e passou a ter delegados
3981desses Ministros imbuídos de conduzir essas discussões e esse trabalho de
3982acompanhamento e avaliação. Esse relatório ele se refere a um trabalho da
3983Comissão ao longo de duas reuniões no ano passado, são duas reuniões
3984previstas regimentalmente. Em 2013 aconteceram em 15/05/2013, a sétima e a

3985oitava. A oitava em 06/11/2013. Só relembrando, a CAP é composta de 3986membros do três segmentos, representando então Governo Federal, o 3987Ministério do Meio Ambiente, Saúde, Ministério de Minas e Energia, Ibama e 3988ANP, representando os Estados, a Abema, os Municípios a Anamma, então, 3989com a representação de Governo e além desses a CNI, representando a 3990indústria e ONGs de 'Kinea', além da Cetesb que é o agente técnico do 3991Proconve. Então, o acompanhamento que a Comissão faz do programa se dá 3992por meio das classes de veículos. Então, a começar que foi o que aconteceu 3993ao longo do ano de 2013, no que se refere a veículos da classe da categoria 3994leve. O Proconve está então na fase L6, essa fase ela foi instituída pela 3995Conama 415/2009 e ela vigora desde janeiro de 2013. Nessa fase 100% dos 3996veículos leves do ciclo diesel devem atender os limites de emissão previstos 3997pela fase, a partir de janeiro de 2013. No caso dos veículos do ciclo OTO, que 3998se referem e traduzindo são os veículos movidos a gasolina, os novos modelos 3999devem adotar os limites de emissão a partir de janeiro de 2014, e desde janeiro 4000e 2015, ou a partir de janeiro de 2015 todos os veículos do ciclo OTO, aí 4001entende-se novos e antigos, devem assumir os limites de emissão dados pela 4002Conama 415. Seguindo então, após os veículos leves, os veículos pesados 4003estão na fase... O programa está na sua fase 7, a fase P7, ela foi dada pela 4004Conama 403 em 2008, ela vigora desde janeiro de 2012. Nessa fase se 4005estabelece que todos os veículos pesados devem atender aos novos limites de 4006emissão, todos os veículos pesados que fazem parte, que usam o ciclo diesel, 4007a partir de 2012 devem atender aos limites de emissão estipulados pela fase. 4008Então, agora passando para a nossa última classe, as motocicletas com o 4009Programa Promot, que é vinculado ao Proconve, as motocicletas, para as 4010motocicletas o Proconve encontra na fase M4, a Resolução que instituiu essa 4011fase é a 432/2011, ela vigora desde janeiro de 2014. Nessa fase devem 4012atender aos novos limites de emissão os modelos novos, a partir de janeiro de 40132014 e todos os modelos, entendam-se aí novos e antigos, a partir de janeiro 40142015. É importante citar que no caso dessa fase M4 o Brasil está um passo 4015adiante, inclusive de países da União Europeia que retardaram essa fase por 4016dificuldades de atender o 'standers', os padrões e o Brasil já está praticando 4017desde 2014 e vai ter toda a sua frota de motocicletas enquadrada nessa fase 4018até janeiro, a partir de janeiro de 2015. Bom, além da questão dos motores 4019referentes às diferentes classes que eu acabei de apresentar... Desculpe. 4020Ainda preciso mencionar que as máquinas agrícolas farão parte do Proconve a 4021partir de 2015. Então, há nos próximos, nos relatórios a partir de 2015 nós 4022traremos informações referentes ao desenvolvimento e a evolução dos 4023trabalhos no âmbito do programa para máquinas agrícolas também. Bom, o 4024acompanhamento que a CAP faz se refere não só à questão dos motores, mas 4025também a especificação dos combustíveis. Então, nesse caso, no que se refere 4026a diesel está em vigor desde janeiro de 2013 a fase S10, que é o teor de 4027enxofre, diesel com teor de enxofre 10 PPM, ou 10 partes por milhão, desde 4028janeiro de 2013 no processo de substituição gradativa do S50, que era a fase 4029anterior, ou o teor de enxofre anterior. O Programa de Monitoramento dos 4030Combustíveis da ANP, que é o órgão regulador a quem cabe fiscalizar e 4031monitorar a distribuição e a conformidade desses combustíveis, sinalizou, a 4032ANP sinalizou baixos índices de não conformidade, baixos índices de não 4033conformidade entenda-se a um percentual muito pequeno das amostragens 4034que eles fazem, que não atendem aos padrões S10 e S50. Além disso, uma

4035outra boa notícia que foi identificada pela ANP no seu trabalho de
4036monitoramento e fiscalização, é de que há um momento gradativo e
4037significativo do uso de S10, mesmo para veículos que ainda não estão
4038obrigados a fazer uso desse combustível. E há completa retirada do S1800 do
4039mercado desde 2014. Bom, nesse gráfico nós ilustramos esse comentário que
4040eu fiz anteriormente no outro slide, vocês podem verificar na linha em azul o
4041aumento gradativo do uso de S10 desde janeiro com de 2013, e vocês podem
4042verificar observando as linhas em verde e em vermelho, a substituição
4043completa, praticamente absoluta, o gráfico revela, do diesel 1800 pelo diesel
4044500. Então, esses são resultados bastante positivos do programa e as curvas
4045não deixam dúvida sobre os dados e sobre essa avaliação. Agora, em relação
4046à gasolina, a gasolina automotiva desde janeiro de 2014 vigora no País a
4047substituição completa da gasolina S800 que era o teor anterior, para a gasolina
4048S50. Então, desde janeiro de 2014 que a distribuição de gasolina no Brasil é
4049toda no padrão S50. O que se verificou é a substituição 100% da gasolina
4050comercializada da S800 a S50. Um outro dado bastante positivo. E sem
4051problemas de distribuição e acesso, conforme a ANP relatou. Então, o que há
4052da novidade neste ano que é importante relatar? O Proconve, a CAP tem o
4053papel de acompanhar o Proconve e também de avaliar. Acompanhar foi o que
4054eu relatei anteriormente e a partir deste ano nós começamos a definir alguns
4055indicadores para realizar o trabalho de avaliar e poder propor futuros caminhos
4056e aprimoramento no âmbito do programa. Então, nós estamos inicialmente
4057trabalhando com dois indicadores, um são emissões de poluentes e a fonte de
4058dados de emissões de poluente são os inventários do Ministério do Meio
4059Ambiente e seus parceiros. Aproveito para anunciar que o inventário do ano de
40602013 deve ser lançado no dia 09 de junho próximo. E, além disso, o segundo
4061indicador é a qualidade dos combustíveis na leitura que eu falei, a qualidade é
4062o combustível que atende aos padrões de conformidade previstos pela ANP.
4063Então, é importante trazer esse gráfico que é um gráfico que mostra o aumento
4064da frota no Brasil desde a década de 80 até 2012, se não me engano, é o que
4065está apontando ali. Vocês podem verificar que a frota quadruplicou nesse
4066período. Então, todos os dados que eu vou mostrar daqui para frente devem
4067ser lidos à luz desse referencial, ou seja, nós temos medidas de controle
4068acontecendo, e ao mesmo tempo uma vertente fortíssima de aumento da frota
4069em todas as diferentes classes de veículo. Então, no que se refere a emissões
4070de poluentes, eu selecionei dois aqui, mas vocês têm o relatório completo, que
4071eu acho que está disponível no site do Conama para ver todos os demais
4072poluentes, mas eu trouxe aqui o CO, o CO é bastante significativo, ele tem uma
4073aderência, ele é de todos os poluentes regulados, se não me engano são oito
4074no âmbito do Proconve ele é o mais letal deles e ele mostra uma aderência
4075enorme entre o início da atividade regulatória e a queda das emissões.
4076Lembrando que as emissões são uma função do tamanho da frota naquele
4077ano, da quantidade de veículo que integram a frota naquele ano, a intensidade
4078de uso de cada um desses veículos por quilômetro rodado no ano e, além
4079disso, um fator de emissão que é estabelecido para cada poluente que é dado
4080em massa. Então, essa curva mostra bastante que a partir de 86, quando
4081começa a atividade regulatória e quando o programa ganha fôlego há uma
4082aderência muito significativa entre a queda das emissões de CO e o avanço e
4083desenvolvimento do Proconve. Aqui no caso nós escolhemos o material
4084particulado também, dando a mesma percepção de que há uma tendência de

4085 queda que também adere ao esforço regulatório de fiscalização e controle no
4086 âmbito do Proconve. Então, vocês podem verificar ali, para as diferentes
4087 categorias também todas ali com índice de queda, lembrando... Com uma
4088 tendência de queda das emissões de material particulado por milhares de
4089 toneladas, lembrando que o gráfico deve ser lido com aquele outro do aumento
4090 da frota como pano de fundo. Esses dados agora são... Os dados anteriores
4091 eram do Ministério, esses dados agora são da ANP, eles mostram a questão
4092 da qualidade do combustível, do diesel S500, que ainda vigora para os veículos
4093 antigos, os pesados antigos, e todas as leituras que eles têm são abaixo do
4094 percentual do teor 500, que revela uma curva de conformidade em relação ao
4095 combustível que está sendo distribuído. No que se refere ao diesel S10, então o
4096 gráfico mostra até 2012 vigorando o S1800 e a partir 2000... Desculpa. A partir
4097 de 2012 o S10. E vocês vejam... Eu não estou enxergando daqui o finalzinho.
4098 (*Risos!*). Desculpa. É um problema da tela. Obrigada. Então, sem querer dar as
4099 costas para ninguém, mas vocês podem verificar que as medições que
4100 começam em 2012 já sinalizam um valor abaixo do teor estabelecido na fase.
4101 Esse é o resultado que eu gostaria de ilustrar. Gente, bom o que eu queria
4102 sinalizar então é que esse programa, no entender da Comissão, é um exemplo
4103 muito vivo da atividade do Conama, dos seus Conselheiros, é um exemplo de
4104 sucesso porque ele conseguiu estabelecer padrões bastante arrojados, como
4105 eu acabei de falar. O Promot está numa fase no Brasil que foi a pouquíssimo
4106 tempo postergada na União Europeia. Então, nós podemos dizer com absoluta
4107 segurança que temos, aplicamos padrões limites de emissão aqui no caso
4108 bastante restritivo, e mostrar que o Conama é um lugar de pactuação onde
4109 você pode estabelecer padrões rigorosos, escalonados no tempo e que se bem
4110 implementados podem gerar um programa de sucesso para uma boa atuação,
4111 tanto do setor quanto da área ambiental. Era isso que eu queria compartilhar
4112 com vocês com esse relatório. E fico à disposição no Departamento. Desculpa.
4113 Ainda falta um slide que não posso esquecer. Nós lançamos um diagnóstico da
4114 rede de monitoramento e de qualidade do ar no Brasil, na realidade isso é um
4115 trabalho dos Estados brasileiros, do qual o Ministério é parceiro. Ele foi
4116 disponibilizado no nosso site na semana passada. Ele é um documento
4117 importante para instrumentalizar a gestão, para saber o que está sendo
4118 monitorado; as dificuldades, as lacunas e para definir para quais são os
4119 esforços que nós temos que fazer daqui para frente para aprimorar essa
4120 política de gestão da qualidade do ar. Eu mais uma vez sinalizo que no dia 09
4121 do junho vai ser disponibilizado o segundo inventário de emissões do setor
4122 automotivo, dando sequência então ao esforço iniciado em 2011 quando nós
4123 lançamos o primeiro inventário. Obrigada, presidente. Era o que eu tinha para
4124 compartilhar.

4125

4126

4127 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Primeiro, parabéns pelo
4128 programa. Nós lá que temos o problema de emissão de gases do efeito estufa
4129 achamos que grande empenho contra o desmatamento da Amazônia e
4130 queimadas deveria ser para essas emissões urbanas. Isso está matando muita
4131 gente nesse País, só que não mata de uma hora para outra como o acidente,
4132 como violência, mata o pulmão das pessoas. Então, torcendo para que quanto
4133 mais rápido possível esses veículos e motos, lá em Florianópolis, eu estava
4134 esse final de semana lá, as motos, os carros que são de jovens, eles retiram o

4135licenciador e retiram o catalisador para promover um barulho de competição.
4136Isso é um absurdo. Os caras além de eles estarem emitindo um barulho
4137ensurdecedor, eles estão contaminando o ar. Porque se esse cara fica numa
4138garagem preso, ele morre em pouco tempo. Então, parabéns e vamos torcer
4139para que esse programa já atinja essa meta, para que as autoridades passem
4140a fiscalizar os infratores. E gostaria de saber também se é possível copiar no
4141meu pendrive o programa. Se você autoriza.

4142

4143

4144**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não tem problema nenhum.

4145

4146

4147**A SR^a. LETÍCIA (Ibama)** – O relatório está disponível na íntegra.

4148

4149

4150**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4151**DConama)** – *Vai estar disponível daqui poucos dias. O relatório pode, o que*
4152*nós não disponibilizamos antes é só a Resolução. Só a apresentação pode.*

4153

4154

4155**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Antes de terminar, eu queria
4156reforçar o convite para o seminário sobre revisão jurídica das Resoluções do
4157Conama, após a L 140 e a Lei 12.651, o Novo Código Florestal, que vai
4158acontecer amanhã no auditório na Austregésilo de Athayde, na Legião da Boa
4159Vontade. Começa a partir das 9h00 da manhã. Teremos a abertura pelo
4160Secretário-Executivo Francisco Gaetani e pelo Ministro do Superior Tribunal de
4161Justiça, do Doutor Antônio Herman Benjamim. Na parte da manhã
4162consequência da superveniência do Novo Código Florestal sobre as
4163Resoluções do Conama, nós vamos ter, inclusive a oportunidade de apresentar
4164lá uma pequena amostra do CAR. E na parte da tarde: consequências da
4165superveniência da LC 140 sobre as Resoluções do Conama. Muito obrigado.
4166Os que vão viajar uma boa viagem. Um abraço e até a próxima reunião.